



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Sandro Gomes dos Santos


Jacareacanga e Aragarças: revoltas e revoltosos (1956 – 1961)

São Gonçalo

2019

Sandro Gomes dos Santos

Jacareacanga e Aragarças: revoltas e revoltosos (1956 – 1961)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto

São Gonçalo

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S237
TESE

Santos, Sandro Gomes dos.
Jacareacanga e Aragarças : revoltas e revoltosos (1956-1961) / Sandro Gomes dos Santos. – 2019.
165f.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976 – Teses. 2. Brasil - História – Teses. I. Lourenço Neto, Sydenham.
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 – 6150

CDU 981

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Sandro Gomes dos Santos

Jacareacanga e Aragarças: revoltas e revoltosos (1956 – 1961)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Aprovada em 29 de novembro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2019

DEDICATÓRIA

À Lorena e Miguel; minha pequena e meu gigante; minha rocha e meu abrandar;
minha razão e meu subversivo; minhas vidas fora do peito, sempre a pulsar!

AGRADECIMENTOS

Aprendi que a gratidão é uma das maiores virtudes do ser humano, e agradecer, é importantíssimo em qualquer ocasião. Não sendo diferente neste momento, aproveito a oportunidade para agradecer primeiramente a Deus, por me proporcionar saúde, discernimento (quase sempre) e força para lidar com as dificuldades, que não foram poucas e principalmente por conseguir superá-las.

À Faculdade de Formação de Professores da UERJ, e a todo o seu corpo técnico e docente que me acompanhou em minha trajetória de idas e vindas, de amores e desamores com a História, desde o meu primeiro vestibular, ainda magro e com cabelos, até a presente data. Ao Programa de Pós-Graduação de História Social do Território da UERJ. A CAPES, bem como a FAPERJ, que mesmo não tendo me amparado com bolsas ou auxílios financeiros específicos, fomentam a luta e os sonhos de tantas pesquisas, não apenas em nosso Estado, mas em todo o Brasil.

Ao meu orientador Sydenham Lourenço Neto, por ter me acolhido em mais uma empreitada, pela sua compreensão em meus muitos momentos difíceis e pela solicitude com que respondeu e corrigiu cada uma das minhas muitas questões. Aos leitores examinadores, Gelsom Rozentino de Almeida e Renato Luís do Couto Neto e Lemos que aceitaram participar de imediato da realização deste sonho.

A minha esposa, Lorena, sempre ao meu lado, aturando todas as minhas crises, me colocando “para cima” e me fazendo acreditar que posso sempre mais do que imagino. Somente com o seu companheirismo, amor, amizade, apoio e muita paciência é que esta dissertação e principalmente esta pós-graduação, se transformaram em realidade. Ao meu filho, que mesmo ainda não tendo consciência, é a principal razão do meu acordar todos os dias e encarar as dificuldades do cotidiano.

A minha mãe, Laurissir, que por muitas vezes renunciou aos seus próprios anseios para que eu pudesse realizar os meus desejos, por ter-me dado afeto, educação e valores que formaram a base de minha vida. Ao meu irmão, Sebastião, minha cunhada Andreia e minhas sobrinhas, as três Marias – Clara, Esther e Fernanda, pela paciência quando das inúmeras ausências prolongadas. Agradeço

também aos meus cunhados Floriano e Simone, à minha sobrinha Ana e ao meu sogro, João Alberto, pelo incentivo e apoio. Obrigado pelo carinho!

Ao Capitão Ferreira e aos demais colaboradores do Arquivo Histórico do Exército. A todos os funcionários da Biblioteca Nacional que sempre tiveram muita paciência com este “aprendiz de pesquisador”. Não posso deixar de agradecer a Sargento Luciene e ao Sargento Carvalho, ambos do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica que também me receberam com muito carinho e atenção, tendo sido importantíssimos para a finalização desse trabalho.

Aos amigos da Pós-Graduação, obrigado por dividirem comigo as angústias, inquietações, tristezas, alegrias e por ouvirem minhas muitas bobagens, tornando mais leve a caminhada durante esses dois anos. Foi bom poder contar com vocês!

Ninguém vence sozinho! Obrigado a todos!

[...] o historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz.

Das eras que nos precederam, só poderíamos, portanto, falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu [...]

Marc Bloch

RESUMO

SANTOS, S. G. *Jacareacanga e Aragarças: revoltas e revoltosos (1956 – 1961)*. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

O estudo sobre o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e a parca bibliografia relacionada às Revoltas de Jacareacanga e Aragarças, eventos ocorridos naquele período, e que foram resultados de momentos políticos instáveis, bem como do descontentamento de parcela significativa de militares que estavam insatisfeitos com a conjuntura e com os rumos do país, suscitaram a necessidade desta pesquisa, onde esta se apresenta como uma referência para futuros trabalhos, tendo em vista a inexistência de produções similares. Com o auxílio de amplas fontes documentais, entre elas, cartas, ofícios, históricos de promoções funcionais, dentre outros, conseguimos remontar a atmosfera política, ideológica e econômica deste período tão conturbado e rico de nossa contemporaneidade. Trabalhamos as perspectivas sobre a organização dos militares, bem como perpassamos as Revoltas de Jacareacanga e de Aragarças em detalhes. Seguimos também, a trajetória da maioria dos revoltosos com a finalidade de compreender questões relevantes no entorno dos eventos e demonstrar através de indícios, que estes mesmos militares que outrora foram presos e até exilados, ainda na década de 1950, foram favorecidos, quando da instauração do governo civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Jacareacanga. Aragarças. Juscelino Kubitschek.

ABSTRACT

SANTOS, S. G. *Jacareacanga and Aragarças: revolts and insurgents (1956 – 1961)*. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

The study about the government of Juscelino Kubitschek de Oliveira and the rare bibliography related to the Jacareacanga and Aragarças Revolts raised the need for this research, where it presents itself as a reference for future works, considering the lack of similar productions. Such events occurred in that period, they were the result of unstable political moments, as well as the discontent of a significant portion of the military who were unsatisfied with the conjuncture and the direction of the country. Searching extensive documentary sources, including letters, trades, functional promotions record, among others, we have been able to trace back the political, ideological and economic atmosphere of this troubled and rich period. We also follow the trajectory of the majority of the rebels in order to understand relevant issues around the events and to demonstrate through evidence that these same military men who were once arrested and even exiled in the 1950s were favored at the time of the establishment of the civil-military government of 1964.

Keywords: Jacareacanga. Aragarças. Juscelino Kibitschek.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	OS MILITARES E O PODER: PERSPECTIVAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS MILITARES NO BRASIL.....	20
1.1	O nascimento do Exército Brasileiro.....	22
1.2	O nascimento da Marinha do Brasil.....	25
1.3	O nascimento da Força Aérea Brasileira.....	28
1.4	O nascimento da República Brasileira.....	29
1.5	A Escola Superior de Guerra.....	31
1.6	Os governos Vargas.....	34
1.7	O atentado da rua Toneleros.....	42
1.8	O governo de Juscelino Kubitschek.....	44
2	JACAREACANGA E ARAGARÇAS: AS REVOLTAS MILITARES OCORRIDAS NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA.....	49
2.1	As revoltas esquecidas.....	50
2.2	A revolta de Jacareacanga.....	55
2.3	A revolta de Aragarças.....	66
3	OS OFICIAIS E OS BASTIDORES DAS REVOLTAS.....	73
3.1	Eber Teixeira Pinto.....	76
3.2	Geraldo Labarth Lebre.....	77
3.3	Gerseh Nerval Barbosa.....	78
3.4	Haroldo Coimbra Veloso.....	80
3.5	Heber Bom de Andrade Figueira.....	82

3.6	João Paulo Moreira Burnier	83
3.7	José Chaves Lameirão	85
3.8	Luis Mendes da Silva	86
3.9	Próspero Punaro Baratta Netto	88
3.10	Washington Amud Mascarenhas	90
3.11	O movimento de recuperação nacional	92
3.12	O asilo político	94
3.13	Campanha de auxílio ao pessoal do Movimento de Aragarças	96
3.14	O retorno ao Brasil	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	105
	ANEXO A – Capa da Revista O Cruzeiro (10/03/1956)	109
	ANEXO B – Sumário da Revista O Cruzeiro (10/03/1956)	110
	ANEXO C – Matéria da Página 4 da Revista O Cruzeiro (10/03/1956)	111
	ANEXO D – Tribuna da Imprensa. 03/12/1959. p. 1	112
	ANEXO E – O Manifesto Revolucionário do Movimento de Aragarças	113
	ANEXO F – Movimento de Recuperação Nacional – Documento nº 1.	117
	ANEXO G – Movimento de Recuperação Nacional – Documento nº 9	118
	ANEXO H – Movimento de Recuperação Nacional – Documento nº 17	120
	ANEXO I – Movimento de Recuperação Nacional – Documento nº 18	121
	ANEXO J – Desistência do Asilo Paraguaio	122
	ANEXO K – Caderneta de autorização profissional – Apuntador	123
	ANEXO L – Boletim nº 6 da Campanha de Auxílio às Famílias dos Asilados do Movimento de Aragarças	124

ANEXO M – Carta resposta à Comissão de Ajuda	125
ANEXO N – Boletim nº 1 da Campanha de Auxílio às Famílias dos Asilados do Movimento de Aragarças	126
ANEXO O – Ofício 724	127
ANEXO P – Ofício 1.157	129
ANEXO Q – Decreto de Lei nº 18 de 1961 (Anistia)	130
ANEXO R – Quadro de Oficiais Aviadores de 1974	131
ANEXO S – BM nº 6 de 1946	132
ANEXO T – BM nº 6 de 1961	133
ANEXO U – BM nº 1 de 1941	134
ANEXO V – BM nº 08 de 1968	135
ANEXO W – BM nº 7 de 1949	136
ANEXO X – BM nº 8 de 1951	137
ANEXO Y – BM nº 10 de 1956	138
ANEXO Z – BM nº 1 de 1957	139
ANEXO AA – BM nº 1 de 1967	140
ANEXO AB – BM nº 5 de 1967	141
ANEXO AC – BM nº 5 de 1968	142
ANEXO AD – BM nº 10 de 1970	143
ANEXO AE – BM nº 10 de 1972	144
ANEXO AF – BM nº 4 de 1977	145
ANEXO AG – Oficiais da Ativa de 1953 (Quadro Complementar de Aviadores)	146
ANEXO AH – BM nº 7 de 1945	147
ANEXO AI – BM nº 1 de 1962	148

ANEXO AJ – Oficiais da Ativa de 1964 (Quadro de Oficiais-Aviadores)	149
ANEXO AK – Reportagem da Revista Manchete. 3 de Março de 1956. p. 12	150
ANEXO AL – BM nº 7 de 1952	151
ANEXO AM – BM nº 1 de 1955	152
ANEXO AN – BM nº 7 de 1964	153
ANEXO AO – BM nº 7 de 1966	154
ANEXO AP – BM nº 6 de 1968	155
ANEXO AQ – Capa do livro Vencer pela Correção	156
ANEXO AR – BM nº 1 de 1957	157
ANEXO AS – BM nº 7 de 1963	158
ANEXO AT – BM nº 1 de 1964	159
ANEXO AU – BM nº 7 de 1964	160
ANEXO AV – BM nº 12 de 1967	161
ANEXO AW – BM nº 6 de 1968	162
ANEXO AX – BM nº 10 de 1968	163
ANEXO AY – Mapa do Estado do Pará	164
ANEXO AZ – Mapa do Estado de Goiás	165

INTRODUÇÃO

Após mais de cinco décadas do início da Ditadura no Brasil, os assuntos que perpassam esse momento histórico ainda causam inquietações e grandes discussões em todos os círculos de nossa sociedade. Com o intuito de compreender alguns destes importantes fatos durante este período, iniciamos uma pesquisa para dar conta dos acontecimentos prévios que levaram a deflagração deste golpe.

Com o passar do tempo e com o amadurecimento do trabalho, nos deparamos com as Revoltas de Jacareacanga¹ (1956) e de Aragarças² (1959). Ambos os eventos ocorreram no governo republicano de Juscelino Kubitschek de Oliveira, sendo o resultado de momentos políticos instáveis de seu governo, bem como do descontentamento de parcela significativa de militares que estavam insatisfeitos com a conjuntura do país. Como não conhecíamos os detalhes destas rebeliões, passamos a nos debruçar sobre estes temas, o que nos trouxeram até o presente trabalho acadêmico.

Antes mesmo dos primeiros minutos do Governo de Juscelino Kubitschek, as Forças Armadas Brasileiras já se mostravam extremamente insatisfeitas. “A própria posse do presidente foi garantida através de um contragolpe militar. Ao longo dos quatro anos de governo, JK teve que lidar com sucessivos conflitos, de proporções variadas, sendo a última grande crise a Revolta de Aragarças, em 1959”³.

A renúncia do candidato Jânio Quadros à campanha presidencial, bem como a suposta ameaça de “deflagração de um golpe de esquerda marcado para o dia 15 de dezembro e liderado pelo governador gaúcho Leonel de Moura Brizola”⁴ fez com que este grupo opositor ao governo atual e a candidatura de Lott, se fizesse ser ouvidos de uma maneira singular, colocando em ação um novo plano intervencionista, como veremos mais a frente.

¹ Para uma melhor compreensão geográfica, veja o Anexo AY – Mapa do Estado do Pará.

² Para uma melhor compreensão geográfica, veja o Anexo AZ – Mapa do Estado de Goiás.

³ CARLONI, Karla G. Embates internos: militares X militares no governo JK. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh 50 anos, 2011.

⁴ ARGOLO, José Amaral, Kátia Ribeiro, Luiz Alberto M. Fortunato. A Direita Explosiva no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996.

A Revolta de Aragarças durou pouco mais de trinta e seis horas, tendo o seu início na madrugada do dia 2 de dezembro. No Rio de Janeiro, um grupo de “oficiais sob o comando do Capitão Próspero Punaro Baratta Netto levantou voo em três aviões de transporte C-47, de nºs. 2060, 2020 e 2075”⁵, sequestrando-as. Houve também envolvimento de oficiais em Belo Horizonte que fugiram em outra aeronave.

Os rebelados saíram do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte e se encaminharam para Aragarças, interior de Goiás ainda no mesmo dia. Inicialmente, estes “pretendiam bombardear os palácios presidenciais das Laranjeiras e do Catete, no Rio de Janeiro, e contavam com outros revoltosos que supostamente ocupariam as bases aéreas de Santarém, Xingú, Cachimbo, Xavantina”⁶ e assim, ganhariam tempo para novos grupos incorporarem o movimento com o intuito de derrubar o governo Juscelino Kubitschek.

Os “planos de ataque aéreo aos palácios foram suspensos por conta de um suposto acordo com oficiais de comando da Marinha, que prometeram aderir ao levante caso não fossem bombardeados os alvos”.⁷ Encontrando problemas táticos, devido a não incorporação de outros grupos de militares ao seu movimento, os seus líderes fugiram para a Argentina e Paraguai, e só retornaram ao Brasil quando do término do governo JK.

Os oficiais que participaram da Revolta de Aragarças promoveram uma sublevação violenta contra a democracia brasileira ao sequestrarem aeronaves e seus passageiros com o intuito de bombardear o governo. A pena para este crime é a reclusão de até 20 (vinte) anos, com aumento de 1/3 para os seus líderes.⁸ Os inquiridos foram enquadrados como crime de deserção, onde a punição seria no máximo de 2 (dois) anos de prisão, mas na prática não cumpriram, pois foram anistiados pelo governo JK.

⁵ Reportagem da Equipe. Revolução Levantou Voo. Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires. O Cruzeiro, 19/12/1959.

⁶ CARLONI, Karla G. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

⁷ *Ibidem*.

⁸ O direito penal militar é aplicado no Brasil desde o tempo do Império, conhecido como o Supremo Conselho Militar e de Justiça, que posteriormente se transformou no Superior Tribunal Militar (STM), que atualmente tem sede em Brasília. O vigente Código Penal Militar data de 1969, e foi editado por meio do decreto-lei 1001. Para saber mais sobre este assunto: BRASIL. Código Penal Militar. Decreto-Lei Nº 1.001, De 21 De Outubro De 1969. 1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

Na contramão do esperado, quando os rebeldes regressaram à pátria não foram punidos, pelo contrário, anistiados, retomaram as suas atividades laborais dentro dos quartéis. Com isso, receberam os salários atrasados do período que estavam exilados, todos os “direitos interstícios” que faziam jus. Pouco tempo depois, quando do início do governo militar de Castelo Branco, estes assumiram funções estratégicas dentro e fora do governo. Com o objetivo de esclarecer melhor estes eventos é que iniciamos nossa investigação historiográfica.

Ao analisarmos a bibliografia já consolidada sobre o período, encontramos Maria Benevides em seu livro “O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política”, bem como, “O Brasil de JK” de Ângela de Castro Gomes; além de “JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil”, de Celso Lafer, trabalham o mesmo período histórico, mas com questões diferentes.

De forma ampla, os trabalhos destacados acima, enalteceram os aspectos da política de desenvolvimento econômico, analisando o programa de governo e as metas estabelecidas, além da importância da aliança partidária entre o Partido Social Democrático⁹ (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro¹⁰ (PTB), para a garantia da estabilidade política do país.

Outros trabalhos já referenciados pela historiografia como “O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964”, de Luiz Alberto Moniz Bandeira; “João Goulart: Entre a Memória e a História”, da Marieta de Moraes Ferreira e “João Goulart - Uma Biografia” de Jorge Ferreira; debruçaram-se sobre a da luta de classes, a participação do empresariado, sobretudo do setor estrangeiro, além dos principais impasses de seu governo, seu papel no momento do golpe e sua atuação no exílio, além de constituir extensa e cuidadosa análise sobre o ex-presidente.

José Mario Miguez, advogado, militante político, pesquisador e escritor do livro “O Primeiro Sequestro Aéreo da História da Humanidade”, utilizou de depoimentos de autoridades da época, onde narram detalhes do sequestro. Utilizou-se ainda, de documentos oficiais como Portarias do Departamento de Aviação Civil,

⁹ PSD – Partido Social Democrático, fundado formalmente em julho de 1945, reunia em sua maioria os interventores e todos aqueles administradores do Estado Novo.

¹⁰ PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, fundado formalmente em agosto de 1945, reunia os partidos da continuidade de Getúlio, buscando os operários e as novas forças sociais emergentes.

Certidões de Imóveis locais e circulares da Prefeitura Municipal para rememorar a história do sequestro aéreo do quadrimotor da Panair do Brasil.

Miguez tinha como objetivo ao escrever o seu livro, a reivindicação da inclusão da “Revolta de Aragarças” como o primeiro sequestro aéreo da história humana, tal como conquistado quando da inclusão do feito no RankBrasil - Livros dos Recordes em 2007. Em seu texto não há uma preocupação quanto aos motivos que levaram nossos personagens a realizar tal feito. Tampouco utiliza as suas fontes para a compreensão dos conflitos existentes durante o governo JK.

“Senta a Pua” de Rui Moreira Lima e “Jacareacanga: asas da verdade” de João Ferreira de Lima são publicações de autores militares, pouco convencionais ao estudo acadêmico, porém extremamente interessante à utilização destes. Estes autores foram atores ativos nestes eventos, sendo estas publicações o verdadeiro fruto da experiência de vida dos mesmos, o que enriquecerá nosso trabalho.

Este tipo de trabalho realizado pelos participantes das revoltas é muito interessante, mas carece de especial atenção à análise do historiador, uma vez que está cercado pelas experiências, preconceitos e pela visão de mundo de quem o escreve, não havendo nenhum compromisso com a busca pela verdade acadêmica ou científica. Devido a tais questões relevantes, eles se pegam em suas memórias e tendem a louvar os seus feitos, sem necessariamente estarem preocupados em problematizar as questões ali apresentadas.

Sérgio Lamarão, doutor em História pela UFF e autor dos verbetes das duas revoltas que estudamos em nossa dissertação, no dicionário temático do CPDOC/FGV, busca reconstruir a narrativa das revoltas, a partir dos dados que constam no livro “História das Revoluções Brasileiras”, de Glauco Carneiro¹¹.

Carneiro sintetizou as matérias da Revista O Cruzeiro, instituição em que trabalhou por um longo período, realizando um jornalismo histórico, com a preocupação de registrar as matérias para a posterioridade, através dos

¹¹ Glauco Carneiro, Cearense, diplomou-se pela Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro (turma de 1964). Especialista em Comunicação e Relações Públicas. Trabalhou em “O Cruzeiro”, “O Globo”, “O Jornal”, “Manchete”, “Tendência” e outros periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo. Publicou: História das Revoluções Brasileiras (1965); O Revolucionário Siqueira Campos (1966); A Face Final de Vargas (com Lourival Fontes, 1966); Um Repórter no Mundo Português (1971); Lusardo - O Último Caudilho (1977/1978); Cunha Bueno - História de um Político (1982), e Batista Lusardo - Discursos Parlamentares; O Cerco da Lapa (A epopéia de Gomes Carneiro); O Menor como Alvo da Comunicação de Massa; Aspectos Psicossociais da Comunicação de Massa (Um novo elemento na formula de Opinião Pública); Um Congresso contra o Arbítrio e O Poder da Misericórdia (A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo).

depoimentos das vítimas, sem problematizar as questões levantadas ou até mesmo pensar nos desdobramentos dos eventos ali mencionados em sua obra.

Portanto, não localizamos estudos acadêmicos ou similares tendo por objeto específico, a atuação dos conjurados das Revoltas de Jacareacanga e/ou de Aragarças, bem como não há trabalhos que remetam a relação expressa entre os eventos políticos ocorridos no governo JK e os ensejos que motivaram as suas possíveis atuações no período da ditadura militar iniciado em 1964.

Tampouco, encontramos trabalhos que exaltem um possível “sistema de recompensas” ou que remetam a ideia de uma provável rede de “troca de favores” entre estes indivíduos que ousaram precipitar um golpe militar ainda na década de 1950. Desta forma, o trabalho aqui apresentado, inédito, além de rememorar as revoltas propriamente ditas, irá percorrer a trajetória dos principais participantes conhecidos, para fundamentar as hipóteses propostas.

Através deste prisma, esta pesquisa é de extrema importância do ponto de vista acadêmico, apresentando-se de maneira singular frente às demais que tratam do mesmo período. Acrescenta uma nova contribuição historiográfica, ao preencher a lacuna bibliográfica relativa a este assunto, tratando as relações de poder e troca entre estes militares.

Para tal atividade de reconstrução historiográfica, iremos organizar a estrutura da dissertação em três momentos distintos e complementares aos nossos objetivos. No primeiro capítulo, intitulado “Os Militares e o Poder: Perspectivas Sobre a Organização dos Militares no Brasil”, tem como objetivo apresentar o preâmbulo das Revoltas estudadas.

Ainda neste primeiro ponto de nossa empreitada, com o auxílio da bibliografia sobre os militares, bem como dos periódicos da época, delimitamos a existência de diferentes grupos políticos militares. Vale ressaltar que o pensamento deles estava longe de ser único, o que os levou a necessidade de cooperação com outras parcelas da sociedade civil, para tentarem atingir os seus objetivos, tal como o empresariado e a mídia.

No capítulo dois, “Jacareacanga e Aragarças: As revoltas militares ocorridas no Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira”, iremos realizar uma análise descritiva das Revoltas de Jacareacanga e de Aragarças com a intenção de que o leitor passe a conhecer os eventos que tanto citamos e que poucos conhecem de fato. Para isso, remontamos os eventos através da bibliografia existente relativa ao assunto e de

suas fontes primárias, como cartas dos revoltosos para as famílias e documentos afins.

Como uma das principais fontes da pesquisa, usamos os arquivos que pertenciam ao Coronel do Exército, Luís Mendes da Silva e que foram doados gentilmente pela sua filha, Iracilda Mendes Damasceno dos Santos, ao Arquivo Geral do Exército – AHEX e ao Arquivo Nacional somam entre os dois fundos, mais de mil documentos iconográficos, sonoros e textuais que remontam as décadas de 1950 e 1960.

Entre estes dados, temos correspondências expedidas e recebidas, fés de ofício, de documentos apreendidos de comunistas fichados no território do Amapá, além de anotações, decretos, portarias e organogramas que serão importantes para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que “esses documentos serão utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras.”¹²

Além da bibliografia dos militares, utilizaremos os jornais periódicos, de maneira a reconstituir o posicionamento dos grupos políticos da época. Trata-se neste momento, de realizar uma História através da Imprensa, tornando-a fonte primária para a pesquisa histórica, uma vez que “a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas etc.”¹³

A utilização deste tipo de fonte traz a necessidade de ir além da eventual crítica realizada pelo historiador. É imperativo “pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos.”¹⁴

O periódico é muito interessante para a (re)construção de período ou de um evento específico, mas o historiador deve tomar muito cuidado ao realizar a

¹² FIGUEIREDO, N.M.A. Método e metodologia na pesquisa científica. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

¹³ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. Projeto História. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

¹⁴ SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e Política no Brasil: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista Histórica da Reflexão, v.4, n. 8 – UFGD – Dourados. Jul./Dez. 2010.

utilização deste tipo de fonte. O profissional que está analisando as mesmas, deve observar as múltiplas vinculações que a fonte fornece, para que este não assuma a fala do veículo de comunicação, tornando-se parte dele.

A revista *O Cruzeiro*¹⁵ e a *Tribuna da Imprensa*¹⁶ terão uma participação importante no trabalho, uma vez que cobriram a insurreição com detalhes, além de entrevistar alguns integrantes com exclusividade. Acreditamos que o trabalho com os periódicos permitirá compreender melhor este período histórico, bem como as disputas políticas internas travadas entre os diferentes grupos compreendidos neste período, bem como caracterizar a ideologia que influenciava boa parte da população brasileira.

Em nosso último capítulo, denominado “Os Oficiais e os Bastidores das Revoltas” remontamos a trajetória de grande parte dos revoltosos que participaram das revoltas aqui estudadas. Ainda neste momento, a identificação dos detalhes dos processos de inquéritos, bem como conhecer as circunstâncias que levaram até a anistia destes, serão importantes para comprovarmos ou não a hipótese de um possível estabelecimento de uma “recompensa” deste grupo de militares.

Considerando a documentação e as fontes empregadas, fez-se necessário à utilização de uma base teórica, bibliográfica, que norteou o estudo através de autores que conhecem com profundidade o período estudado, tais como José Murilo de Carvalho, Lúcio Flávio de Almeida, Maria Victória de Mesquita Benevides, Marleine Cohen, René Armand Dreifuss, Rui Moreira Lima, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Karla Guilherme Carloni e Heloísa Maria Murgel Starling, dentre outros para auxiliar nesta árdua tarefa.

Esperando que o caríssimo leitor nos acompanhe nesta viagem pela história recente do Brasil é que iniciamos nossa escrita com a singela intenção de poder contribuir de maneira efetiva para o esclarecimento das questões propostas e levantar novas demandas que possam ser ricas para a nossa historiografia e à compreensão do nosso tempo presente.

¹⁵ O *Cruzeiro* foi uma revista semanal ilustrada brasileira, lançada no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1928. Editada pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, teve a sua última edição em julho de 1975.

¹⁶ A *Tribuna da Imprensa* é um jornal brasileiro fundado em 27 de dezembro de 1949, no estado do Rio de Janeiro, pelo jornalista Carlos Lacerda. O nome do veículo deve-se à coluna *Da Tribuna da Imprensa* que Lacerda escreveu no *Correio da Manhã* de 1946 a 1949, quando foi afastado deste jornal, mas manteve o direito ao nome. Em 2008, o jornal anunciou a suspensão de suas edições impressas.

1 OS MILITARES E O PODER: PERSPECTIVAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS MILITARES NO BRASIL

E no veludo da noite,
A luz da lua azulada,
Qual rara joia cintila
O Palácio da Alvorada.
Eu vi Brasília!
A cidade menina!
A cidade criança!
A cidade milagre!
A cidade esperança!¹⁷

(GOIS, Brasília, 1963)

Neste primeiro capítulo, temos como objetivo conhecer um pouco mais da atmosfera política e ideológica que ronda o nosso período de estudo, bem como os motivos das intervenções militares na república brasileira, que foram utilizadas como recurso político e social. Esta tática foi utilizada em diversos momentos da história do Brasil, “tanto por elementos da oposição como pelo governo, que procuram colocar os militares a serviço de suas causas”.¹⁸

Outro objetivo neste momento é rever os eventos que antecederam as revoltas militares no governo de Juscelino Kubitschek. Desta forma, procuramos reconhecer que estes grupos militares representam uma diversidade ideológica, que está longe de ser única e consensual. Desta forma, com a finalidade de compreendermos o cenário político da década de 1950, bem como a participação

¹⁷ Trecho do poema “Brasília” escrito aos seis anos de idade pela menina Lélia Góis e lido por ela mesma para o presidente Juscelino Kubitschek em seu aniversário no ano de 1963, na cerimônia realizada no Clube Unidade Vizinhança, na Asa Sul, emocionando todos os presentes. Lélia era filha do colaborador do comitê desta cidade, Luís Cardoso Góis que era apaixonado pelo trabalho realizado pelo presidente e pela própria pessoa de Juscelino. A poesia demonstra o trabalho dos pioneiros e a esperança que Brasília trouxe para todo o país através dos olhos e sentimentos de uma criança.

¹⁸ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Pág. 151.

das Forças Armadas no aparelho administrativo do Estado, é necessário retroagirmos brevemente nosso estudo à introdução das Forças Armadas no Brasil.

Iniciamos nosso estudo, dando foco ao “nascimento” de nossas três forças armadas, a fim de compreendermos melhor a sua perspectiva social como instrumento, como braço forte da classe dominante. Desde que o Brasil se constituiu, as Forças Armadas foram utilizadas em diversos momentos como mecanismos de manutenção e legitimação da classe dominante em detrimento de um dominado, seja o nativo, o estrangeiro invasor ou até mesmo o próprio governo.

Quanto ao papel da instituição militar nesta mesma sociedade, não creio, todavia, que na sociedade capitalista, as Forças Armadas estejam restritas ao papel de aparelho repressivo do Estado e instrumento do monopólio da posse e uso da força coatora legítima pela classe dominante. Acredito que as Forças Armadas constituem um dos principais atores do processo de consolidação do Estado capitalista, que, por sua vez, é um campo de disputa entre frações de classe que se relacionam com os meios militares em busca de fortalecimento e legitimação para seus projetos. Nesse processo, porém, as Forças Armadas não são passivas. Elas recebem as influências do meio social, embora filtradas pelo prisma das características institucionais¹⁹

Ainda neste capítulo, perpassamos o nascimento da República, bem como o período da Espada e a década de 1930. Faremos um breve, mas importante reconhecimento das instituições de debate político dos militares. Ao analisarmos os governos Vargas, notaremos que “a reestruturação do sistema político durante o Estado Novo envolveu novas formas de articulação e domínio de classe”²⁰, redefinindo os canais de acesso ao poder. Discutiremos também a origem de rixas internas entre as Forças Armadas que nasceram com o atentado da Rua Tonelero, até chegarmos de fato às revoltas de Jacareacanga e Aragarças, que serão vistas no capítulo II.

¹⁹ VASCONCELOS, C. B. A política repressiva contra militares no Brasil após o golpe de 1964. LOCUS (UFJF), v. 12, 2006. p. 155.

²⁰ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Pág 32.

1.1 O nascimento do Exército Brasileiro

Nós somos da Pátria a guarda,
Fiéis soldados,
Por ela amados.
Nas cores de nossa farda
Rebrilha a glória,
Fulge a vitória.
Em nosso valor se encerra
Toda a esperança
Que um povo alcança.
Quando altiva for a Terra
Rebrilha a glória,
Fulge a vitória.
A paz queremos com fervor,
A guerra só nos causa dor.
Porém, se a Pátria amada
For um dia ultrajada
Lutaremos sem temor.
(Canção do Exército)²¹

Oficialmente, o “nascimento” do Exército Brasileiro se dá com o decreto do imperador Pedro I em 1824, determinando a organização das forças militares brasileiras, gestando então a Armada Nacional (atual Marinha) e o Exército. No entanto, desde 1548, temos em solo brasileiro, milícias de defesa instituídas por Dom João III, então rei de Portugal. Em 1648 com a Batalha de Guararapes²² temos

²¹ Trecho da obra Canção do Exército. Letra do Tenente Coronel Alberto Augusto Martins. Música: T. de Magalhães. Banda: 24^o Batalhão de Caçadores. Retirado do Livro Hinos e Canções Militares, Edição de 1976. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-eletronica/hinos-e-cancoes3_old>. Acesso em: 15 set. 2019.

²² A Batalha dos Guararapes foi uma batalha travada em dois confrontos — primeiro em 18 e 19 de abril de 1648 e depois em 19 de fevereiro de 1649 — entre o Exército da Holanda e os defensores do Império Português no Morro dos Guararapes na então Capitania de Pernambuco, atual Jaboatão dos Guararapes, município da Região Metropolitana do Recife no estado brasileiro de Pernambuco.

o início de uma organização genuinamente colonial que se torna então o “embrião” das instituições que temos hoje, como podemos comprovar através do Regimento Tomé de Sousa.

[...] ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se posão ir povoando pera eixalmento da nosa santa fee e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras ffazer hua fortaleza e povoação grande e forte em um luguar conveniente [...] que a Bahia de Todo los Santos he o lugar mais conveniente da costa do Brasill [...] ey por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e asiento e pera isso vaa hũa armada com jemte artelharia armas e monyções e todo o mais que for necesario e pola muita confiança que tenho em vos [...] aveis de ser capitão. [...] Por quamto per direito e polas leis e ordenações destes reinos he mandado que se não dem armas a mouros nem a outros imfieis porque de se lhe darem se segue muito deserviço de Nosso Senhor e prejuizo aos christãos mando que pesoa allgũa de quallquer calidade e condição que seja não dê aos jentios da dita terra do Brasill artilharia arcabuzes espigardas polvora nem monições pera elas beestas lamças e espadas e punhaes nem mamchis nem fouces de cabo de paa [...] ²³.

Com o passar do tempo, esta organização militar, mesmo que não desenvolvida de forma moderna, foi muito útil ao Estado Português, tendo reprimido diversos movimentos de contestação ao domínio lusitano, como as guerras dos Emboabas²⁴, dos Mascates²⁵ e a própria Inconfidência Mineira²⁶. Já no século XIX, teve a sua sistematização melhorada e modernizada através da criação da Academia Real Militar²⁷, no Rio de Janeiro, bem como a construção de hospitais militares, arsenais de guerra, indústrias de armas e fábricas de pólvora. Ainda assim incipiente em relação às demais nações do período.

²³ DIAS, Carlos Malheiro. REGIMENTO de Tomé de Sousa. In: História da Colonização Portuguesa do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1924, p.345-348.

²⁴ A Guerra dos Emboabas foi um confronto travado de 1707 a 1709 pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro na região do atual estado de Minas Gerais. O conflito contrapôs os desbravadores vicentinos e os forasteiros que vieram depois da descoberta das minas.

²⁵ A Guerra dos Mascates ocorreu no ano de 1710 em Pernambuco, sendo um conflito entre senhores de engenho de Olinda e comerciantes do Recife. Estes últimos, denominados "mascates", eram, em sua maioria, portugueses.

²⁶ Inconfidência Mineira, também referida como Conjuração Mineira, foi uma conspiração de cunho separatista que ocorreu na então capitania de Minas Gerais. Entre outros motivos, justificou-se contra a execução da derrama e o domínio português, sendo reprimida pela Coroa em 1789.

²⁷ A Real Academia Militar foi uma instituição militar de ensino superior portuguesa. Sucedeu à Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, em Lisboa, e à Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, nas dependências da Casa do Trem de Artilharia, no Rio de Janeiro.

Durante o Império, o Exército participou de uma série de eventos bélicos, como a Guerra do Prata²⁸, opondo-se as forças argentinas. Outro conflito foi a Guerra do Uruguai²⁹, na qual interveio em conflitos internos desse país, bem como na Guerra da Cisplatina³⁰, resultando na independência do Uruguai. Na Guerra do Paraguai³¹, formou uma Aliança com seus vizinhos para combater Solano López.

Neste período, Pedro II teve que organizar a instituição através do “Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865, criando o Corpo de Voluntários da Pátria³², com a finalidade de ampliar o escasso contingente de tropas do exército de linha e fazer frente ao ataque de seu belicoso vizinho mediterrâneo”³³. Como resultado, somente deste último conflito, houve a morte de aproximadamente trezentos mil paraguaios, entre eles civis e cinquenta mil brasileiros³⁴.

²⁸ Ocorrida entre os anos de 1851 e 1851, a Guerra do Prata, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas, foi um episódio numa longa disputa entre Argentina, Uruguai e Brasil pela influência do Paraguai e hegemonia na região do Rio da Prata.

²⁹ A Guerra do Uruguai, também referida como Guerra contra Aguirre, ocorreu de 10 de agosto de 1864 até 20 de fevereiro de 1865 e foi travada entre o governante Partido Blanco do Uruguai e uma aliança que consistia no Império do Brasil e o Partido Colorado.

³⁰ Conflito ocorrido entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, no período de 1825 a 1828, pela posse da Província Cisplatina, a região da atual República Oriental do Uruguai. Na historiografia argentina é denominada como Guerra do Brasil ou Guerra Contra o Império do Brasil.

³¹ Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870.

³² Voluntários da Pátria é a denominação das unidades militares criadas em 7 de janeiro de 1865, pelo Império do Brasil, para lutarem na Guerra do Paraguai; com as quais buscava-se reforçar o efetivo das forças militares do Exército Brasileiro.

³³ OLIVEIRA, Claudio Luiz de. A Força Expedicionária do Mato Grosso na Guerra da Tríplice Aliança. Revista do Exército Brasileiro – Volume 153 – 3º Quadrimestre de 2017 – Revista Oficial do Exército Brasileiro. Bibliex. 2017. Pág. 32.

³⁴ “Confira fatos marcantes na história das Forças Armadas”. Consulta a partir do site do Senado brasileiro, disponível no link <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/defesa-nacional-e-prioridade-do-brasil/confira-fatos-marcantes-na-historia-das-forcas-armadas.aspx> tendo sido acessado em 28/07/2019.

1.2 O nascimento da Marinha do Brasil

As armas e os barões assinalados
Que da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca dantes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram; (...)

Já no largo Oceano navegavam,
As inquietas ondas apartando;
Os ventos brandamente respiravam,
Das naus as velas côncavas inchando;
Da branca espuma os mares se mostravam
Cobertos, onde as proas vão cortando
As marítimas águas consagradas, (...)

(Trechos de um dos poemas de Luís Vaz de Camões, da obra *Os Lusíadas*, editada em 1572).

Oficialmente, a Armada, atual Marinha do Brasil, nasce em 1824, mas é preciso compreender que, desde que o movimento de “descobrimento” do Brasil se iniciou, existia uma força militar marítima sempre presente na história deste país. Após descobrir o Brasil, Portugal, deixou ao abandono a nova terra, uma vez que ganhava mais riquezas com o Oriente. Este movimento gerou o desejo de outras nações em conquistar este território.

Por mais de um século, os franceses se estabeleceram em diversos locais entre o Cabo de São Roque e o Rio de Janeiro. “Navios de armadores franceses

frequentavam a costa brasileira, comerciando com os nativos os produtos da terra.”³⁵ A partir de 1610, limitaram-se ao comércio e à exploração do Maranhão. A expulsão dos franceses foi levada a cabo por forças navais, integradas por portugueses, indígenas e brasileiros natos. Este episódio foi comandado pelo brasileiro Jerônimo de Albuquerque, tornando-se o primeiro comandante naval brasileiro.

A Secretaria D'Estado dos Negócios da Marinha, criada em 28 de julho de 1736 pelo Rei de Portugal, foi reorganizada por D. João VI quando da sua chegada ao Brasil em 1808. Para organizar a recém-criada Marinha, foi contratado o almirante inglês, contratado juntamente com outros oficiais e 500 marinheiros.

Dois meses após proclamação de independência, a primeira esquadra brasileira, ganhou rumo a Montevidéu, com a missão de expulsar as forças que lutavam para manter a Província Cisplatina sob o domínio português. Na Bahia, os navios portugueses eram hostilizados pela recém-criada Armada. Os confrontos realizados ainda no século XIX, levaram a conquista de terras, até então dominadas por ingleses e holandeses.

Após a ocupação do Maranhão, os portugueses resolveram dirigir sua atenção para os invasores da foz do Amazonas, enviando uma expedição que fundou o Forte do Presépio, origem da cidade de Belém, para servir de base para suas ações militares. De lá, eles passaram a atacar os estabelecimentos dos ingleses, holandeses e irlandeses, enforcando os que resistiam e escravizando as tribos de índios que os apoiavam. Esta violência e a criação de uma flotilha de embarcações (que agia permanentemente na região apoiando as ações militares e patrulhando os rios) garantiram o bom êxito e asseguraram a posse da Amazônia Oriental para Portugal.³⁶

Durante o governo de Pedro I, eclodiram diversos movimentos pelas províncias, ora opondo-se à política imperial, ora clamando emancipação política. “A rápida formação de uma Marinha de Guerra nacional constituía-se no melhor meio de transportar e concentrar tropas leais e suprimentos para as áreas de embate com os portugueses.”³⁷ Da Confederação do Equador³⁸ até a Balaiada³⁹, a Armada

³⁵ BRASIL. Introdução à história marítima brasileira. — Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. p. 44. Disponível em <<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000008/00000898.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

³⁶ Ibidem, p. 50.

³⁷ Ibidem, p. 76.

³⁸ Foi um movimento revolucionário de caráter republicano e separatista que eclodiu no dia 2 de julho de 1824 em Pernambuco e alastrando-se para outras províncias do Nordeste do Brasil.

esteve presente em todas essas revoltas, com o objetivo da manutenção da unidade nacional, na figura do imperador.

O Brasil interferiu na política uruguaia, dividida entre os Partidos Blanco, hostil, e o Colorado, nosso aliado, de Venâncio Flores. A partir do comando de Tamandaré, cercou as cidades de Salto e Paissandu, juntamente com forças de terra. Pouco depois, combateu o ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopes, travando a Batalha Naval do Riachuelo⁴⁰.

A Marinha entrou novamente em combate em 1918, quando a campanha submarina alemã, na 1ª Grande Guerra⁴¹, atingiu nossos mercantes, em razão do que, assumimos o compromisso de enviar uma força naval para patrulhar a costa africana entre Dakar e Gibraltar.

A 2ª Guerra Mundial encontrou a Marinha em situação material bastante precária. Com o auxílio norte-americano, em pouco tempo, dispúnhamos de uma frota antissubmarina, tendo a sua principal tarefa de garantir a proteção dos comboios que trafegavam entre Trinidad, no Caribe, e Florianópolis. Hoje, de acordo com a própria instituição, é bem equipada, no que tange à qualidade, a Marinha desempenha o papel reservado do Poder Naval em tempo de paz.

O Poder Naval brasileiro é empregado em tempo de paz de diversas maneiras, podendo-se destacar: – as operações com Marinhas aliadas, como a Operação Unitas, com a Marinha dos Estados Unidos e de países sul-americanos; a Operação Fraternal, com a Armada da República Argentina; e muitas outras; – a participação em diversas missões de paz, transportando as tropas ou através de seus fuzileiros navais, como em São Domingos, Angola, Moçambique, Nicarágua e Haiti; – e as viagens de instrução do navio-escola e as visitas a portos estrangeiros, “mostrando a bandeira”. Cabe também ressaltar, o apoio que a Marinha do Brasil presta a outras Marinhas aliadas, na América do Sul e no continente africano.⁴²

³⁹ Chamada ainda Guerra dos Bem-te-vis, foi a mais longa e numerosa revolta popular ocorrida no Maranhão entre os anos de 1838 e 1841, com início em 13 de dezembro de 1838.

⁴⁰ A Batalha Naval do Riachuelo, ou simplesmente Batalha do Riachuelo, travou-se a 11 de junho de 1865 às margens do arroio Riachuelo, um afluente do rio Paraná, na província de Corrientes, na Argentina. Essa é considerada pelos historiadores militares como uma das mais importantes batalhas da Guerra do Paraguai.

⁴¹ A Primeira Guerra Mundial foi uma guerra global centrada na Europa, que começou em 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918. O conflito envolveu as grandes potências de todo o mundo, que se organizaram em duas alianças opostas.

⁴² Ibidem, p. 169.

1.3 O nascimento da Força Aérea Brasileira

De início, para mim, nada mais que um folgado...
que despertava o sorrir na menina da mata
como se fossem vós todos aviões de brinquedo
desenhando nos ares perfeição acrobata.

E quando tuas luzes despontavam no céu
numa última pirueta de habilidade e astúcia,
partiam de novo sem querer meu sorrir
deixando minh´alma com tristeza e angústia.

Volteando no além das montanhas sublimes
na minha vida de campo, bem longe dos mares
nutriu o sonho num coração de menina:
de morrer de amor por um homem dos ares!

Louvado conjunto, perfeito, sublime...
De homens de verde, de sonho e de raça.
Legando a esperança que não mais se extingue:
ter de novo em meu céu a Esquadilha da Fumaça!!!

(Esquadilha da Fumaça, 2015)⁴³

Em janeiro de 1941, Vargas cria o Ministério da Aeronáutica por meio do Decreto nº 2.961, transferindo para a Aeronáutica militares, servidores civis, aviões e instalações da Marinha, do Exército e do Ministério da Viação e Obras Públicas. Como seu primeiro-ministro, foi escolhido o magistrado e político Joaquim Pedro

⁴³ Os versos da poetisa Carla Lima Abreu Cruz estão no livro "A um sonho feito em Fumaça", lançado no dia 19 de setembro de 2015, em Barbacena – MG. Moradora da cidade de Barbacena (MG), onde está localizada a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, a escritora conheceu a Esquadilha da Fumaça nos eventos "Portões Abertos". Dos três capítulos do livro, um é inteiramente dedicado à Esquadilha da Fumaça. A divulgação do evento e o trecho do poema estão disponíveis no site: <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/23075/ESQUADRILHA%20DA%20FUMA%C3%87A%20-%20Livro%20de%20poemas%20homenageia%20aviadores%20da%20FAB>>. Acesso em: 15 out. 2019.

Salgado Filho que tratou de criar um braço armado da instituição, nascendo assim, a Força Aérea Brasileira.

No mesmo ano, foram criadas a Escola de Aeronáutica e a Escola de Especialistas de Aeronáutica, a partir da Escola de Aviação Militar e da Escola de Aviação Naval, até então pertencentes ao Exército e à Marinha, respectivamente. Em pouco tempo, em dezembro de 1943, o Primeiro Grupo de Aviação de Caça é enviado para a Itália, o que aumentou o seu prestígio e representatividade política.

Com o passar do tempo, ampliou sua atuação em áreas como a defesa da soberania do espaço aéreo brasileiro, o controle de tráfego aéreo, o fomento à indústria nacional, as missões de busca e salvamento no Brasil e em territórios internacionais⁴⁴. Hoje, em tempos de paz, a instituição acredita, através da afirmação do atual Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, que “devemos estar preparados diuturnamente para ações de pronta-resposta, ombreados com nossos irmãos da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro”⁴⁵.

1.4 O nascimento da República Brasileira

Se elle é pobre, diz a elle
Doutou não posso votar, [doutor]
Falta-me roupa e calçado,
Não posso me apromptar,
Diz elle: compre fiado
Depois eu mando pagar.

⁴⁴ BRASIL. “Força Aérea Brasileira celebra 78 anos de criação. Conheça a história da criação do então Ministério da Aeronáutica, hoje Força Aérea Brasileira.” Informações retiradas do site da instituição. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/33431/HIST%C3%93RIA%20-%20For%C3%A7a%20A%C3%A9rea%20Brasileira%20celebra%2078%20anos%20de%20cria%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

⁴⁵ BRASIL. Aeronáutica celebra sete décadas e meia de história. Criada em meio à Segunda Guerra Mundial, instituição ampliou seu leque de atuação sem deixar de lado a defesa da soberania do espaço aéreo brasileiro. Informações retiradas do site da instituição. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/24341/75%20ANOS%20-%20Aeron%C3%A1utica%20celebra%20sete%20d%C3%A9cadas%20e%20meia%20de%20hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

(...)

A mulher diz aos vizinhos,
Sabe, Mane vai votar,
O doutor fulano dixe, [disse]
Que havia de o empregar;
Já mandou elle na loja
Comprar roupa e se apromptar.

(As Promessas do Governo, Leandro Gomes de Barros)⁴⁶

A Guerra do Paraguai obrigou o Império a valorizar o Exército. Quando voltaram do campo de batalha, os oficiais passaram a se envolver mais nos grandes debates da época. A experiência entre os oficiais das demais nações trouxe diversas inquietações, dentre elas o baixíssimo salário, as condições de trabalho e as vantagens oferecidas, além é claro, do questionamento do próprio sistema de governo.

Aliados a outras questões fundamentais como o próprio abolicionismo, as disputas relativas ao padroado e a maçonaria no Brasil, e as discussões em torno das propostas de cunho federativo, propiciaram um clima cada vez maior de instabilidade política e econômica que impulsionou o primeiro golpe militar do Brasil, ocorrido na madrugada de 15 de novembro de 1889, culminando com a proclamação da República.

Nos anos que se seguiram, o revezamento presidencial passou a ser realizado por fazendeiros e latifundiários através da famosa “política café com leite” que foi estabelecida entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. Contrapondo este movimento da elite, “a fermentação oposicionista começou a ganhar força na década de 20.”⁴⁷

⁴⁶ Texto sem data, do poeta paraibano Leandro Gomes de Barros (1865-1918), publicado em folheto, que não apresenta capa. A inexistência das informações técnicas usuais, como o local de residência, a tipografia, etc., que costumam estar na capa ou na contracapa, impossibilitaram a datação do mesmo. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2134/CPDOC2006lvonedaSilvaRamosMaya.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P.90.

Um segmento mais jovem das forças armadas, conhecidos como os “tenentes”, iniciaram um movimento político sob a sua liderança e de oficiais de baixa patente, que “constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da República Velha, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930.”⁴⁸

Os militares tinham tido grande influência sobre os primeiros governos republicanos, consequência lógica do fato de terem proclamado a República. Mas aos poucos as oligarquias tinham conseguido neutralizar sua influência e garantir um governo civil estável. O movimento iniciado em 22 pretendia recuperar a influência perdida. A guerra contribuía também para despertar em alguns oficiais a consciência do despreparo militar do país e da necessidade de mudanças na política de defesa, com consequências também para a política de defesa, com consequências também para a política econômica e industrial. O caráter corporativo inicial do movimento foi aos poucos dando lugar a reivindicações que tinham por alvo combater o domínio exclusivo das oligarquias sobre a política. O movimento ganhou a simpatia de outros grupos insatisfeitos, sobretudo os setores médios das grandes cidades. O tenentismo não tinha características propriamente democráticas, mas foi uma poderosa força de oposição.⁴⁹

1.5 A Escola Superior de Guerra

Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas.

(Rubem Alves, Gaiolas e Asas)

Ao final da década de 1940 é fundada, na cidade do Rio de Janeiro, capital federal da República brasileira, a Escola Superior de Guerra (ESG). Ela “nasce” com o “objetivo de elaborar alternativas ao desenvolvimento nacional”⁵⁰. Instituída legalmente pelo decreto nº 25.705, de 22 de outubro de 1948 e criada de fato pela Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. De acordo com o próprio site da instituição, é

⁴⁸ FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de, Cidadania no Brasil: o longo caminho. 15ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p.91.

⁵⁰ SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação: a ESG e a transição democrática no Brasil (1974-1989). História UNISINOS. V.11, n. 1, p. 91 – 104, jan/abr 2007. p. 91.

um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa.

De acordo com a própria instituição, destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento. Não desempenha, na atualidade, função de formulação ou execução da Política do País na atualidade, tendo seus trabalhos a natureza exclusivamente acadêmica, sendo considerado por muitos, um foro democrático e aberto ao livre debate.

Na prática, desde a década de 1930, “o ‘comunismo’ tem servido para unificar os militares, pois, tendo-se claro os inimigos, sabe-se quem são os amigos, diferenciando-os”⁵¹, logo, nesta instituição não foi diferente. Tem caráter de centro de estudos e pesquisas, a ela competindo planejar, coordenar e desenvolver os cursos que forem instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa.

O Marechal Eurico Gaspar Dutra estabeleceu a Escola Superior de Guerra (ESG), consolidando-a como reduto antivarguista e pró-UDN. Diluiu a Confederação dos Trabalhadores do Brasil. Foi duramente criticado pela má utilização das divisas acumuladas no curso da guerra “e interveio nas atividades de quatrocentos sindicatos em decorrência de uma suposta ligação desses com o já ilegal Partido Comunista, além de promover um expurgo no funcionalismo público”⁵²

Notamos neste período, uma ampla reformulação em diversos prismas das Forças Armadas, dentre elas, política/ideológica e organizacional⁵³. A prática adotada através da intervenção militar foi justificada na ideologia ensinada aos oficiais através da Escola Superior de Guerra, construindo para estes, um ar de naturalidade e normalidade ao tratarem do combate sistemático aos hábitos coronelistas e às práticas clientelistas das políticas oligárquicos presentes na Primeira República.

⁵¹ Ibidem, p.95.

⁵² DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Pág. 38.

⁵³ DREIFUSS, RA., and DULCI, OS. As forças armadas e a política. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132-181. ISBN: 978-85-99662-63-2. P. 136.

Em termos da reformulação ideológica e do papel político dos militares, ocorreu, em primeiro lugar, uma legitimação de seu intervencionismo no sistema político. Essa legitimação se fundamentava na doutrina de Segurança Nacional elaborada na Escola Superior de Guerra, mas cujas origens remontam ao Estado Novo. Por outro lado, o intervencionismo militar foi alimentado pela ação das correntes contrárias ao regime populista, notadamente a União Democrática Nacional — UDN, que tendiam a recorrer à intervenção militar como forma de corrigir o que consideravam como desvios do meio político e dos resultados eleitorais⁵⁴.

Considerando esta regeneração da ideologia política praticada entre as décadas de 1950 e 1960 pela Escola Superior de Guerra, onde esta vai cunhar nos oficiais e na sociedade em geral uma imagem de “poder moderador”, um regulador da conformidade ou não dos governos.

Alfred Stepan analisa os aspectos civis do padrão moderador, ou seja, a forma pela qual tanto o governo, quanto seus partidários e opositores apelam para a intervenção militar no processo político, tentando usá-lo como instrumento de ação política e conclui que com o surgimento da ESG, houve uma superação desta ideia de “poder moderador”⁵⁵.

Este “braço forte” representado pelas Forças Armadas deveria estar preparado para intervir e depor qualquer governo ou intervir em qualquer instituição que ferisse os anseios desta instituição e conseqüentemente os “limites da legalidade”, a partir de uma interpretação própria e singular dos fatos.

Reconhecia-se nas Forças Armadas o famoso “poder moderador”, estudado por Fernando Pedreira de resto implicitamente sancionado no texto constitucional, como assinala Stepan, ao determinar sua subordinação à chefia do Estado “dentro dos limites da lei”. Essa cláusula restritiva, de aparência inócua, era suscetível de ser utilizada para questionar a “legalidade” dos governos constituídos, o que efetivamente aconteceu. O intervencionismo militar, em princípio fora de questão, seria legítimo quando a autoridade maior transpusesse, a juízo da instituição militar, os limites da legalidade⁵⁶.

Neste período “fixou-se a necessidade do desenvolvimento programático, a partir da mesma doutrina”⁵⁷ estabelecida dentro da ESG. O objetivo era eliminar os múltiplos discursos dentro das Forças Armadas que pudessem se transformar em

⁵⁴ Ibidem, p. 137.

⁵⁵ STEPAN, Alfred. Os militares na política - as mudanças de padrões na vida brasileira. Trad. Italo Tronca do original americano: The military in politics. Rio de Janeiro, Editora Artenova S.A., 1975.

⁵⁶ DREIFUSS, RA., and DULCI, OS. As forças armadas e a política. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132-181. ISBN: 978-85-99662-63-2. P. 138.

⁵⁷ Ibidem, P. 138.

possibilidades de divisões no seio das organizações militares, bem como auxiliar na meta da centralização política e administrativa do Estado. Para tal objetivo, procurou-se realizar uma aliança ideológica entre setores sociais importantes, como os militares e os empresários.

A partir da constatação do divisionismo ideológico, inclusive no interior da corporação, procurava-se incrementar a homogeneidade ideológica entre setores sociais estratégicos. A sociedade civil, em sua pluralidade, continha aliados potenciais a serem articulados ao projeto em esboço na área militar. Desenvolve-se daí a percepção da legitimidade e da necessidade — da interação orgânica de militares e empresários, que conferiu a marca política da Escola Superior de Guerra. Em suma, a função política desempenhada pelas Forças Armadas antes de 1964 foi a de restauração da ordem vigente em momentos de crise.⁵⁸

1.6 Os governos Vargas

Bota o retrato do velho outra vez

Bota no mesmo lugar

O sorriso do velhinho

Faz a gente trabalhar

Eu já botei o meu

E tu, não vai botar?

Já enfeitei o meu

E tu vais enfeitar?

O sorriso do velhinho

Faz a gente trabalhar

(Retrato do Velho, Haroldo Lobo)⁵⁹

“O ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país”⁶⁰. Envolto a denúncias de fraude eleitoral, Júlio Prestes foi eleito presidente, derrotando Getúlio

⁵⁸ Ibidem, P. 140.

⁵⁹ Retrato do Velho foi um jingle em prol da vitória de Getúlio Vargas na eleição presidencial de 1950, que o traria de volta ao cargo de Presidente da República depois de seis anos do fim do Estado Novo. A letra da marchinha, composta por Haroldo Lobo e Marino Pinto, fazia referência ao fato de Getúlio ter determinado que as repartições públicas tivessem o retrato do Presidente na parede, que então voltariam a ter seu retrato caso houvesse sucesso dele no pleito, como de fato aconteceu. Foi interpretada por Francisco Alves.

Vargas. Com a ajuda dos Tenentistas, surgiu uma conspiração para impedir que Prestes chegasse ao poder. Depondo o então presidente Washington Luís, o candidato Getúlio Vargas chegava a capital federal para se firmar como líder do Brasil com o auxílio de aproximadamente 3 mil soldados gaúchos, liderados pelo tenente-coronel Góis Monteiro.

Desta forma, com a entrada de Vargas a presidência, os ideais positivistas dos militares voltavam, mesmo que indiretamente ao local de maior poder da república brasileira, a presidência. “Deste período até 1945 há um entrelaçamento entre as construções do Estado capitalista brasileiro e de um novo Exército.⁶¹” Este período, que podemos denominar como a era Vargas, “foi marcada por uma mudança radical nas relações entre o presidente e as Forças Armadas.”⁶²

Este novo momento político e social do país foi traçado pelo grupo que controla a fração industrial e financeira do centro-sul do Brasil, transformando-os em verdadeiros intelectuais orgânicos⁶³. “Em 1937, o golpe de Vargas, apoiado pelos militares, inaugurou um período ditatorial que durou até 1945.”⁶⁴

Gradualmente, Vargas foi afastando os militares que o apoiaram no novo governo. Paralelamente a isso, a nova forma de reestrutura do sistema político brasileiro, bem como de suas formas de produção não apenas permitiram, mas incentivaram a participação de profissionais da classe média e até mesmo dos militares junto do empresariado, a tomarem parte, de fato, da administração do Estado.

O papel do Estado Novo na industrialização permitiu e propiciou a participação de profissionais de classe médias e de militares, juntamente com os próprios empresários, no aparelho administrativo do Estado. A

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 87.

⁶¹ VASCONCELOS, C. B.. A política repressiva contra militares no Brasil após o golpe de 1964. *LOCUS (UFJF)*, v. 12, 2006, p. 156.

⁶² CARVALHO, José Murilo. “Vargas e os militares: Aprendiz de Feiticeiro”. In: *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 102.

⁶³ O conceito firmado por Antônio Gramsci é bem oportuno, uma vez que estes militares se fundamentaram como porta-vozes não apenas do Capital, mas de seus grupos internos e de seus próprios interesses, uma vez que passaram a fazer parte da superestrutura do Estado, fazendo dela a sua semelhança, movimentando a estrutura produtiva e firmando as suas participações, ora como protagonista, ora como antagonista, mas participando de fato, da nova forma de governar o Brasil.

⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P.87.

participação dos militares realçou o discurso “nacionalista” que foi identificado com o desenvolvimento industrial privado da nação. Contudo, apesar da importância da “Sociedade política”, que compreendia a burocracia e os militares e a convergência de interesses desses últimos com os industriais, o desenvolvimento industrial foi guiado por diretrizes políticas traçadas pelo bloco industrial-financeiro do centro-sul do país.⁶⁵

A implantação de um salário mínimo a partir de 1939 no Brasil foi crucial para a expansão da industrialização capitalista que se apropriou do estabelecimento deste valor de subsistência para impedir um aumento nos salários de equilíbrio entre a força de trabalho qualificada e a não qualificada, auxiliando assim, a confecção de um cálculo econômico efetivo, enquanto se aguardava o aumento da produtividade e conseqüentemente o aumento do lucro do empresariado. Para o governo populista⁶⁶ de Getúlio Vargas, esta medida também foi muito eficaz, transformando-o em “o pai dos pobres⁶⁷”.

O estabelecimento de um salário mínimo em 1939 permitiu um nivelamento de salário para a força de trabalho urbana pelo grau mais baixo possível da escala, isto é, em nível de subsistência. Dada a relativa escassez de mão de obra qualificada e semiquificada, o estabelecimento de um salário mínimo impediu que as forças de mercado estabelecessem salários de equilíbrio a níveis mais altos, o que tenderia a inibir uma expansão mais fácil da industrialização capitalista. Tal política apresentava ainda dois benefícios significativos quanto à acumulação capitalista: primeiramente, ao determinar os salários institucionalmente, essa política permitia um cálculo econômico efetivo, enquanto o aumento de produtividade não era incorporado ao aumento dos salários. Em segundo lugar, um efeito importante da imposição de um salário mínimo foi a cooptação das classes trabalhadoras mostrando assim, a “face admissível do corporativismo”. O

⁶⁵ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Pág. 32.

⁶⁶ De acordo com o site do CPDOC, o termo “populismo” é um dos mais controversos da literatura política, possuindo várias conotações. De modo geral, contudo, o termo tem sido utilizado, no Brasil e na América Latina, para designar a liderança política que procura se dirigir diretamente à população sem a mediação das instituições políticas representativas, como os partidos e os parlamentos - ou ainda contra elas - apelando a imagens difusas como as de “povo”, “oprimidos”, “descamisados”, etc. Em nossa história recente, líderes como Vargas, João Goulart, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Ademar de Barros, Leonel Brizola, e outros, foram chamados de “populistas”. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb/faq>>. Acesso em: 15 set. 2019.

⁶⁷ De acordo com o site do CPDOC, podemos encontrar a gênese de Vargas ter sido considerado “pai dos pobres”, porque ao longo de sua primeira passagem pelo poder (1930-1945), mas principalmente durante o período do Estado Novo (1937-1945), Vargas implementou, pela 1ª vez na História do país, uma abrangente política de direitos sociais e trabalhistas, das classes populares brasileiras. Além disso, ao longo do Estado Novo essas realizações foram sistematicamente divulgadas por um aparato de propaganda de massas que prestaram um verdadeiro “culto à personalidade” do então ditador. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb/faq>>. Acesso em: 15 set. 2019.

Estado então foi projetado e percebido como protetor dos pobres, tendo à frente a figura paternalista de Getúlio Vargas.⁶⁸

Com o término da Segunda Guerra Mundial, mudanças significativas ocorreram em todo o mundo, tendo a classe trabalhadora se agitado por conta do agravamento das condições miseráveis de vida. No Brasil, novos e independentes sindicatos foram criados nos estados onde a industrialização se propagou de maneira mais intensa, como por exemplo, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil⁶⁹ (CTB) e o Movimento Unificador dos Trabalhadores⁷⁰ (MUT).

Diante desta conjuntura de adversidade e precariedade nas relações de trabalho e da qualidade de vida, ocorre em meados da década de 1940, o ressurgimento da esquerda no Brasil, “que havia sido atingida violentamente pelo Estado Novo e, particularmente, o crescimento do Partido Comunista Brasileiro⁷¹ (PCB) junto a organizações incipientes das classes trabalhadoras”⁷².

O empresariado estava bem organizado e atento às demandas da sociedade em meados de 1945, transparecendo em suas ações que as classes dominantes deveriam vislumbrar novas formas de governo com o intuito de “substituir as

⁶⁸ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Pág 33.

⁶⁹ A organização intersindical de trabalhadores, de âmbito nacional, criada durante um congresso nacional de trabalhadores realizado no Rio de Janeiro entre 9 e 20 de setembro de 1946 e não reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Foi extinta por decreto em maio de 1947. Em 1954, a entidade ressurgiu, ainda ilegalmente, e chamada por alguns de União Geral dos Trabalhadores (UGT), lutando pela aplicação dos novos níveis de salário mínimo. Em 1955, foi registrada a dissolução definitiva da CTB. A ideia da Confederação dos Trabalhadores do Brasil foi revivida em 1962, quando foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Para maiores detalhes, indicamos a leitura do verbete “confederação dos trabalhadores do brasil” no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930 do CPDOC. KORNIS, Mônica. CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO BRASIL. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁷⁰ Organização intersindical de trabalhadores de âmbito nacional, criada em abril de 1945 sem o reconhecimento do Ministério do Trabalho, com o objetivo de fortalecer a unidade sindical dos trabalhadores. Foi substituído pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), formada em setembro de 1946. Para maiores detalhes, indicamos a leitura do verbete “movimento unificador dos trabalhadores” no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930 do CPDOC. KORNIS, Mônica. MOVIMENTO UNIFICADOR DOS TRABALHADORES. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁷¹ Partido Comunista Brasileiro é um partido político brasileiro que se define como um partido de militantes e quadros revolucionários que se formam na luta de classes, na organização do proletariado e no estudo teórico das obras de Karl Marx e Friedrich Engels. Fundado na cidade de Niterói, em 1922.

⁷² DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Pág. 33.

medidas coercitivas do Estado Novo”⁷³. Na convenção nacional, adotaram diversos slogans com apelo social as camadas mais pobres dos trabalhadores, como “luta contra a pobreza” e o “aumento da renda nacional”, dentre outros.

Na classe média havia uma “onda antifascista” que produziu uma reação contrária ao autoritarismo do Estado Novo. A partir da pressão dos Estados Unidos da América, o governo brasileiro entrou nesta “onda antifascista”, e se declarou a favor “dos aliados enviando inclusive um contingente à Europa, a Força Expedicionária Brasileira – FEB, que participou da campanha na Itália sob o comando dos americanos”⁷⁴.

Esta aliança militar com os Estados Unidos da América perdurou após conflito, tendo se intensificado nas décadas que se seguiram. Muitos oficiais brasileiros tiveram a oportunidade de ir aos EUA, de “onde voltavam com novas ideias sobre desenvolvimento industrial e organização política do país”⁷⁵. Muitos destes oficiais opostos a Getúlio Vargas conspiravam contra o seu governo, tendo realizados diversos atos contra a sua permanência na presidência.

Após anos de poder concentrado nas mãos do Executivo e vendo este modelo político ruir, Getúlio Vargas tenta através do populismo, estabelecer um movimento institucional que privilegiaria o político profissional e a manutenção da participação do grande empresariado através do Congresso, o que foi visto com desconfiança pelas classes dominantes e com certa resistência da classe média.

A classe média e o empresariado acreditavam que com estas medidas populistas, Getúlio Vargas poderia aumentar o seu comando das classes trabalhadoras, o que poderia auxiliar o seu governo na retomada do poder, através de um executivo independente e soberano, sentenciando a maldição eterna os industriais e as Forças Armadas, ficando estas ao seu “bel prazer”.

A limitada convergência de classe no poder, o corporativismo associativo e o autoritarismo do Estado Novo foram integrados e sintetizados numa fórmula nacional de “desenvolvimento”, que, sob o nome genérico de populismo, tentava estabelecer uma hegemonia burguesa a partir de meados da década de quarenta. Através do populismo, o Executivo procurava estabelecer um esquema de limitada mobilização política nacional das massas urbanas, baseado em uma estrutura sindical controlada pelo Estado e no apoio institucional do PSD e do PTB. [...] Após

⁷³ Ibidem. Pág. 35.

⁷⁴ Ibidem. Pág. 35.

⁷⁵ Ibidem. Pág. 35.

anos de autoritarismo e predominância do Executivo, o populismo favorecia a reentrada em cena do político profissional, juntamente com a participação de indústrias e banqueiros em atividades político-partidárias no então reativado congresso. Contudo, a posição privilegiada que os industriais haviam conseguido no Executivo através de uma estrutura corporativista de associação foi preservada, embora controlada pelo Congresso.⁷⁶

Em meio a esta conjuntura conturbada, importantes lideranças de Minas Gerais lançaram um documento, conhecido como Manifesto dos Mineiros⁷⁷, contestando o regime. O governo reagiu castigando vários dos participantes. Politicamente, havia se tornado muito difícil para o governo Vargas manter unida a sua base de manutenção neste momento em que se abria a possibilidade de retorno ao regime da competição política. As desarmonias internas se tornaram inevitáveis.

A oposição não tardou e começou a costurar alianças com os militares, que estavam com o prestígio popular em alta devido o período pós-guerra. A candidatura à presidência do Brigadeiro Eduardo Gomes, “herói” dos 18 do Forte e fundador do Correio Aéreo Nacional⁷⁸, começou a ser articulada não apenas nos meios militares, mas também entre civis.

A consolidação desta candidatura ocorreu quando em fevereiro de 1945, a Tribuna da Imprensa resolveu desconsiderar a censura oficial estabelecida pelo governo varguista e publicou entrevista com José Américo de Almeida, defendendo

⁷⁶ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Pág. 36.

⁷⁷ O Manifesto dos mineiros, originalmente intitulado “Manifesto ao povo mineiro”, datado de 24 de outubro de 1943, em homenagem à Revolução de 1930, tendo sido o primeiro pronunciamento público de setores liberais “contra” o Estado Novo. O discurso revela que o manifesto foi a expressão de um espírito crítico da situação, não se tratando da apresentação de um programa positivo de governo. As questões relativas às classes proletárias estão ausentes no documento. Dentre os seus 92 (noventa e dois) signatários se incluíam Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga. Para maiores detalhes, indicamos a leitura do verbete “manifesto dos mineiros” no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930 do CPDOC. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. MANIFESTO DOS MINEIROS. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/manifesto-dos-mineiros>>. Acesso em: 12 out. 2019.

⁷⁸ O Correio Aéreo Nacional é um serviço postal militar brasileiro iniciado em 1931. Tem por objetivo integrar as diversas regiões do país e permitir a ação governamental em comunidades de difícil acesso, possuindo relevante papel social. Atua também como instrumento de integração entre os países da América do Sul.

eleições federais livres e apresentando o Brigadeiro Eduardo Gomes como candidato das oposições.

Mesmo com o governo de Getúlio Vargas tendo dado início a redemocratização do país com a Lei Constitucional nº 9, que encaminhava as eleições para a presidência da República e para o Parlamento Nacional serem realizadas no dia 2 de dezembro daquele ano, havia muita desconfiança, rumores e dúvidas sobre o futuro da nação e do ditador.

A gota d'água foi a nomeação de seu irmão Benjamim Vargas como chefe de polícia. Com medo de que os rumores em torno da prisão dos generais que estivessem contra o regime varguista se tornasse realidade, o Alto Comando do Exército depôs o presidente, que se retirou para a sua cidade natal, São Borja no RS, sem ter tempo de organizar resistência.

Antes que Getúlio Vargas conseguisse consolidar sua estratégia e formar um novo bloco de poder, o Exército, tendo como ponta-de-lança os oficiais da FEB, entrou em ação e depôs, apoiado por um alinhamento que compreendia os industriais locais, a oligarquia, as classes médias e, finalmente, as empresas multinacionais que haviam renovado seu interesse pelo Brasil.⁷⁹

Após dez anos de ditadura, os brasileiros se reencontraram com a democracia de forma direta, elegendo o Marechal Eurico Gaspar Dutra para presidente do país, através do Partido Social Democrático e apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro. O seu opositor foi o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela União Democrática Nacional⁸⁰ (UDN).

O Marechal demonstrou logo de início que suas ideias políticas eram bem diferentes do seu antecessor, sendo este fortemente influenciado pelo empresariado, favorecendo notoriamente a empresa privada, tendo desativado estatais e retrocedendo o desenvolvimento nacional.

Em 1950, o povo brasileiro pode outra vez exercer a sua democracia nas urnas e elegeu o ex-presidente Getúlio Vargas pela coligação do PTB e do PSP. Concorreram com o ex-presidente, o Brigadeiro Eduardo Gomes da UDN através da

⁷⁹ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Pág. 36.

⁸⁰ UDN – União Democrática Nacional, fundado formalmente em abril de 1945, reunia um forte apoio das classes médias urbanas e de alguns setores da elite.

coligação composta pela UDN/PRP/PDC/PL que tinha o apoio do líder integralista Plínio Salgado; Cristiano Machado do PSD através da coligação PSD/PR/POT/PST e João Mangabeira PSB que não firmou coligação neste pleito.

Em sua campanha, Vargas prometeu retomar as propostas em prol da industrialização nacionalista com a intervenção do Estado, além de prometer investir contra a inflação e a falta de aumento real nos salários dos trabalhadores urbanos, promovendo uma proteção do proletariado em prol de medidas de bem-estar social. Deixou claro também que não iria recusar investimentos estrangeiros, demonstrando uma certa continuidade do governo de seu antecessor.

A segunda administração de Getúlio Vargas foi dividida em três períodos. A primeira caracterizada por uma forte presença empresarial, uma política anti-inflacionária e uma procura entusiasmada de ajuda econômica dos Estados Unidos, que perdurou até meados de 1953 com a pressão de diversos grupos nacionalistas e o fracasso do controle inflacionário. A segunda foi caracterizada por ter recorrido às classes trabalhadoras como um grupo de pressão, substituindo o seu Ministro do Trabalho por João Goulart, mais radical, culminando com a demissão deste e do Ministro da Guerra General Estillac Leal após o famoso memorando dos Coronéis em fevereiro de 1954.

A terceira fase foi inaugurada sobre considerável pressão militar apoiada por empresários e pelo governo americano. Descrita por Dreifuss (2008), como uma longa sucessão de manobras que foram intensamente atacadas pelo Congresso e na imprensa por políticos mordazes e agressivos como Carlos Lacerda⁸¹, culminou com um golpe de Estado e suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954. “O choque de forças que levou ao seu suicídio resolveu-se apenas com o golpe militar de 1964.”⁸²

⁸¹ Carlos Frederico Werneck de Lacerda, embora registrado em Vassouras (RJ), nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de abril de 1914, filho de Maurício Paiva de Lacerda e de Olga Werneck de Lacerda. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o Diário de Notícias. Fundou a Tribuna da Imprensa, tornou-se membro da União Democrática Nacional (UDN), vereador (1945), deputado federal (1947–55), governador do estado da Guanabara (1960–65) e criador da Editora Nova Fronteira. Faleceu em 21 de maio de 1977.

⁸² CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P.131.

1.7 O atentado da rua Toneleros

A morte vem de longe
Do fundo dos céus
Vem para os meus olhos
Virá para os teus
Desce das estrelas
Das brancas estrelas
As loucas estrelas
Trânsfugas de Deus
Chega impresentida
Nunca inesperada
Ela que é na vida
A grande esperada!
A desesperada
Do amor fraticida
Dos homens, ai! dos homens
Que matam a morte
Por medo da vida.
(*A Morte, Vinicius de Moraes*)

A oposição ao governo de Getúlio Vargas era ferrenha e tinha como um dos seus principais interlocutores, Carlos Lacerda, que através da imprensa mantinha constantes ataques diante aos mandos e desmandos do governo. Melindrado com a brutalidade dos ataques contra seu patrão, o chefe da guarda palaciana Gregório Fortunato, organizou um atentado. Contou ainda com ajuda de Climério Euribes de Almeida, que contratou o pistoleiro e orientou diretamente os passos que deveriam ser realizados.

Na noite de 5 de agosto de 1954 quando o jovem jornalista se aproximava do seu apartamento na Rua Toneleros em Copacabana, o carro deste foi interceptado por tiros realizados por Alcino João do Nascimento, tendo como resultado a morte do Major-Aviador Rubens Vaz, segurança pessoal do jornalista, enquanto que

Lacerda ficou apenas ferido. As investigações iniciaram-se pela polícia civil e foram acompanhadas pelo coronel João Adil de Oliveira, designado pela Aeronáutica.

Após o depoimento do taxista Nelson Raimundo de Sousa, o inquérito foi praticamente paralisado, mediante a informação de que um dos homens transportados até o local do crime era Climério Euribes de Almeida, membro da guarda pessoal de Vargas. Considerando o depoimento do taxista, a Aeronáutica passa a estar em estado de sublevação. No Clube Militar, três mil oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica aprovaram uma moção cobrando do governo mais esforços na apuração do crime e a punição dos responsáveis.

Com a morosidade no desenrolar das investigações, a Aeronáutica, valendo-se do fato de uma das vítimas ser de seu corpo de oficiais e da arma utilizada pelo assassino ser um revólver calibre 45, de uso específico das forças armadas, solicitou a instauração de um IPM, dando início às investigações de forma independente da polícia civil.

As forças Armadas estavam profundamente divididas desde o final da II Guerra Mundial.⁸³ Com o falecimento do Major-Aviador Rubens Vaz e com as atitudes tomadas pela Aeronáutica, o clima entre as forças só piorou. Após a abertura do Inquérito Policial Militar, os suspeitos passaram a ser levados para a Base Aérea do Galeão, sendo submetidos a interrogatórios pelas autoridades militares⁸⁴, dando origem a denominação de “República do Galeão”, devido à sua atuação independente durante as investigações relativas ao atentado da Toneleros.

“Foi enorme a irritação na Aeronáutica, houve reuniões exaltadas nos clubes das três forças em que se pedia, de início, a apuração do crime, depois a própria renúncia de Vargas.”⁸⁵ Foi vedada à imprensa qualquer informação sobre os depoimentos prestados, bem como qualquer contato com os detidos. Em pouco tempo os criminosos foram detidos e Gregório Fortunato, preso. O poder de Vargas esvaziou-se por completo. Antes de suicidar-se já estava politicamente morto.

⁸³ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. “Não comprar gato por lebre – para um reexame da relação entre nacionalismo e anti-imperialismo nos anos JK”. *Lutas Sociais*, n. 15/16. São Paulo, NEILS, 2006. p. 77.

⁸⁴ LAMARÃO, Sérgio. *República do Galeão*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁸⁵ CARVALHO, José Murilo. “Vargas e os militares: Aprendiz de Feiticeiro”. In: *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 114.

1.8 O governo de Juscelino Kubitschek

Mandar parente a jato pro dentista,
 Almoçar com tenista campeão,
 Também poder ser um bom artista exclusivista
 Tomando com Dilermando umas aulinhas de violão.
 Isto é viver como se aprova,
 É ser um presidente bossa nova.⁸⁶
(Juca Chaves, Presidente Bossa Nova)

Com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, o Brasil passou a ser governado pelo vice-presidente João Augusto Fernandes Campos Café Filho, opositor ferrenho da política varguista, que se aliou a outras lideranças nacionais ao propor uma candidatura única da direita e do centro, para tentar eliminar a influência do ex-presidente de uma vez por todas. Não funcionou e “a influência de Vargas projetou-se ainda por vários anos na política nacional.”⁸⁷

O principal alvo desta “União Nacional” era a possível candidatura do governador mineiro Juscelino Kubitschek, tendo sido montado um plano difamatório conhecido como “Carta Brandi”⁸⁸, que foi considerado falso após conclusão do Inquérito Policial Militar. Manifestos e discursos propagados e/ou assinados por diversos oficiais das mais diferentes patentes, principalmente da Aeronáutica e Marinha, rejeitando a esquerda e seus candidatos, tornaram-se recorrentes durante este período, além de articulações políticas a fim de impedir o processo eleitoral.

⁸⁶ Juca Chaves em sua música Presidente Bossa Nova ironiza a mania de voar do presidente Juscelino Kubitschek, bem como critica o uso da máquina pública na prestação de serviços a um parente do presidente; e mostra com muito bom humor o marketing do presidente para parecer sintonizado com o Brasil que se modernizava rapidamente naquele período.

⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p.131.

⁸⁸ Carta Brandi foi uma manobra golpista, onde uma notícia falsa foi inserida pelos opositores da aliança PSD-PTB no jornal de Lacerda (Tribuna da Imprensa) que envolvia João Goulart num pretenso contrabando de armas da Argentina para o Brasil. Para saber mais: LAMARÃO, Sérgio. CARTA BRANDI. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carta-brandi>>. Acesso em: 10 out. 2019.

“A candidatura de Juscelino Kubitschek, lançada pelo PSD reacendeu o udenismo militar. Os mesmos que combatiam Vargas passaram a combater Juscelino, que acusavam de continuador do varguismo”⁸⁹. Numa destas tentativas, a oposição apresentou emenda constitucional instituindo a obrigatoriedade de se obter a maioria absoluta de votos para o cargo de presidente e, caso nenhum dos candidatos obtivesse mais de 50% dos votos, a responsabilidade da escolha do presidente seria do Congresso Nacional, mas a emenda não foi aprovada.

Em outubro de 1955, quatro candidatos concorreram às eleições para presidente e vice-presidente dos Estados Unidos do Brasil. Com o passar dos dias, através da aliança PSD-PTB e com o apoio do Partido Comunista, o resultado de vitória dos concorrentes, Juscelino Kubitschek e João Goulart foi definida, mas a oposição realizada pela UDN, liderada pelo deputado Carlos Lacerda, não ficou satisfeita com este resultado, tratando de tentar a impugnação deste processo de todas as formas possíveis, independentemente da legalidade e da repercussão de seus atos.

Entre os dias 3 e 5 de outubro de 1955, a aliança PSD-PTB enfrentou nas urnas não só o candidato do PSP Ademar de Barros, o representante da UDN Juarez Távora e o líder do Partido de Representação Popular (PRP), Plínio Salgado: alvo de constantes manobras para frear a consolidação da candidatura de JK e Jango e sucessivas pressões por parte das oposições – principalmente da UDN –, as eleições presidenciais só acabaram acontecendo por causa da presença das tropas do Exército nas ruas.⁹⁰

Através do apoio da ala conservadora do Exército e do presidente interino Carlos Luz, após o afastamento de Café Filho por motivos de saúde, os udenistas iniciaram um movimento golpista para impedir a posse de JK, que para estes, seria um renascimento da política varguista duramente combatida. Outro fator problemático para essa oposição era o retorno de Jango ao poder, com o maciço apoio de diversos sindicatos e do PCB, buscando um capitalismo nacional, em oposição ao avanço dos interesses econômicos estadunidenses com intervenção estatal em diversos setores estratégicos.

No intuito de evitar a manobra política que culminaria na impugnação do processo eleitoral recém-realizado, o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, com o apoio dos generais Odílio Denys e Olympio Falconiére, dentre outros oficiais,

⁸⁹ CARVALHO, José Murilo. “Vargas e os militares: Aprendiz de Feiticeiro”. In: Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 115.

⁹⁰ COHEN, Marleine. JK. 1ª. Ed. São Paulo: Globo, 2006. P.82.

planejou e ordenou o cerco ao Palácio do Catete, a ocupação dos quartéis de polícia e da sede da companhia telefônica.

A Câmara dos Deputados impediu Carlos Luz de exercer a presidência, empossando Nereu Ramos para o cargo. Este movimento ficou conhecido, dentre outros nomes, como Movimento 11 de Novembro⁹¹. Quando tentou retornar ao cargo de presidente da república, Café Filho foi impedido por ter confabulado e participado na tentativa de embargo da posse dos eleitos em outubro.

Este movimento encabeçado pelo general Lott, garantiu que o presidente do senado, Nereu Ramos, conseguisse do Congresso o direito de governar em “estado de sítio” por trinta dias e, assim, foi possível sustentar a manutenção do status quo do governo para que os candidatos eleitos tomassem posse no dia 31 de janeiro de 1956. Após eleito, JK “ampliou o regime de liberdade e executou um programa de desenvolvimento – o Plano de Metas⁹² – à custa de substanciais concessões aos capitais estrangeiros.”⁹³

A política do Estado, sintetizada no chamado Plano de Metas, foi um sucesso, inclusive no que se refere a um aspecto no qual Vargas falhou: a atração de investimentos privados dos mais diversos países imperialistas, dos Estados Unidos ao Japão, para setores chaves da economia brasileira¹⁴. Constituiu-se, enfim, o que se convencionou chamar de o “tripé” de uma economia capitalista industrial consolidada: capital estatal, capital estrangeiro e, a “perna fraca”, capital particular nacional.⁹⁴

⁹¹ Movimento militar deflagrado sob a liderança do general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, no dia 11 de novembro de 1955. Teve como consequência a destituição do presidente da República em exercício, Carlos Luz, e a posse na chefia da nação do vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, confirmadas a seguir pelo impedimento do presidente licenciado João Café Filho. Seu objetivo era neutralizar uma suposta conspiração tramada no interior do próprio governo com o fim de impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. LAMARÃO, Sérgio. MOVIMENTO DO 11 DE NOVEMBRO. Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível no link: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-do-11-de-novembro> Acessado em 10 de Outubro de 2019.

⁹² Plano de Metas foi um importante programa de modernização e industrialização planejado pelo governo de Juscelino Kubitschek. Caracterizado por investimentos em diversos setores da economia e pela construção de Brasília. Baseava-se em 30 metas, divididas em diversos setores, são eles: Setores da energia (1 a 5), Setores do transporte (6 a 12), Setores da alimentação (13 a 18), Setor da indústria de base (19 a 29), Setor da educação (30).

⁹³ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 8ª edição ver. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010. P. 113.

⁹⁴ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. “Não comprar gato por lebre – para um reexame da relação entre nacionalismo e anti-imperialismo nos anos JK”. Lutas Sociais, n. 15/16. São Paulo, NEILS, 2006. p. 84.

O mandato de JK e Jango está enaltecido em nossas memórias principalmente pelo lema “cinquenta anos em cinco”, que consistia no investimento prioritário em áreas para o desenvolvimento econômico, infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria ao trazer automobilísticas como a Chrysler e Ford para o nosso país. Além da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o centro-oeste, ajudando no desenvolvimento econômico desta região e minimizando o avanço populacional do sudeste.

A aliança entre PSD e PTB, atribuiu ao governo o apoio necessário para os seus principais projetos. O PSD era o partido que possuía a maioria de parlamentares e ministros e controlava a política financeira da época. Já ao PTB ficou a tarefa de administrar o Ministério do Trabalho e o Instituto Nacional do Seguro Social, além de influenciar diretamente o movimento sindical e os trabalhadores urbanos organizados.

Como reflexo deste relacionamento, o conservadorismo e reformismo radicais que eram característicos destes, respectivamente, foram abandonados. De certa maneira, também deixou o país mais dependente do capital externo. “Entre 1955 e 1960, endividamento externo, déficit da balança comercial, espiral inflacionária e dependência do capital estrangeiro foram termos que passaram a frequentar as páginas dos jornais.”⁹⁵

A prioridade de investimento na industrialização deixou de lado a zona rural, prejudicando o trabalhador do campo e a produção agrícola. O país ganhou uma nova capital e beneficiou a região. Porém, a dívida externa, contraída para esta obra, aumentou significativamente. O abandono do campo por seus habitantes em busca de melhores condições de vida fez aumentar a pobreza, a miséria e a violência nas grandes capitais.

Evidentemente essa euforia tinha suas origens. Em primeiro lugar, vinha da certeza do <<novo>>: Bossa Nova, Cinema Novo, Nova Capital. Novos caminhos para o país: a valorização do nacional. Embora com raízes por vezes longínquas, tratava-se do <<novo Brasil>>, traçado por Kubitschek na audácia desenvolvimentista dos <<50 anos em 5>>. A construção de Brasília, simbolizando os novos tempos <<que hão de vir>>, consistia na moldura futurista do país, enquanto JK inaugurava para consumo externo,

⁹⁵ COHEN, Marleine. JK. 1ª. Ed. São Paulo: Globo, 2006. P.87.

no mais puro estilo populista, a imagem adequada ao presidente desse <<novo>> Brasil.⁹⁶

Como era de se esperar, a oposição se fez presente durante todo o período, principalmente durante as crescentes dificuldades financeiras e inflacionárias, as quais fragilizaram o governo federal. No Congresso, a UDN, que era o segundo maior partido da bancada, não dava trégua ao governo. Mesmo com todos os problemas identificados e as sérias crises que o seu mandato enfrentava, Kubitschek foi o único presidente civil que, entre 1930 e 1964, conseguiu manter-se no governo até o fim do mandato presidencial por meios constitucionais.⁹⁷

Apesar da oposição civil e de revoltas militares, a habilidade do novo presidente permitiu-lhe dirigir o governo mais dinâmico e democrático da história republicana. Sem recorrer a medidas de exceção, à censura da imprensa, a qualquer meio legal ou ilegal de restrição de participação, Kubitschek desenvolveu vasto programa de industrialização, além de planejar e executar a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, a milhares de quilômetros de distância. Foi a época áurea do desenvolvimentismo, que não excluía a cooperação do capital estrangeiro. O Estado investiu pesadamente em obras de infraestrutura, sobretudo estradas e energia elétrica.⁹⁸

Nas forças armadas, contou com o apoio da maior parte do Exército, através do ministro Lott, que como “ministro da Guerra, coordenou o principal esteio militar do governo, especialmente ao longo deste turbulento primeiro ano de mandato”⁹⁹. Mesmo assim, Juscelino Kubitschek enfrentou oposição de grupos militares, sobretudo da Aeronáutica, resultando em dois movimentos importantes, conhecidos como a Revolta de Jacareacanga e a Revolta de Aragarças que veremos a seguir em nosso próximo tópico de estudo.

⁹⁶ STARLING, Heloisa. Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. 2ª Ed. Petrópolis. Vozes. 1986. P.20.

⁹⁷ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 23

⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de, Cidadania no Brasil: o longo caminho. 15ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P.132.

⁹⁹ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. “Não comprar gato por lebre – para um reexame da relação entre nacionalismo e anti-imperialismo nos anos JK”. Lutas Sociais, n. 15/16. São Paulo, NEILS, 2006, p, 81.

2 JACAREACANGA E ARAGARÇAS: AS REVOLTAS MILITARES OCORRIDAS NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA.

São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Uma crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos¹⁰⁰

(Gonzaguinha, Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória, 1981)

No primeiro Capítulo, tivemos a possibilidade de conhecer um pouco mais da atmosfera política e ideológica que ronda o nosso período de estudo, bem como os eventos que antecederam as revoltas militares no governo de Juscelino Kubitschek, desde a instalação da República ainda no século XIX, perpassando os governos oligárquicos até a segunda metade da década de 1950. Procuramos ainda, reconhecer que as Forças Armadas representam uma diversidade ideológica, que estão longe de serem únicas e consensuais.

Neste momento de nosso trabalho, temos por objetivo, apresentar as Revoltas de Jacareacanga e de Aragarças através da parca bibliografia encontrada e principalmente pelas fontes primárias que são tão preciosas para o desenvolvimento desta pesquisa, já que foram pouco trabalhadas pela historiografia até o presente momento. Os periódicos O Cruzeiro e da Tribuna da Imprensa, ganham destaque em nosso trabalho, uma vez que “a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica,

¹⁰⁰ Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória é uma música de Gonzaguinha e foi gravada ao lado de seu pai no ano de 1981, sendo uma homenagem aos que resistiram ao golpe militar de 1964.

permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc.”¹⁰¹

Outra fonte importante para realizarmos este capítulo são os arquivos que pertenciam ao Coronel do Exército, Luís Mendes da Silva, participante efetivo da Revolta de Aragarças, que foram doados gentilmente pela sua filha, Iracilda Mendes Damasceno dos Santos, ao Arquivo Geral do Exército – AHEx e ao Arquivo Nacional. Dentre estes arquivos, temos correspondências expedidas e recebidas, fés de ofício, além de anotações, decretos, portarias e organogramas que serão importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Crendo que este capítulo é de suma importância, uma vez que é objeto central para a compreensão do todo, iniciamos o presente estudo com a intenção de não apenas relatar os acontecimentos derradeiros que culminaram nos eventos estudados, mas sim, propor uma reflexão diante das consequências das rebeliões para o país e para os próprios militares, que se aventuraram na missão de contestar o governo. Partindo dessas premissas, inicia-se o relato das revoltas militares no seio do governo JK.

2.1 As revoltas esquecidas

A vida é uma dança.
Ora triste,
Ora alegre.
Feita de momentos que merecem ser lembrados
ou esquecidos...
Momentos embalados por boa música
E outros nem tanto.
Momentos de calma que pedem uma melodia suave;
Momentos de euforia com um rock'n roll para celebrar.
E há aqueles momentos

¹⁰¹ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. Projeto História. São Paulo, n. 4, jun. 1985, p 90.

Onde não é preciso música alguma para acontecerem
E tão pouco serem lembrados.

(Dança sem música, Raquel Tavares)¹⁰²

É fato a existência de uma lacuna de estudos e debates em relação às revoltas militares ocorridas durante o governo de Juscelino Kubitschek, tendo a historiografia se voltado para outros prismas e questões. Com a finalidade de contribuir para o enriquecimento deste debate, diminuir a carência de material, é que iniciamos os estudos deste período, pautados na rememoração, na trajetória dos atores sociais, bem como, acreditando poder contribuir para o melhor entendimento de nosso passado e conseqüentemente do nosso presente.

Tal rememoração implica uma certa ascese de atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem as palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente.¹⁰³

Diversos estudos também trabalharam com o período histórico pesquisado, tais como “O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política”, de Maria Benevides; “O Brasil de JK” de Ângela de Castro Gomes; além de “JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil”, de Celso Lafer. Estes trabalhos enaltecem os aspectos da política de desenvolvimento econômico, analisando o programa de governo e as metas estabelecidas, além da importância da aliança partidária, entre o PSD e PTB, para a garantia da estabilidade.

Outros trabalhos como “O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964”, de Luiz Alberto Moniz Bandeira; “João Goulart: Entre a Memória e a História”, da Marieta de Moraes Ferreira e “João Goulart - Uma Biografia” de Jorge Ferreira; se debruçaram sobre a luta de classes, a participação do empresariado,

¹⁰² Trecho do poema “Dança sem música”, de Raquel Tavares. Publicado no livro de poesias “O Diário em Poemas: um livro Diário da Poesia”, organizado pelo professor, poeta e amigo, Renato da Silva Cardoso. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2018.

¹⁰³ GAGNEBIN, J. M. “História, memória, testemunho”. In Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006, p.55.

sobretudo do setor estrangeiro, além dos principais impasses de seu governo, seu papel no momento do golpe e sua atuação no exílio, além de constituir extensa e cuidadosa análise sobre o ex-presidente.

Sérgio Lamarão, autor dos verbetes das duas revoltas que estudamos em nossa dissertação, no dicionário temático do CPDOC/FGV, busca reconstruir a narrativa das revoltas, a partir dos dados que constam no livro “História das Revoluções Brasileiras”, de Glauco Carneiro, fazendo uma cópia das matérias realizadas pelo periódico O Cruzeiro.

Carneiro sintetizou as matérias da Revista O Cruzeiro, instituição em que trabalhou por um longo período, realizando um jornalismo histórico, com a preocupação de registrar as matérias para a posterioridade, através dos depoimentos das vítimas, sem problematizar as questões levantadas ou até mesmo pensar nos desdobramentos dos eventos ali mencionados em sua obra.

José Mario Miguez, advogado, militante político, pesquisador e escritor do livro “O Primeiro Sequestro Aéreo da História da Humanidade”, utilizou-se de depoimentos de autoridades da época, que narravam detalhes do sequestro, além de documentos oficiais como Portarias do Departamento de Aviação Civil, Certidões de Imóveis locais e circulares da Prefeitura Municipal, para rememorar a história do sequestro aéreo do quadrimotor da Panair do Brasil.

Miguez tinha como objetivo ao escrever o seu livro, a reivindicação da inclusão da Revolta de Aragarças como o primeiro sequestro aéreo da história humana, tal como conquistado quando da inclusão do feito no RankBrasil - Livros dos Recordes em 2007. Em seu texto não há uma preocupação quanto aos motivos que levaram nossos personagens a realizar tal feito. Tão pouco utiliza as suas fontes para a compreensão dos conflitos existentes durante o governo JK.

O oficial Próspero Punaro Baratta Netto, registrou suas memórias num livro de sua autoria, denominado AMAZÔNIA – TUA VIDA É MINHA HISTÓRIA, onde conta a sua versão sobre a sua vida militar. O livro está disponível na Biblioteca do Instituto Histórico da Aeronáutica e parece ser uma edição independente, sem uma gráfica conhecida ou edição específica, nos remetendo a noção de um diário. Não se trata de um documento com rigor historiográfico, tampouco literário ou científico.

Washington Amud Mascarenhas seguiu o exemplo do amigo e escreveu o livro “Vencer pela correção”, contando as suas memórias pessoais em torno do seu cotidiano nas Forças Armadas. Esta versão dos fatos também está disponível na

Biblioteca do Instituto Histórico da Aeronáutica e tampouco consegui encontrar versão para aquisição. A leitura não é prazerosa e o mesmo se utiliza de eufemismos, onomatopeias e até de metáforas pouco compreensíveis para quem não conhece a vida da caserna. Utiliza trechos soltos e tempos depois retoma o raciocínio sem nenhum rigor metodológico.

João Ferreira de Lima, tenente reformado da Força Aérea Brasileira e autor do livro “Jacareacanga: asas da verdade”, utiliza de sua publicação como um verdadeiro diário de suas memórias sobre os acontecimentos que presenciou como sargento legalista das tropas que abafaram a sublevação destes militares. Porém, dicotomicamente, enaltece a figura heroica e caridosa do major Haroldo Veloso, um dos conspiradores que ele ajudou a prender.

“Senta a Pua” de Rui Moreira Lima e “Jacareacanga: asas da verdade” de João Ferreira de Lima são publicações de autores militares, pouco convencionais ao estudo acadêmico, no entanto tendo sido extremamente interessante a utilização destes para presente pesquisa. Estes autores foram atores ativos nestes eventos, sendo estas publicações o verdadeiro fruto da experiência de vida dos mesmos, o que enriquecerá nosso trabalho.

Vale ressaltar a importância de uma análise mais apurada e detalhada do que o habitual aos utilizarmos este tipo de documento, uma vez que (visto que) o autor “produz uma fonte calçada em sua memória individual [...] A confusão epistemológica e metodológica é inerente a este gênero de narrativa. Objeto e sujeito se entrelaçam”¹⁰⁴. Ainda assim, estas narrativas são extremamente interessantes, sendo o verdadeiros frutos da experiência de vida dos mesmos, o que enriquece, quando tratada com a devida problematização necessária, o trabalho historiográfico.

Atualmente, existe uma problemática inerente à história do tempo presente e aos testemunhos oculares dos fatos estudados, mas nem sempre foi assim. Para compreender este processo de “demonização” do testemunho direto, é necessário remeter aos primórdios da instauração da disciplina no espaço universitário, onde iniciou-se uma cultura de que apenas os “iniciados” eram capacitados a realizar corretamente esta função.

¹⁰⁴ ROLLEMBERG, Denise. Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra. In _____ Resistência: memória da ocupação na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016, p4.

É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como foco central da preocupação dos historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia portanto nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa. O que alterou esse quadro? Por que, no século XIX, a história recente, então chamada de contemporânea, tornou-se um objeto problemático? O ponto de partida para entender esse processo é a contestação do triunfo de uma determinada definição de história a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária. Essa definição, fundada sobre uma ruptura entre o passado e presente, atribuía à história a interpretação do passado e sustentava que só os indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam executar corretamente essa tarefa.¹⁰⁵

Considerando o exposto, bem como a notória falta de matérias e estudos específicos que permeiem o imaginário em torno das revoltas de Jacareacanga e de Aragarças no meio acadêmico, concluímos que estes conflitos caíram no esquecimento pela historiografia. Em sua pesquisa, “o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha”¹⁰⁶ não apenas metodológicas, sobretudo dos fatos.

Devido a estas escolhas, fatos reconhecidamente relevantes durante a década de 1950 e do governo republicano de Juscelino Kubitschek e João Goulart foram deixadas de lado, para nossa sorte, que agora, quase sessenta anos depois, temos a oportunidade de nos debruçar em torno destes temas, que consideramos essenciais para a compreensão do passado e conseqüentemente de nosso presente.

Os estudos citados promoveram uma notória memória coletiva do governo JK, uma vez que nunca lembramos sozinhos. Maurice Halbwachs nos presenteou com a noção de “memória coletiva” e desde então inseriu o conceito explicativo de diversos fenômenos sociais que estão intrinsecamente ligados à memória, conforme nos explica Candau.

Deve-se a Maurice Halbwachs o fato de se ter forjado e depois imposto a noção de memória coletiva como conceito explicativo de um certo número de fenômenos sociais relacionados com a memória. Nunca nos lembramos sozinhos: pode-se resumir desta forma a tese de Halbwachs. Um individuo

¹⁰⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes. Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000, p111.

¹⁰⁶ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da história, ou, O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.52.

volta-se sempre para o passado, o seu ou do grupo a que pertence, socorrendo-se mais ou menos dos quadros sociais em que ele vive. A sua memória individual é pois socialmente orientada, o que não significa necessariamente ser compartilhada.¹⁰⁷

Diante da falta de estudos, tendo por objeto os movimentos golpistas de Jacareacanga e de Aragarças, criou-se uma memória coletiva onde os fatos ocorridos neste período, suas lutas, disputas e seus precedentes tornam-se quase que totalmente relegados, trazendo uma compreensão “distorcida” para esta memória e conseqüentemente para análise e discussão do tempo presente.

Diante dessa lacuna de estudos, ainda não temos subsídios para afirmar ou negar se esta omissão da historiografia diante destes fatos relevantes de nosso passado recente é oriunda de fruto de uma seleção historiográfica “natural” a partir das observações e limitações no ofício do pesquisador, ou se de alguma forma foi intencionalmente esquecida e vilipendiada a partir de esforços de grupos e/ou setores com a finalidade específica de atender uma memória nacional específica.

Mesmo tendo consciência da necessidade e da “natureza emancipadora do esquecimento”¹⁰⁸, nosso ofício nos instiga a investigar estes fatos e tentar “preencher” tais questionamentos em futuros trabalhos. Considerando que o “esquecimento é uma censura, mas ele pode ser também um trunfo permitindo à pessoa ou a um grupo construir ou restaurar uma imagem”¹⁰⁹, criando quem sabe, uma nova memória coletiva para este período.

2.2 A revolta de Jacareacanga

Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.
Tempo de absoluta depuração.
Tempo em que não se diz mais: meu amor.
Porque o amor resultou inútil.
E os olhos não choram.

¹⁰⁷ CANDAU, Joel. “Memórias e amnésias coletivas”. In _____. Antropologia da Memória. Instituto Piaget. Lisboa, 2005, p. 84.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 113.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 118.

E as mãos tecem apenas o rude trabalho.
 E o coração está seco.
 Em vão mulheres batem à porta, não abrirás.
 Ficaste sozinho, a luz apagou-se,
 Mas na sombra teus olhos resplandecem enormes.
 És todo certeza, já não sabes sofrer.
 E nada esperas de teus amigos.
(Os ombros suportam o mundo, Carlos Drummond de Andrade)

A Revolta de Jacareacanga ocorreu em fevereiro de 1956. Durou 19 (dezenove) dias, sendo o resultado do descontentamento de uma parcela expressiva das Forças Armadas. Essa parcela das Forças Armadas correspondia aos antigetulistas, que acreditavam que o governo de Juscelino era uma continuidade do Varguismo tão combatido por eles. Em maioria, ligados à UDN e liderados pelos ministros Eduardo Gomes, da Aeronáutica, e Amorim do Vale, da Marinha, que haviam sofrido derrotas importantes. Neste contexto, “os militares estavam inconformados com os rumos da política nacional e queriam a deposição de JK¹¹⁰”.

Outro fator importante que deve ser indicado, era o sentimento de revanche que havia neste período. Era consenso entre os oficiais, que aqueles que estavam envolvidos na elucidação da morte do major Rubens Vaz no atentado da Rua Tonelero, seriam perseguidos e preteridos diante da nova administração da Aeronáutica. Desta forma não havia, para eles, outra possibilidade a não ser legitimar a ascensão das Forças Armadas ao poder.

Particularmente os oficiais que haviam elucidado o atentado a Carlos Lacerda, que resultara na morte do Major Rubens Florentino Vaz, pressentiram que, com a nova administração da Aeronáutica, teriam multiplicadas as perseguições e preterições que, desde 11 de novembro do ano anterior, eram a regra de tratamento com relação aos elementos pertencentes à facção, cujo ardor permitira extrair-se o abscesso que se formara em torno de Vargas, embora à custa de seu lamentável desaparecimento. Para esses oficiais, entre os quais se destacavam o Major Haroldo Coimbra Veloso, pioneiro de abertura de campos na selva do Brasil Central, “era necessário prosseguir na obra de redenção iniciada em agosto de 1954, não se devendo permitir que Lott e seu dispositivo impedissem por mais tempo a ascensão dos legitimamente habilitados a ocupar o Poder.”¹¹¹

¹¹⁰ COHEN, Marleine. JK. 1ª. Ed. São Paulo: Globo, 2006, p 82.

¹¹¹ CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras. 2º Volume. Edições O Cruzeiro. 1965. P.504.

Uma vez que “assumiram a Presidência e Vice da República, representantes legítimos do getulismo”¹¹², os militares opositores, liderados pelo então major-aviador Haroldo Veloso, que contando com a ajuda do capitão-aviador Lameirão, na noite de 10 de fevereiro de 1956, roubaram uma aeronave Beechcraft caça AT-11 carregada de armas e explosivos, do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. Eles prenderam o oficial do dia e aproveitaram a situação para arrombar o depósito de armas.

Para que os praças que ali estavam não desconfiassem das suas reais intenções, fizeram o abastecimento e o taxiamento da aeronave de forma calma a fim de não levantarem suspeitas. O plano dos conspiradores exigia que a saída do Rio de Janeiro na madrugada do sábado de carnaval fosse silenciosa, com a finalidade de ocupar a base aérea de Cachimbo. “A tomada desta base, por conveniências estratégicas, visava somente causar maiores preocupações às autoridades.”¹¹³

Seguindo o plano, desobedeceram ao impedimento da torre de controle aéreo, seguindo para a rota inicial de Cachimbo, escalando o avião nos postos de Xavantina e de Jacaré, com o objetivo claro de confundir o governo e para que não levantasse maiores suspeitas de seus pares. Eles pretendiam atrair as tropas legalistas para a traiçoeira pista de Cachimbo, que estava localizada em meio à selva virgem, enquanto ganhavam tempo para organizar o quartel general que seria de fato na base militar de Jacareacanga, no Pará.

A ideia dos revoltosos que participaram da Revolta de Jacareacanga era tomar o poder das mãos dos “inaptos getulistas”. Após a deposição do presidente e de seu vice, este grupo de revoltosos, tinham como objetivo, repassarem o Poder tomado a força, para pessoas que estes considerassem honestos, honrados e que dessem conta das reformas necessárias dentro da administração governamental.

O objetivo da revolução foi desde logo limitado: se vencesse, seus realizadores entregariam a direção do país a homens honrados, até que se procedesse a reforma da lei eleitoral para evitar que os moralmente incapazes pudessem aspirar aos altos postos da administração pública. Explicaria, posteriormente, o Major Haroldo Coimbra Veloso: “Para os que não entendem, é fácil dar a razão do movimento; o Brasil a um ano, parecia ter-se livrado do grupo que nunca teve o direito de governá-lo, como ficou cabalmente provado pela sua conduta à frente dos destinos da nação, o

¹¹² Ibidem, p. 505.

¹¹³ Ibidem, p. 506.

que, aliás, foi a causa de sua queda. Era lógico, portanto, que não nos conformássemos com a sua volta ao Poder. Por isso, sempre me bati pelo início da revolução antes de 31 de janeiro.”¹¹⁴

Para que o plano desse certo era necessário que saíssem de maneira a não alarmar o comando aéreo, e quando fosse notada a falta do equipamento, já seria carnaval, impossibilitando assim, uma pronta resposta do governo, auxiliando na ação da rebelião. O objetivo da Revolta, de acordo com os seus realizadores, seria entregar “a direção do país a homens honrados, até que se procedesse a reforma da lei eleitoral para evitar que os moralmente incapazes pudessem aspirar aos altos postos da administração pública¹¹⁵”.

Para o governo, no primeiro momento, não se tratava de uma revolta, mas sim de um ato isolado de indisciplina desses oficiais e assim seria tratada, sendo eliminado o quanto antes. Pouco tempo depois, as notícias da revolta já se faziam encaminhadas para todo o território nacional, através dos periódicos vespertinos.

O Ministro da Aeronáutica, Vasco Seco, passa então a organizar as providências necessárias para abafar a manifestação o quanto antes, a fim de eliminar o conflito. Juscelino, que mal tinha tomado posse em 31 de janeiro do mesmo ano, não teve dúvidas em disparar aos boletins de notícias que não havia motivos para o feito, visto que não tinha tido tempo de governar de fato, indicando que agiria com rigor nas punições.

Em Belém, o Comandante Interino, Almir Policarpo, recebia a notícia da revolta. O Ministro da Aeronáutica deu ciência ao Comandante da então Primeira Zona Aérea para que tomasse as providências cabíveis, ou seja, apagar o foco insurgente o mais rápido possível. Juscelino, do Palácio do Catete, dirigia-se à nação indignado: “Trata-se de uma incontida explosão de ódio acumulado, pois nem tive ainda tempo de errar. Usarei de energia e severidade contra aqueles que falharam nos deveres para com a Pátria, ameaçando o regime”, afirmou para a imprensa carioca, o presidente bossanova¹¹⁶.

Com o passar dos dias, os revoltosos passaram a controlar as localidades de Cachimbo, Itaituba, Aragarças e a cidade de Santarém. Os rebelados tinham o apoio da população daquelas localidades. Batalhões improvisados de índios e seringueiros

¹¹⁴ CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras. 2º Volume. Rio de Janeiro. Edições O Cruzeiro. 1965. P.505.

¹¹⁵ Ibidem, p. 505.

¹¹⁶ LIMA, João Ferreira de. Jacareacanga: asas da verdade. Belém, PA: Grafinoite, 1999, p 38.

passaram a ser organizados por influência do major-aviador Haroldo Veloso. O major foi um importante membro da Fundação Brasil Central¹¹⁷ e conhecia a realidade da localidade e de seus integrantes. Era consenso entre os seus pares que “Veloso era capaz de repartir seu pão, se necessário fosse, para minimizar a miséria dos ribeirinhos tapajônicos¹¹⁸.”

Ali improvisou a resistência, armando batalhões de índios Munducurus e seringueiros residentes nas proximidades. Os indígenas, amigos incondicionais de Veloso desde 1949, mostraram-se ansiosos pela luta. E não compreenderam, por exemplo, que Veloso aprisionasse adversários e não os matasse, dando-lhes, ao contrário, alimentação e remédios. Veloso procurou explicar-lhes que as leis de guerra dos brancos diferiam daquelas por eles recomendadas, mas a impressão que deixou foi a “de que se estava tornando fraco”. Esses guerreiros do arco e da flexa só se sentiriam medianamente satisfeitos quando, no final da revolta, foi-lhes ordenado fincar estacas pontiagudas na pista de Jacareacanga, a fim de impossibilitar o salto dos pára-quedistas que o governo remetera para a região¹¹⁹.

De forma tática, a meta dos revoltosos era manter sobre o seu controle os pontos estratégicos no interior do país, contestando a autoridade do governo federal, forçando um ataque de tropas legalistas ligadas ao Ministro Lott. Desta forma, daria tempo para que grupos nos quartéis de todo o país que tinham o mesmo sentimento antijuscelinista e que de alguma forma tinham se comprometido com o movimento, se juntariam ao grupo, pegando em armas de fato contra o governo. Como sabemos, isso não aconteceu de fato.

Em entrevista à revista O Cruzeiro, Arlindo Silva, jornalista, que contribuiu com a ação dos revoltosos em Santarém, informou que a movimentação dentro do Quartel General era pacífica, chegando a ser “monótona”. Passavam o dia ouvindo

¹¹⁷ Na década de 1940, a população brasileira era concentrada basicamente no litoral de nosso país. Vargas planejou e estimulou um movimento para desbravar o interior do Brasil, que ficou conhecida como a Expedição Roncador-Xingu, desvendando as lendas e os mistérios desta região sul da Amazônia, tendo contato com diversas tribos indígenas, até então desconhecidas. Ao mesmo tempo, outro grupo tratava de fundar as estruturas das primeiras vilas da região. A Fundação Brasil Central absorveu as estruturas lançadas pela Expedição Roncador-Xingu, dando continuidade ao seu trabalho. A Usina Central Sul Goiana, a Usina Vila de Ipeguari e o Hospital Getúlio Vargas em Aragarças, foram alguns dos principais legados. Com a extinção da FBC, foi criada a SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

¹¹⁸ LIMA, João Ferreira de. Jacareacanga: asas da verdade. Belém, PA: Grafinoorte, 1999, p 59.

¹¹⁹ CARNEIRO, Glauco. História das revoluções brasileiras. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965. 2v, p 507.

transmissões de rádio da 1ª Zona Aérea e esperando notícias de adesão.¹²⁰ “Os dois oficiais pareciam tristes com a demora da luta. Eles deviam ter muitas fontes de contato espalhadas pelo Brasil afora, porque os radiogramas chegavam, com frequência, em código, sendo respondidas da mesma maneira.”¹²¹

Havia um avião B-17 que de tempos em tempos fazia rasantes sobre a pista tentando localizar os equipamentos que estavam em poder dos oficiais, mas o trabalho de camuflagem feito por Lameirão não deixava que isto ocorresse. Com o passar dos dias, todos se acostumaram com os rasantes e já não se incomodavam mais com a insistência dos voos na região. As informações passadas pela mídia nacional não correspondiam à realidade dos acontecimentos na região do Pará.

Depois do primeiro dia, nós jornalistas acostumamo-nos com a B-17 e não nos incomodamos mais com seus rasantes. No terceiro dia de permanência no QG rebelde, a ausência de novidades nos deixava entediados. Sentávamo-nos no chão (Velooso fazendo bombas com cápsulas presas entre as pernas) e começavam as anedotas. Aquilo não parecia uma guerra. Parecia um fim de semana, com a B-17 fazendo a cobertura. Enquanto as emissoras do país inteiro noticiavam que se travavam batalhas nas ruas de Santarém, Velooso e Lameirão tiravam boas sestas, deitados nos duros bancos do aeroporto. Para quebrar a monotonia e dar um pouco de movimentação ao QG rebelde, o Capitão Lameirão, todas as manhãs e todas as tardes, mandava seus homens descamuffarem o “Beech” e o colocarem na pista. Ele fazia também, diariamente, missões de patrulha ao longo dos Rios Amazonas e Tapajós.¹²²

Mesmo contando com poucos rebeldes e não tendo recebido o apoio necessário e esperado de seus pares para o sucesso almejado, a revolta demorou a ser controlada pelas tropas legalistas. Os primeiros grupos enviados para capturar os revoltosos não conseguiram aterrissar na base de Jacareacanga, pois, a pista de pouso estava ocupada por galões cheios de combustível, o que poderia levar a um acidente fatal para todos os envolvidos.

Muitos militares recusavam a participar da repressão ao movimento e por este motivo, mais de 40 oficiais da Aeronáutica e da Marinha chegaram a ser presos. Em meio a esse caos, tivemos inclusive um caso de adesão à revolta, por quem deveria elimina-la. O major Paulo Vitor da Silva que havia sido encarregado de reprimir a revolta pelo brigadeiro Antônio Alves Cabral, deixou a capital do Pará a bordo de

¹²⁰ Revista O Cruzeiro. 10/03/1956. P. 4 – 14. Vide Anexos A, B e C.

¹²¹ CARNEIRO, Glauco. História das revoluções brasileiras. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965. 2v, p 509.

¹²² Ibidem, p 508.

avião Douglas C-47, que transportava 20 homens e armamentos que ao chegar à base de Jacareacanga, aliou-se aos rebeldes, agregando ao plano.

No Campo dos Afonsos, 40 oficiais da Aeronáutica recusaram-se a participar da repressão à rebelião de Jacareacanga. Todos eles foram presos. Em Salvador, o comandante do esquadrão aéreo e 15 oficiais foram detidos por insubordinação. O comandante da Base Aérea de Fortaleza e seu assessor foram presos por se recusarem a mandar aviões para bombardear as bases rebeldes. O capitão da Marinha Edir Rocha, diretor do Serviço de Navegação Amazônica e Administração do Porto do Pará (SNAPP — órgão ao qual pertencia o navio Presidente Vargas, escolhido para levar os soldados para Santarém — renunciou ao cargo. Rocha enviou um telegrama ao presidente Kubitschek, recusando-se a cumprir “aquela odiosa missão”, sendo por isso detido.¹²³

No telegrama encaminhado ao presidente Juscelino Kubitschek, o capitão da Armada, Edir Rocha, diretor do Serviço de Navegação Amazônica e Administração do Porto do Pará (SNAPP — órgão ao qual pertencia o navio Presidente Vargas), escolhido para levar os soldados legalistas até a cidade de Santarém, se recusou a cumprir a missão e questionar o papel de comando do General Lott frente ao Exército, bem como a postura do próprio presidente em autorizar tal operação de guerra contra seus próprios homens.

No mesmo documento que objetivava a solicitação de sua substituição como capitão da embarcação que iria transportar as tropas para eliminar a revolta, o capitão Edir toma partido dos rebelados. Ele afirma que esta ação coordenada “objetiva silenciar o grito de profundo sentimento e rebeldia contra a situação reinante, dado por um grupo de bravos, que com um gesto de raro heroísmo mostram a Nação a necessidade de mudar por completo a atual situação militar.”¹²⁴ Do outro lado do conflito, os oficiais sofriam pela falta de informação proveniente dos quartéis.

“Inquietavam-se, porém, os revoltosos, com a falta de notícias provenientes de Pernambuco, Bahia e Ceará, sem imaginar que, em todos esses Estados e em mais alguns, dezenas de oficiais eram presos” por terem se recusado a sufocar a rebelião dos oficiais da Força Aérea Brasileira. Enquanto o grupo de Haroldo Veloso e Lameirão escreviam seus nomes na história, outros companheiros não tão notórios

¹²³ LAMARÃO, Sérgio. Revolta de Jacareacanga. Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹²⁴ CARNEIRO, Glauco. História das revoluções brasileiras. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965. 2v, p 509.

pelo Brasil a fora, eram apartados e presos por terem manifestado o seu apoio na Revolta de Jacareacanga, mesmo que sem terem pegos em armas de fato para tal participação.

Num plano conjunto entre os três ministros das Forças Armadas, ficou decidido que a operação legalista derradeira estaria a comando do brigadeiro Antonio Alves Cabral e que os 450 (quatrocentos e cinquenta) soldados enviados a Belém seriam transportados em um navio da Marinha, o Presidente Vargas, para Santarém. Os homens do Exército ficaram de ocupar a cidade e os paraquedistas da Aeronáutica a de reconquistar o aeroporto de Jacareacanga. “Duvidaram inicialmente os oficiais que o Governo estivesse mandando tropas para Santarém, a bordo de um navio do SNAPP, como anunciara.”¹²⁵

A monotonia do Quartel General foi pouco a pouco sendo substituída por confrontos. No dia 21, a tranquilidade de Santarém foi quebrada quando a B-17 surgiu de maneira desavisada, tendo por pouco não colidido com a aeronave do capitão Lameirão que retornava de seu patrulhamento diário para a proteção do grupo. O grupo em terra reagiu com armas leves e tratou de se manifestar para a 1ª Zona Aérea indicando que em razão dos ataques sofridos, teria que passar a reagir diante de qualquer ameaça.

No dia 21, a tranquilidade de Santarém foi quebrada quando a B-17 legalista surgiu inesperadamente das nuvens, quase colidindo com o “Beech” de Lameirão que voltava do patrulhamento. Mais tarde, no mesmo dia, dois aviões “Catalina” sobrevoaram a base e um deles, que levava metralhadora na bolha, mandou bala para terra. Veloso e Lameirão responderam com suas armas leves de fogo, tendo o segundo se exposto muito, ao abrigar-se por trás de um velho canhão colonial e dali disparado rajadas, sem atingir, no entanto, o avião, que se afastou também sem causar grandes danos. Imediatamente foi enviado um rádio ao QG da 1ª Zona Aérea, em Belém, dirigido ao Brigadeiro Antonio Alves Cabral, seu comandante: Em virtude do PA-1064 ter metralhado a estação de passageiros de Santarém, onde se encontravam civis, inclusive senhoras, a partir desta data passaremos a reagir a qualquer ameaça, responsabilizando esse comando pelas consequências.¹²⁶

Na tentativa de esconder os aviões das tropas legalistas, Lameirão mudava frequentemente a posição das aeronaves, culminando na inutilização de um dos

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ CARNEIRO, Glauco. História das revoluções brasileiras. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965. 2v, p 510.

aparelhos que acabou com as duas pernas quebradas, sobrando apenas um “Douglas” com pane no motor esquerdo, obrigando então ao reposicionamento do grupo para ganhar vantagem e assim evitar a entrada das tropas. Outra medida acertada foi ter fincado as estacas na pista, declarando a área como imprópria para o salto dos paraquedistas.

Durante um de seus voos de reconhecimento, Lameirão retornou com a informação de que as tropas fiéis a JK e Lott estavam próximas. Devido a escassez de recursos, tomou a decisão de alterarem a sua localização o quanto antes. “Ordenou que a gasolina, armas e munições fossem embarcadas no “Beech” e no C-47 de Paulo Victor que, providencialmente, regressara de Jacareacanga.”¹²⁷ Em duas horas as tropas já estavam reposicionadas e aguardando os homens do governo.

As tropas chegaram a Santarém na manhã do dia 24 de fevereiro e em pouco tempo já tinham o controle do aeroporto e dia a dia, as cidades que antes estavam sobre o comando dos rebeldes, foram sendo retomadas pelo governo. O grupo deixou Santarém e as cidades vizinhas, se alojando em Jacareacanga a fim de manter a sua posição estratégica. Dois dias depois do início do ataque só restava esse núcleo de resistência, devido, principalmente a sua questão geográfica que restringia a chegada de tropas legalistas.

Utilizando barcas, os trezentos homens do Tenente Coronel Delayete começaram a subir o Rio Tapajós. Veloso, conhecedor da região, aguardava o momento onde o rio estreitaria a tal ponto que ficariam expostos e os rebeldes aproveitariam a impossibilidade das tropas de escaparem, para atear fogo no grupo. Isto nunca aconteceu, devido a o fato de que alguns de seus homens foram pegos e o plano foi revelado, passando então a vantagem para os soldados de Delayete.

O Veloso queria era isso: que subissem em pequenas embarcações até a Cachoeira de Periquitos, acima de Pimentel, onde o Tapajós se estreita de forma incrível, reduzindo-se a três canais encachoeirados. Ali os rebeldes estariam à espera, prontos a derramar gasolina no rio, atear fogo e dormir na pontaria dos rifles e metralhadoras para caçar os infelizes que conseguissem escapar do braseiro. Sucedeu, porém, o imprevisto. Veloso, querendo apanhar gasolina em Itaituba para o seu plano tremendo, chegou a povoação de São Luis do Tapajós, numa embarcação com 12 homens, dali enviando dois observadores a Itaituba “para ver se o campo estava livre”. Todavia, lá já estavam soldados de Delayete, que interceptaram os

¹²⁷ Ibidem, p 510.

emissários e, depois de convencê-los “amistosamente”, obtiveram a “promessa” de que indicariam o local onde o major se encontrava¹²⁸.

Já no dia 29, quando a rebelião chegava aos seus 19 (dezenove) dias é que foi controlada pelo governo, com a prisão de seu principal líder, Haroldo Veloso e a morte do cabo-mecânico José Nascimento Barbosa Filho, o Cazuzo. Algumas horas antes, o capitão-aviador Lameirão, o major Paulo Vítor e o sargento João Gunther fugiram de Jacareacanga, partindo no C-47 para a Bolívia, onde obtiveram asilo.

[...] a patrulha que saiu de Itaituba para deter Veloso não mais o encontrou na vila. Avisado por um amigo, escapara para o mato, o mesmo não fazendo “Cazuza” (que pouco antes fora “promovido” a cabo) por se encontrar adoentado, queimando em febres palúdicas. Recolhido a uma das casas, ouviu o tropel da chegada dos legalistas e saiu à porta para olhar. Nisso o sargento Francisco Inácio, vulgo “Mineiro”, seu inimigo pessoal, integrante da tropa, o viu e o ameaçou. Como “Cazuza” tentasse recuar, “pareceu” ao sargento que ele iria reagir e, por esta razão, disparou-lhe uma rajada de metralhadora nos rins, prostando-o. A agonia de “Cazuza” durou meia hora, finda a qual, sob a mira das armas governistas, foi enterrado a toque de caixa¹²⁹.

A decisão de atacar em conjunto os rebelados trouxe à tona posicionamentos de militares contrários a reação do governo em várias bases por todo o Brasil, levando vários oficiais à cadeia por insubordinação. “A indisciplina se alastra pelos quartéis em terra, mar e ar.”¹³⁰ Estes atos nos fazem considerar que além de existir uma “empatia” com os revoltosos, muitos destes também compartilhavam de seus posicionamentos políticos, mas hesitaram em se rebelar pegando em armas contra o governo no momento que havia supostamente sido combinado.

Divulgada a notícia de que Cabral pretendia bombardear o quartel-general rebelde, o brigadeiro Antônio Guedes Muniz enviou-lhe do Rio um telegrama, responsabilizando-o pela morte eventual de “índios, trabalhadores civis e suas famílias” e fazendo severas críticas ao governo. Esse telegrama valeu a Guedes Muniz dez dias de prisão. Anteriormente, outros militares sabidamente contrários a Juscelino já haviam sido punidos por suas declarações. O almirante Carlos Pena Boto, presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista, recebeu dez dias de detenção por seus ataques ao governo Kubitschek a propósito de Jacareacanga. O almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, ministro da Marinha do governo Café

¹²⁸ CARNEIRO, Glauco. História das revoluções brasileiras. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965. 2v, p 512.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem.

Filho, foi punido com prisão domiciliar por ter declarado que Juscelino e Goulart não tinham o direito de ocupar os postos que ocupavam¹³¹.

Anos depois, Veloso, em conversa com o Brigadeiro Rui Moreira Lima e que foi transcrita no livro “Senta a Pua!”, confirma ao companheiro de farda, que o movimento tinha caráter nacional e os levantes generalizados pelo país e a insurreição não ocorreu da maneira planejada, o que trouxe consequências para os rebeldes que ali estavam cumprindo com o acordado entre os grupos de revoltosos.

Haroldo Coimbra Veloso, companheiro dos tempos da Escola Militar, que se projetou na FAB pelos levantes de Jacareacanga e Aragarças, ambos fracassados. Certa vez ele me disse, ao tempo do primeiro – Jacareacanga – que o movimento só fracassara porque os colegas que estavam implicados não cumpriram o combinado. Sua parte nesse levante foi levada a cabo com destemor e sucesso; ele tinha que ocupar Santarém por apenas 48 horas, aguardando que outras bases da FAB se revoltassem. Santarém ficou em seu poder durante 8 dias e ninguém mais se manifestou¹³².

Contrariando as suas declarações que prometiam usar de “severidade contra aqueles que falharam nos deveres para com a Pátria, ameaçando o regime”¹³³, o presidente Juscelino enviou uma proposta ao Congresso que beneficiou os rebelados com ampla anistia, “provando a todos que estava decidido a ser o presidente da concórdia”¹³⁴. Com seu espírito de conciliação e destreza política, utilizou “a disciplina militar, com a absorção das crises militares ao nível estritamente hierárquico, esvaziando-as de seu conteúdo político”¹³⁵.

Mesmo tendo sido anistiados e o governo conseguido manter certa atmosfera de conciliação, ainda que frágil, durante estes eventos turbulentos (alianças entre partidos, inflação, transferência da capital, revoltas no seio militar, crise, déficit do Tesouro, industrialização, dentre outros), ainda se manteve uma parcela das Forças Armadas, que não ficou satisfeita com as atitudes e os posicionamentos do governo

¹³¹ LAMARÃO, Sérgio. Revolta de Jacareacanga. Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹³² LIMA, Rui Moreira. *Senta a pua!* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1980, p 235.

¹³³ LIMA, João Ferreira de. *Jacareacanga: asas da verdade*. Belém, PA: Grafinoorte, 1999, p 38.

¹³⁴ COHEN, Marleine. *JK*. 1ª. Ed. São Paulo: Globo, 2006, p.83.

¹³⁵ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.149.

de JK e que não pouparam esforços para eliminá-lo do poder, dando origem a um novo evento, a Revolta de Aragarças, ocorrida em 1959, em Goiás.

2.3 A revolta de Aragarças

Alma que sofres pavorosamente
A dor de seres privilegiada
Abandona o teu pranto, sê contente
Antes que o horror da solidão te invada.

Deixa que a vida te possua ardente
Ó alma supremamente desgraçada
Abandona, águia, a inóspita morada
Vem rastejar no chão como a serpente.

De que te vale o espaço se te cansa?
Quanto mais sobes mais o espaço avança...
Desce ao chão, águia audaz, que a noite é fria.

Volta, ó alma, ao lugar de onde partiste
O mundo é bom, o espaço é muito triste...
Talvez tu possas ser feliz um dia.
(Revolta, Vinicius de Moraes, 1933)

A anistia ampla e irrestrita concedida pelo governo federal aos insubordinados e aos insurgentes do episódio ocorrido em 1956 na base de Jacareacanga não foi suficiente para criar um clima de empatia entre os militares e o *presidente bossa nova*. Pelo contrário, a atmosfera de insatisfação e de conspiração só fazia aumentar no seio militar. Dando origem a Revolta de Aragarças que durou aproximadamente de 36 (trinta e seis) horas e entrou para a história como o primeiro sequestro aéreo na história da humanidade.

Encabeçados pelo tenente-coronel aviador Haroldo Veloso, e pelo tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, ambos da Aeronáutica, inicialmente fruto de um grupo militar que se intitulou Movimento de Recuperação Nacional e tinha como objetivo limar os movimentos comunistas internacionais encabeçados por Leonel Brizola e fazer com que Jânio Quadros não se afastasse do pleito nacional, teve a participação de oficiais do Exército e até de civis, o que demonstra um caráter mais amplo do que a insurreição de Jacareacanga.

Por outro lado, ainda em novembro, os conspiradores foram informados dos planos de uma outra rebelião de orientação esquerdista liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que irromperia em 15 de dezembro de 1959 em vários pontos do país, inclusive em Belém, onde haveria um levante dos sindicatos. O objetivo de Brizola, de acordo com as informações, seria impedir a realização das eleições presidenciais.¹³⁶

Os revoltosos tinham a pretensão de bombardear os palácios Laranjeiras e do Catete, no Rio, e ocupar também as bases de Santarém e Jacareacanga, no Pará, mas como sabemos, o bombardeio aos palácios e a ocupação das bases não ocorreram de fato, mantendo o movimento de forma restrita a base de Aragarças, em Goiás e seus líderes, após o término da revolta, fugiram nos aviões para o Paraguai, Bolívia e Argentina, e só retornaram ao Brasil no governo Jânio Quadros após o Congresso garantir a anistia ao grupo, como veremos em detalhes.

“*Govêrno desmente rumôres de sublevação de militares*”¹³⁷. Com esta frase de impacto em sua matéria de capa, o periódico Tribuna da Imprensa¹³⁸ foi distribuído aos postos de venda de todo o Rio de Janeiro, naquela tarde de quinta-feira, no dia 3 de dezembro de 1959. Em entrevista, o ministro da Aeronáutica, o então Brigadeiro Melo, afirmou que não havia fundamento os rumores de

¹³⁶ LAMARÃO, Sérgio. Revolta de Aragarças. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹³⁷ Tribuna da Imprensa. 03/12/1959. p. 1; Anexo D.

¹³⁸ Em 1946 foi criada no Correio da Manhã, por Carlos Lacerda a seção intitulada “Na tribuna da imprensa”, visando, segundo seu próprio depoimento, fazer uma “crônica da Constituinte” que fosse ao mesmo tempo uma “reportagem sobre a vida nacional”. Com o afastamento de seu criador, em consequência da publicação de um artigo em que atacava a família Soares Sampaio, ligada por laços de amizade a Paulo Bittencourt, proprietário do jornal. Conservando o direito de usar o título de sua coluna — “Tribuna da imprensa” — da maneira que melhor lhe conviesse, decidiu lançar um novo jornal com esse nome. Assim, em 27 de dezembro de 1949, fundou a Tribuna da Imprensa, que, representando as principais propostas da UDN, viria a fazer oposição à forças políticas vinculadas ao getulismo.

sublevação militar e em suas palavras, *“Tudo não passa de um boato malévolos”* e dirigiu-se ao Catete, onde teria “conferencia com o Sr. Kubitschek”.

Na mesma edição, o chefe de operações da Panair do Brasil declarou que o avião comercial “Constellation”, que deveria chegar às 6 horas da manhã em Belém, cessou toda a comunicação com a terra, estando desaparecido até o momento daquele exemplar. Em outra coluna, fontes ligadas ao Conselho de Segurança Nacional informaram que, oito ou nove aeronaves teriam decolado de Minas Gerais para participar do movimento, e que o destino até aquele momento ainda era ignorado. Nestes breves trechos do boletim, as notícias publicadas como “furos de reportagem” pelo jornal de Carlos Lacerda nos fazem perceber as contradições existentes nestes supostos fatos.

Ainda meio sonolento, o Deputado Bento Gonçalves¹³⁹, então presidente da FPN - Frente Parlamentar Nacionalista, atendeu um telefonema inesperado às 04h30m da madrugada de 3 de dezembro de 1959. Do outro lado da linha, Carlos Lacerda, seu opositor, o convocava a um encontro urgente no seu apartamento na Praia do Flamengo. Especulando que o assunto o qual o tirou da cama fosse um possível apoio à candidatura do Marechal Lott, se deslocou com destreza.

Ao chegar a seu destino, foi surpreendido pela informação de que os momentos que antecederam a ligação foram de extrema inquietude para o seu oponente. Lacerda, sua esposa D. Leticia e seu filho Sérgio, haviam sido acordados naquela alvorada por insistentes toques em sua campainha. Ao atender a porta, se deparou com um manifesto¹⁴⁰ subversivo, que horas antes, havia sido escrito pelo advogado e membro da rebelião, Luís Mendes de Moraes Neto.

O documento declarava que a força e a corrupção governavam o Brasil. Responsabilizava também o governo pelo uso indevido dos fundos públicos, pela precária situação da agricultura, pelo alto custo de vida e pela miséria

¹³⁹ Bento Gonçalves Filho nasceu em Matosinhos (MG) no dia 21 de março de 1912, filho do comerciante e fazendeiro Bento Gonçalves e de Catarina Jorge Gonçalves. Participou das revoluções de 1930 e 1932. Industrial, foi fundador de empresas nos setores de construção civil, bebidas, cerâmica, balas e beneficiamento de mármore, tornando-se, em 1941, diretor da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Engajou-se na fundação do Partido Republicano (1945) em MG, tornou-se o vice-prefeito de Belo Horizonte. Foi o deputado mais votado do PR em Minas (1955) e participou da criação e tornou-se presidente da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), grupo interpartidário cuja plataforma nacionalista condenava a penetração do capital estrangeiro no país e a remessa de lucros para o exterior e defendia o monopólio estatal do petróleo.

¹⁴⁰ Com a finalidade de melhorar nossa compreensão sobre o conteúdo deste documento que tanto chamou a atenção de Lacerda e de seus contemporâneos, transcrevemos o mesmo no ANEXO E - O Manifesto Revolucionário do Movimento de Aragarças. Documento publicado na página 4 do Jornal do Brasil de 4 de dezembro de 1959.

econômica da população. Aproveitando-se dessa situação crítica, os comunistas se teriam infiltrado em todos os setores da vida pública, visando “implantar o seu regime de escravização do ser humano”. O fato de Jânio Quadros ter retirado sua candidatura era interpretado como uma clara indicação de “que a única via para o reerguimento nacional e a libertação do país do grupo que atualmente o domina é a revolução”. Datado de 3 de dezembro de 1959 e firmado pelo “Comando Revolucionário”, o manifesto terminava dando vivas ao Brasil e à “revolução”¹⁴¹.

Lacerda entrou em contato com o Brigadeiro Eduardo Gomes, que era seu vizinho, e constatou que este também havia recebido o mesmo documento na porta de seu apartamento. Entrando em contato com a Base Aérea do Galeão, receberam a notícia de que não havia nenhum golpe declarado até aquele momento, porém “oficiais sob o comando do Capitão Próspero Punaro Barata Neto haviam levantado voo em três aviões de transporte C-47, de n^{os}. 2060, 2020 e 2075”¹⁴² sem autorização do comando e com rumo a base de Aragarças. Este grupo liderado pelo Barata é considerado a primeira frente da rebelião.

Instruído por Carlos Lacerda, o líder parlamentar Bento Gonçalves se encaminhou para a residência do Marechal Lott, então Ministro da Guerra, a fim de relatar os fatos que o tiraram de sua casa, antes do sol se levantar. Lott interrompeu seus exercícios matinais e entrou em contato imediatamente com o seu Gabinete, que negou qualquer possibilidade de um motim no seio da instituição militar.

Além do grupo comandado pelo Capitão Barata Neto, havia ainda mais duas frentes que compunham a missão rebelde. Os rebelados de Belo Horizonte, tomaram um bimotor Beechcraft da empresa Samitra do Brasil. O objetivo inicial dos rebelados era bombardear os palácios Laranjeiras e do Catete, sedes do governo estadual e federal, respectivamente, o que levaria a um ataque sem precedentes na história militar brasileira.

Durante os preparativos em pleno seio das Forças Armadas, foi negociado pelo vice-almirante Sílvio Heck de que amplos setores da Marinha adeririam à revolta, com a condição de que a etapa destruição dos prédios históricos fosse suspensa. Por este motivo, o ataque foi deixado de lado, evitando a destruição das instalações. Como sabemos, o apoio da Marinha não chegou, desestabilizando o planejamento do grupo do Burnier.

¹⁴¹ LAMARÃO, Sérgio. Revolta de Aragarças. Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹⁴² Reportagem da Equipe. Revolução Levantou Voo. Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires. O Cruzeiro, 19/12/1959, p.12.

A primeira confirmação só foi possível por volta das seis e meia, tendo sido descoberto pela equipe do Ministro, que contou ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ao mesmo tempo em que o Ministério foi convocado em caráter de urgência para discutir a rebelião, os periódicos vespertinos já emitiam as primeiras notícias, ainda que muitas delas fossem equivocadas.

Telegramas de Belo Horizonte informavam que cinco oficiais da FAB, no aeroporto local, haviam fugido num 'Beechcraft' da firma 'Samitra do Brasil', depois de inutilmente tentarem se apoderar de três 'Douglas' da Real Aerovias' que estava com as baterias descarregadas.¹⁴³

Por volta das 10 horas daquela manhã, a empresa Panair do Brasil comunicou a Imprensa que o voo Rio-Belém, com 38 (trinta e oito) passageiros e 8 (oito) tripulantes, que deveria chegar por volta das 6h no aeroporto de Belém, não alcançou o seu destino e que a última comunicação se deu quando este passava pela região de Imperatriz, no Maranhão, indicando então a terceira frente da revolta.

Entre os passageiros, estava o então presidente do Banco da Amazônia e Senador da República, o Sr. Remy Archer; a Sr^a Jaíssa Lott, viúva do Tenente Aviador Lott, primo do Ministro Lott, que havia falecido dias antes de num desastre aéreo, além de políticos, jornalistas, militares não identificados, senhores, crianças e mais oito tripulantes. Este fato foi considerado, portanto, o primeiro sequestro aéreo da história da humanidade.

Agora com a verdade verdadeira estudada, mostrada e levantada sobre os acontecimentos do Aeroporto e do sequestro, não deve ser negado que Aragarças é uma cidade histórica e como tal deve ser considerada pelas autoridades, não sei ao certo se Municipal, Estadual ou Federal, mas não se pode negar essa qualidade. AQUI HOUVE O PRIMEIRO SEQUESTRO AÉREO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE. Isso é inegável¹⁴⁴.

Ainda dentre os sequestrados, podemos destacar a jornalista Leyla Castello, do, O Globo, além é claro do corpo da Sr^a Regina Coeli Farry, que veio a falecer em 1 de dezembro, no Hospital dos Servidores do Estado, no Distrito Federal e que estava sendo trasladado para ser enterrado em Belém, junto da família e seus entes queridos.

¹⁴³ Reportagem da Equipe. Revolução Levantou Voo. Derradeira missão rebelde do "Constellation" teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires. O Cruzeiro, 19/12/1959, p.14.

¹⁴⁴ MIGUEZ, José Mario Guedes. O Primeiro sequestro aéreo da história da humanidade. 2ª ed. Goiânia: Editora Kelps. 2008, p.112.

De acordo com Leyla Castello, em entrevista exclusiva para a revista O Cruzeiro, o voo saiu do aeroporto Santos Dumont às 23:45 da quarta-feira, dia 2, para uma viagem de menos sete horas. A jovem adormeceu como a maioria dos passageiros, tendo acordado apenas às 6h da manhã do dia seguinte para tomar um café com pão doce, quando notaram que o avião demorava a chegar ao destino.

Ao questionar a demora, a jornalista e sua amiga foram informadas pela aeromoça e pelo comissário que era um simples atraso. Com sete horas e meia de viagem, surgiu uma cidadezinha pela janela e momentos depois avisaram que desceriam em Barreiras, na Bahia devido a problemas técnicos no aeroporto paraense. Depois de muito tempo parado já em solo, com um “calor horroroso”, finalmente desceram e indo de encontro a caminhões da FAB que estavam ali próximos, e que visualizaram placas com a verdadeira localização, “Aragarças – Goiás”.

Quando já se procediam as buscas sobre a selva amazônica, o Governo recebeu comunicado de que o aparelho estava a salvo, com todos os passageiros, em Aragarças. A aterrissagem tinha sido, realmente, “forçada”: A bordo do aparelho, oficiais passageiros, sob o comando do Major Teixeira Pinto, haviam tomado o controle do voo com a tripulação dominada por armas. Posteriormente, soube-se que esses oficiais emitiram mensagens pelo rádio de bordo, dando a posição às torres, como se a viagem estivesse correndo dentro dos planos de voo traçados pela companhia¹⁴⁵.

Ao pousarem, os passageiros perceberam que não apenas o aeroporto havia sido ocupado pelos revolucionários, mas a cidade também era controlada pelo grupo. Um sargento tomou as identidades de todos e um oficial obrigou o jornalista Evaristo Cardoso a ler o manifesto dos revoltosos para todos. Uma hora depois, os passageiros foram levados de carro para o Grande Hotel. Foram organizados e separados entre homens e mulheres, sendo proibidos de saírem do local.

No Rio de Janeiro, o governo passou o restante do dia verificando se havia mais focos de subversão militar, além da registrada em Aragarças, mas felizmente para este, não foram confirmados novos casos. Os rebelados estavam sozinhos e a resposta à Revolta, por meio das tropas legalistas se daria no dia seguinte ao início do movimento.

Quando amanheceu, conforme estampado na primeira página do Jornal do Brasil, os paraquedistas do Exército Brasileiro desceram as escadas dos aviões de

¹⁴⁵ Reportagem da Equipe. Revolução Levantou Voo. Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires. O Cruzeiro, 19/12/1959, p. 14.

transporte em Aragarças e tiveram uma grande surpresa, pois, horas antes, os rebeldes já haviam levantado voo depois de conquistarem mais um avião, um Beechcraft do Correio Aéreo Militar, que aterrissou em Belém de forma desavisada, em viagem normal, tendo os seus pilotos¹⁴⁶ sido presos por não aderirem ao movimento.

Ao chegarem à Aragarças, os paraquedistas aferiram que os membros haviam deixado para trás, alguns aviões de menor tecnologia e autonomia de voo e os “reféns do Constellation”, com exceção do Senador Remy Archer, que havia sido levado sequestrado como garantia, ou possível moeda de troca numa futura negociação.

No Rio, já eram conhecidos os nomes dos militares implicados. Coronel Luis Mendes da Silva, Tenente Coronel Mendes de Moraes, Capitão Tarciso de Carvalho Nunes Ferreira, Tenente Coronel João Paulo Moreira Burnier, Tenente Coronel Médico Luiz Charles, Tenente Coronel Geraldo Labarth Lebre, Tenente Coronel Haroldo Coimbra Veloso, Major Éber Teixeira Pinto, Capitão Gersed Nerval Barbosa, Capitão Próspero Punaro Barata Netto, Capitão Washington Amud Mascarenhas, Capitão Hebert Bom de Andrade Figueira e Capitão Roberto Leosinger. Civi haviam-se ligado aos rebeldes¹⁴⁷.

No final daquela sexta-feira, 4 de dezembro de 1959, chegou a Capital Federal, a notícia de que o “Constellation” e seus passageiros haviam pousado no aeroporto de Ezeiza, Buenos Aires. Os rebeldes obtiveram asilo político na Argentina e a tripulação, bem como o refém foram autorizados a retornarem para o Brasil. Ainda em Aragarças, foi noticiada “a prisão do Capitão Roberto Leosinger e quatro civis, com a descida do C-47 nº 2060¹⁴⁸”.

¹⁴⁶ O Tenente Castelo Branco e o Tenente Edison Freitas Coutinho eram os pilotos do avião Beechcraft do Correio Aéreo Militar que não aderiram ao movimento e foram presos em Aragarças, sendo encaminhados para o mesmo hotel dos demais sequestrados.

¹⁴⁷ Reportagem da Equipe. Revolução Levantou Voo. Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires. O Cruzeiro, 19/12/1959, p.18.

¹⁴⁸ Ibidem, p.18.

3 OS OFICIAIS E OS BASTIDORES DAS REVOLTAS

Se a Pátria querida for envolvida
Pelo inimigo, na paz ou na guerra
Defende a terra
Contra o perigo

Com ânimo forte se for preciso
Enfrenta a morte
Afronta, se lava com fibra de herói
De gente brava

Bandeira do Brasil
Ninguém te manchará
Teu povo varonil
Isso não consentirá

Bandeira idolatrada
Ativa a tremular
Onde a liberdade
É mais uma estrela
A brilhar

(Canção Fibra de Herói, Teófilo de Barros Filho)

Antes mesmo dos primeiros minutos do Governo de Juscelino Kubitschek, a Força Aérea Brasileira já se mostrava extremamente insatisfeita, como podemos lembrar através do Putsch do 11 de Novembro, passando pela Revolta de Jacareacanga, pela Carta dos Brigadeiros, até a eclosão deste movimento – a Revolta de Aragarças –, que mesmo tendo durado apenas aproximadamente 36 horas, não foi menos importante, posto que seus objetivos iniciais foram cumpridos plenamente.

A renúncia de Jânio Quadros à campanha da Presidência da República, realizada em 25 de novembro, bem como a possível ameaça de deflagração de um

golpe de esquerda marcado para os próximos dias de dezembro, liderado pelo governador gaúcho Leonel Brizola, fez com que este grupo opositor ao governo atual e a candidatura de Lott, se fizessem ser percebidos de uma maneira singular, e deste modo foi colocado em ação um novo plano intervencionista.

A [...] Revolta de Aragarças, materializada para forças Jânio Quadros a retomar a campanha à Presidência da República (a renúncia fora decidida intempestivamente no dia 25 de novembro de 1959) e, uma vez eleito, expurgar da vida pública os indivíduos notoriamente corruptos. Um segundo motivo pressionou, junto àquele grupo de oficiais, a conveniência de uma operação de campo ao mesmo tempo dissuasória e espetacular: a confirmação – através da Inteligência Militar e a partir de um comunicado via rádio de Porto Alegre (RS) para o Rio de Janeiro – da deflagração de um golpe de esquerda marcado para o dia 15 de dezembro e liderado pelo governador gaúcho Leonel de Moura Brizola. Acrescente-se a isso a ampla rejeição ao general Henrique Lott e à sua pretensão de candidatar-se à Presidência da República (homologada como se sabe, no dia 12 de dezembro, por ocasião da VIII Convenção Nacional do Partido Social Democrático); ele representava – segundo setores radicais nas Forças Armadas – o continuísmo e a cumplicidade com Juscelino Kubitschek.¹⁴⁹

A intervenção militar como recurso estrutural, político e social, foi utilizada em outros momentos da história do Brasil Republicano, “tanto por elementos da oposição como pelo governo, que procuram colocar os militares a serviço de suas causas (1920, 1922, 1924, 1930, 1932, 1945, 1954, 1955, 1961, 1964)¹⁵⁰”.

O que difere neste momento, é que a partir da transferência dos insatisfeitos que participaram do apoio à Carta dos Brigadeiros e na resistência do 11 de Novembro, a articulação política por parte destes indivíduos extrapolou o seu uso apenas como um recurso estrutural, passando a ter características de mobilização próprias, orgânicas a nível nacional e uma organização diferenciada dos movimentos vistos até o presente momento.

Segundo documentos encontrados no arquivo do Coronel Luis Mendes, tal grupo denominava-se Movimento de Recuperação Nacional cujos ideais baseavam-se em “lutar contra o comunismo” que supostamente reinava nas instituições brasileiras. De acordo com Burnier, este movimento, chegou a contar com 324 (trezentos e vinte quatro) componentes, sendo estes militares das três forças e civis,

¹⁴⁹ ARGOLO, José Amaral, Kátia Ribeiro, Luiz Alberto M. Fortunato. A Direita Explosiva no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996, p. 66.

¹⁵⁰ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p 151.

e se dividiam entre os imediatistas, que queriam aproveitar o momento para dar o golpe e tomar o poder executivo nacional e os que queriam protelar para pós eleições de 1960.

Em meados de 1959, Burnier afirmava contar com 324 homens, entre civis e militares, envolvidos na conspiração. No entanto, pouco depois, começaram a esboçar-se dentro desse grupo duas tendências: a primeira defendendo a eclosão a curto prazo da rebelião e a segunda preconizando a adoção de um comportamento defensivo, que só deveria ser abandonado se o governo tentasse dar um golpe, caso fosse derrotado nas eleições presidenciais de 1960¹⁵¹.

Argolo, em seu livro *A Direita Explosiva no Brasil*, indica que havia um numeroso quantitativo de militares descontentes que aterrorizavam o país com ações que contestavam o regime republicano em vigor, com ações conspiratórias e até atentados. Dentre os eventos e personagens citados e rememorados pelo major Alberto Fortunato, este além de se colocar como parte do mesmo grupo de Veloso, Burnier, Luis Mendes e demais participantes de Aragarças, ainda amplia a importância do movimento. De acordo com ele, após o Inquérito Policial Militar aberto, o Estado poderia indiciar muita gente, desde os que conspiraram até aqueles que sabiam e não denunciaram.

Desta forma, neste momento de nosso trabalho, temos por objetivo delimitar a trajetória dos oficiais que participaram das ações estudadas e evidenciar as influências sofridas por estes, para que possamos compreender melhor os seus atos, bem como elucidar a participação de outros personagens quando do asilo político e dos eventos que rondam a anistia destes militares.

Infelizmente, não conseguimos dar conta de captar arquivos relacionados a todos os oficiais que participaram dos levantes de Jacareacanga e de Aragarças, uma vez que, nem todos os arquivos necessários para a pesquisa junto a Aeronáutica, estavam disponíveis no Estado do Rio de Janeiro.

Desde o início da atual gestão federal, a Força Aérea Brasileira está fazendo alterações em sua infraestrutura, em especial, na Biblioteca e no setor de Arquivo do Instituto Cultural da Aeronáutica. É neste setor, que se encontra grande parte do acervo relacionado aos oficiais ativos antes da década de 1990 e de acordo com

¹⁵¹ LAMARÃO, Sérgio. *Revolta de Aragarças*. Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

informações colhidas, estão distribuídas entre as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

Outro fator que dificultou a pesquisa é a atual indisponibilidade de sistema ativo na Aeronáutica que nos indicasse a localização exata deste material, para uma possível solicitação à curto prazo. De acordo com relatos de militares e de colaboradores civis do próprio instituto, existem carências na infraestrutura do INCAER, como a própria Internet, por exemplo, que já duram desde a gestão passada e não há prazo definido para o restabelecimento dos serviços.

3.1 Eber Teixeira Pinto

Vamos, filhos altivos dos ares
Nosso voo ousado alçar
Sobre campos, cidades e mares
Vamos nuvens e céus enfrentar
D'Astro-Rei desafiamos nos cimos
Bandeirantes audazes do azul
Às estrelas, de noite subimos
Para orar ao Cruzeiro do Sul
Contacto! Companheiros!
Ao vento, sobranceiros
Lancemos o roncar
Da hélice a girar

(Hino dos Aviadores, Capitão Armando S. Menezes)

Nascido no Estado da Guanabara em 24 de setembro de 1924, entrou nas forças armadas como praça em 2 de março de 1942¹⁵². Em 12 de agosto de 1944, com apenas dois anos, foi promovido a Aspirante. Passou, ainda em setembro de 1944, a ser auxiliar de instrutor de voo da Escola de Aeronáutica. Em 17 de março de 1945, passou a ocupar o cargo de 2º Tenente.

¹⁵² Anexo R – Boletim Interno – Quadro de Oficiais Aviadores de 1974.

Foi assistente do Chefe do Estado-Maior do Conjunto das Forças Armadas. Coursou a Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), bem como participou de formações no Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais Aviadores. Apenas um ano depois, em 28 de junho de 1946, adquiriu a patente de 1º Tenente-Aviador¹⁵³. Matriculou-se no curso de Instrutor de Educação Física, na Escola de Educação Física do Exército, onde se graduou como bacharel em Educação Física.

Exerceu a função de Instrutor de Educação Física da Escola de Especialistas da Aeronáutica, a partir de maio de 1949. Ostentou a patente de Capitão-Aviador a partir de 12 de outubro de 1950, com apenas 26 anos de idade. Foi designado, em fevereiro de 1953, por necessidade do serviço, como Ajudante de Ordem do Brigadeiro do Ar “Graduado” Ary de Albuquerque Lima.

Assumindo o cargo de Major-Aviador em 20 de janeiro de 1957, por antiguidade. Participou do levante de Aragarças em dezembro de 1959 e se exilou até 1961, quando o seu processo de deserção foi cessado¹⁵⁴. Quando retornou as suas funções, foi promovido a Tenente Coronel-Aviador. Foi elevado a patente de Coronel-Aviador e assumiu a Subdiretoria Interina do Serviço Militar da Diretoria de Admissão de Pessoal.

Em abril de 1971, se torna Subcomandante do Comando da 3ª Zona Aérea, até que em 1974 é transferido para a reserva. Durante a sua carreira, recebeu ainda as condecorações Medalha Militar de Prata Cmp Atlântico e Sul Mert Santos Dumont. O seu tempo de serviço na ativa, contando com o período de exílio, foi de 31 anos, 9 meses e 29 dias, totalizando 4.188 horas de voo nas funções de oficial aviador.

3.2 Geraldo Labarth Lebre

Vocês não sabem de onde eu venho, companheiros.
Venho dos bancos de uma escola sem igual,
Me preparando para a luta e a tormenta,

¹⁵³ Anexo S – BM nº 6 de 1946.

¹⁵⁴ Anexo T – BM nº 6 de 1961. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

Conquistei meu ideal

E quando um dia a comandar os homens livres,
Lembrar-me-ei das instruções que aprendi.

CFAP é a glória,
A luta, a vitória,
Que as labaredas não conseguem destruir.

(Hino do CFAP, Sd Bm Gérson Lopes)

Infelizmente, temos poucos documentos que possam nos contar sobre a história deste oficial. O que temos de certo é que em maio de 1941, o Aspirante Lebre estava cursando o terceiro ano da Escola Naval, tendo sido elevado a 2º Tenente¹⁵⁵ em 04 de janeiro de 1943.

Em 1959, quando participou ativamente da Revolta de Aragarças, o mesmo ocupava a patente de Tenente-Coronel Aviador. Foi anistiado junto de seus companheiros e em 1968, quando foi condecorado com a Ordem do Mérito Militar, ocupava a patente de Coronel-Aviador¹⁵⁶.

3.3 Gerseh Nerval Barbosa

Arma ligeira que transpõe os montes
Caudais profundos, com ardor e glória
Estrela guia em negros horizontes
Pelo caminho da luta e da vitória
Cavalaria, Cavalaria
Tu és na guerra a nossa estrela guia

¹⁵⁵ Anexo U – BM nº 1 de 1941. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁵⁶ Anexo V – BM nº 8 de 1968. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

Arma de tradição que o peito embala
Cuja história é de luz e de fulgor
Pelo choque, na carga, ela avassala
E, ao inimigo, impõe o seu valor
(Canção da Cavalaria, Teófilo Ottoni Da Fonseca)

Por conta de nossas poucas fontes, não conseguimos estabelecer quando o oficial Barbosa foi admitido nas forças armadas, mas o que temos como comprovar de fato é que o mesmo foi elevado ao posto de 2º Tenente-Aviador em 15 de julho de 1949, por antiguidade, deixando a patente de Aspirante-Aviador¹⁵⁷.

Em agosto de 1951 foi ao posto de 1º Tenente-Aviador, por antiguidade¹⁵⁸ e somente em 1956 ao cargo de Capitão¹⁵⁹. Participou de missões de transporte de aeronaves Super Beechcraft – D 18S, compradas aos Estados Unidos em 1957¹⁶⁰, bem como foi designado como Ajudante de Ordens do Brigadeiro do Ar Engenheiro Oswaldo Balloussier.

Participou da Revolta de Aragarças, tendo sido considerado desertor. Com a anistia e o retorno ao serviço, retornou como Ajudante de Ordens do Brigadeiro do Ar Engenheiro Oswaldo Balloussier, o que demonstra para todos os efeitos que o oficial gozava da inteira confiança do Brigadeiro ou até mesmo que compartilhavam as aspirações contra o presidente, uma vez que mesmo tendo cometido ato considerado de ruptura legalista, retornou para a mesma função que obtinha antes do evento.

Em 1963, é elevado a Major-Aviador e classificado na Inspetoria Geral da Aeronáutica. Quando da entrada do presidente Costa e Silva, passa a ser Comandante do 1º Grupo de Aviação Militar, localizado no Estado de São Paulo,

¹⁵⁷ Anexo W - BM nº 7 de 1949. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁵⁸ Anexo X - BM nº 8 de 1951. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁵⁹ Anexo Y – BM nº 10 de 1956. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁶⁰ Anexo Z – BM nº 1 de 1957. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

cargo que só se afasta em 1967¹⁶¹, quando passa a fazer parte do Grupo de Transporte Especial, localizada na Capital Federal¹⁶², a qual no ano seguinte, passa a ser seu Comandante¹⁶³, assumindo a patente de Tenente-Coronel Aviador.

No início do ano de 1970, sai do cargo no GTE e no mesmo ano, passa a servir no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, em Brasília, ficando em consequência, no gabinete do então Ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello¹⁶⁴, até que no ano seguinte, ao mudar o Ministro da Aeronáutica, passa a ser o Comandante da 6ª Zona Aérea, onde foi promovido por merecimento, em 1972 a patente de Coronel¹⁶⁵.

Passou a ser Chefe do Estado-Maior do Sexto Comando Aéreo Regional, localizado, na época no Estado de São Paulo, onde ficou até 1977¹⁶⁶. Dois anos depois, passa a ser Chefe do Gabinete Técnico da Diretoria de Material da Aeronáutica, cargo que ocupa até 1979, quando o presidente João Figueiredo, concede a sua transferência para a reserva remunerada, contando com mais de 35 anos de serviço, elevando a sua patente a Major-Brigadeiro. Faleceu em 4 de agosto de 2007.

3.4 Haroldo Coimbra Veloso

Passei o Carnaval em Veneza
Levando as bombinhas daqui

¹⁶¹ Anexo AA – BM nº 1 de 1967. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁶² Anexo AB – BM nº 5 de 1967. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁶³ Anexo AC – BM nº 6 de 1968. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁶⁴ Anexo AD – BM nº 10 de 1970. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁶⁵ Anexo AE – BM nº 10 de 1972. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁶⁶ Anexo AF – BM nº 4 de 1977. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

Caprichei bem o meu mergulho
Foi do barulho, o alvo eu atingi
A Turma de lá atirava
Atirava sem cessar
E o pobre Jambock pulava
Pulava e gritava sem desanimar
Assim
Flak, Flak, este é de quarenta
Flak, Flak, tem ponto cinquenta
(Hino Oficial da Aviação de Caça, FAB)

Haroldo Coimbra Veloso, casado com Maria de Lurdes Leal Veloso foi um dos principais líderes das Revoltas de Jacareacanga e de Aragarças. Nascido no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 4 de julho de 1920, filho de Paulo Veloso e de Diva Coimbra Veloso. Ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro em abril de 1939, com 19 anos.

Pouco tempo depois, em setembro de 1942, foi declarado aspirante-aviador na recém-criada Força Aérea Brasileira, sendo promovido a primeiro-tenente-aviador em novembro de 1944 e a capitão-aviador em maio de 1946. Da década de 1950, formou-se no curso de engenharia aérea, sendo promovido a major-aviador em abril de 1951¹⁶⁷.

Com apenas 44 anos de idade requereu sua entrada para a reserva remunerada como brigadeiro, logo após a entrada do Marechal Castelo Branco ao poder em 31 de março de 1964. No ano seguinte, com a adoção do bipartidarismo instituído pelo Ato Institucional nº 2, Veloso filia-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido alinhado com a ideologia do governo militar instaurado.

Elegeu-se deputado federal, em 1966, pelo Pará na legenda da Arena, tendo utilizado o seu mandato para denunciar a existência de aeroportos clandestinos que serviam a empresas estrangeiras e o auxiliar os povos indígenas e ribeirinhos da região. Faleceu no Rio de Janeiro em 22 de outubro de 1969.

¹⁶⁷ Anexo AG – Oficiais da Ativa de 1953 (Quadro Complementar de Aviadores).

3.5 Heber Bom de Andrade Figueira

Com os pilotos e asas seremos
Um conjunto de todo eficaz;
Por mais forte o inimigo não vemos
Que possamos temê-lo, jamais
Disciplina, amor e coragem
É o lema do nosso sucesso
Da bandeira da pátria a imagem
Nos aponta a ordem e o progresso
Especialistas, avante ao ar
Para a frente, com garbo varonil
Agiganta a tua obra sem par;
Sob o céu deste grande Brasil.
(Canção do Especialista, FAB)

Durante a pesquisa, descobrimos que os jornais e periódicos da época escreveram errado o nome do oficial Hebert, quando o correto é Heber. De toda forma, pouco conseguimos comprovar sobre a trajetória militar do oficial. Podemos afirmar que em 1945, o mesmo já ocupava a patente de 2º Tenente Mecânico de Aviões da Reserva, tendo aparecido no Boletim nº 4 do Regimento de Aviação do Galeão¹⁶⁸.

Os periódicos e jornais repercutem a sua participação na Revolta de Aragarças e podemos comprovar isso quando da sua reintegração, já como Capitão, ao Quadro de Oficiais Especialistas em Avião do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, após a anistia considerada ao grupo, conforme consta no Boletim¹⁶⁹ interno do Ministério da Aeronáutica a qual tivemos acesso durante a pesquisa.

¹⁶⁸ Anexo AH – BM nº 7 de 1945. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁶⁹ Anexo AI – BM nº 1 de 1962. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

3.6 João Paulo Moreira Burnier

Cumprindo no espaço a missão dos condores
 Valente e audaz não vacila um instante
 Nas asas de prata ao roncar dos motores
 Vai a sentinela da pátria distante
 Chegado o momento descendo dos céus
 Num salto gigante surgindo do anil
 Vai ele planando no templo de Deus
 Lutar em defesa do nosso Brasil
 Paraquedista!
 Guerreiro alado vai cumprir sua missão
 Num salto audaz
 Vai conquistar do inimigo a posição
 (*Canção do Paraquedista, FAB*)

João Paulo Moreira Burnier¹⁷⁰, casado com Nilza de Alencar Sabóia Burnier, com quem teve seis filhos, foi um dos principais líderes das Revoltas de Aragarças. Nascido em 18 de outubro de 1919, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, filho de Otávio Penido Burnier e de Margarida Moreira Penido Burnier. Sentou praça em abril de 1939, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro.

Com a criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira, transferiu-se para a Escola de Cadetes da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, pela qual chegou a Aspirante-Aviador, em setembro de 1942. Promovido a Segundo-Tenente em maio de 1943, passou sucessivamente a Primeiro-Tenente em novembro de 1944 e a Capitão-Aviador em maio de 1946.

Foi promovido a Major-Aviador em outubro de 1950 e em janeiro de 1957 a Tenente-Coronel-Aviador. Tendo sido oposição ao governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi um dos principais líderes da Revolta de Aragarças, tendo se exilado em 4 de dezembro para a cidade de Roboré, na Bolívia.

¹⁷⁰ Anexo AJ – Oficiais da Ativa de 1964 (Quadro de Oficiais-Aviadores).

Após estar devidamente exilado em La Paz, afirmou por carta que a revolta de Aragarças tinha cumprido os seus objetivos, uma vez que Jânio Quadros tinha concordado em concorrer às eleições presidenciais daquele ano, contrapondo a candidatura do Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, que era visto por estes militares opositoristas, como um continuísmo do governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Burnier só retornou ao Brasil no primeiro semestre de 1961, no governo de Jânio Quadros, sendo promovido a Coronel. Em entrevista ao Jornal do Brasil em 23/10/76 e posteriormente a Fundação Getúlio Vargas, declarou ter sido participante ativo do movimento político que depôs o presidente João Goulart em 31 de março de 1964 e afirmou que havia colocado na época várias cargas de dinamite no palácio Guanabara, sede do governo carioca, visando evitar que o prédio caísse em poder dos comunistas.

Nas mesmas entrevistas, afirmou que depois da queda de Goulart, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) teve sua atuação ampliada e permaneceu sob seu comando. Depois de receber a patente de Brigadeiro-do-Ar, no governo do Marechal Artur da Costa e Silva, foi designado, em 1968, para servir na chefia da seção de informações do gabinete do ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Márcio de Sousa e Melo, tornando-se em seguida chefe de gabinete.

Nesse cargo, durante o primeiro semestre de 1968, foi envolvido no chamado “caso Para-Sar”, que tinha por objetivo eliminar as pessoas que atiravam objetos contra a polícia do alto dos edifícios do centro do Rio de Janeiro durante as manifestações estudantis.

Já no governo do general Emílio Garrastazu Médici, Burnier assumiu o comando da III Zona Aérea, sediada no Rio de Janeiro, em substituição ao brigadeiro João Tavares Bordeaux Rego. Em novembro de 1971, passou para a reserva remunerada. Ingressou na iniciativa privada, fundando em 1974, ao lado de outros militares, a Xtal do Brasil, empresa voltada para a industrialização e para a comercialização do cristal de quartzo.

Em outubro de 1976 seu nome voltou aos jornais, acusando os comunistas de terem explodido uma bomba nas dependências da Xtal. Ao longo de sua carreira militar, Burnier fez os cursos de tática aérea, de estado-maior da Aeronáutica e da Escola Superior de Guerra. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 13 de junho de 2000.

3.7 José Chaves Lameirão

Salve a Patrulha, Salve a Patrulha!
O passado distante viu nascer sua história
Salve a Patrulha, Salve a Patrulha!
Seus feitos marcantes são flagrantes na memória
Salve a Patrulha, Salve a Patrulha!
A Embarcada retrata sua força, sua glória
Empunhando o tridente mortal, na defesa da Força Naval
Em vigília constante, protege o mercante e nosso litoral
(Hino da Aviação Embarcada, FAB)

José Chaves Lameirão nasceu São Paulo, na cidade de Coroados no dia 29 de setembro de 1926, filho de Antônio Lameirão Júnior, empresário do ramo da industrial, e de Jandira Chaves Lameirão¹⁷¹. Seis meses após seu nascimento, a família transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. José realizou os seus estudos do primário, na Escola Argentina, enquanto que o ginásio no Instituto Leverger, bem como o colegial no Colégio Metropolitano.

Em março de 1945 ingressou como Praça na Escola de Aeronáutica, sendo declarado Aspirante-a-oficial em dezembro de 1947. Casou-se com Maria da Glória da Costa Serrano Lameirão, com quem teve três filhas. Promovido a 2º Tenente em julho do ano seguinte e a 1º tenente em março de 1951. Em janeiro de 1955, sentou-se Capitão-Aviador, integrando o grupo de oficiais antigetulistas da Aeronáutica.

Juntamente com o Major-Aviador Haroldo Veloso e outros oficiais, formou um pequeno núcleo radical que decidiu enfrentar a ala militar vitoriosa, contando receber o apoio de outros oficiais descontentes, participou da Revolta de Jacareacanga, em 1956. Anistiado, em outubro de 1961, Lameirão foi reformado no posto de Major-Aviador pelo presidente João Goulart, vindo a falecer em 25 de julho de 1975.

¹⁷¹ Anexo AK – Reportagem da Revista Manchete. 3 de Março de 1956. p. 12.

3.8 Luis Mendes da Silva

Nós somos estes infantes
Cujos peitos amantes
Nunca temem lutar
Vivemos
Morremos
Para o Brasil nos consagrar!
Nós, peitos nunca vencidos
De valor, desmedidos
No fragor da disputa
Mostremos
Que em nossa Pátria temos
Valor imenso
No intenso
Da luta

(Canção da Infantaria, Hildo Rangel)

Luís Mendes da Silva¹⁷², filho de Agnello Mendes da Silva e Maria Cacilda Mendes da Silva, nasceu em 13 de novembro de 1904, em Maceió (AL), casado com Dona Inah Araujo Mendes da Silva. Coursou a Escola Militar de Realengo (1923 - 1927), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1939), a Escola de Estado-Maior do Exército (1941-1943), o Curso Associado da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, em Fort Leavenworth, Kansas (EUA) e a Escola Superior de Guerra (Brasil, 1956).

Foi instrutor e professor da Escola Militar de Realengo (1933-1934 e 1940-1941), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1953), da Escola do Estado-Maior do Exército e adjunto da 3ª Seção do Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira (1944-1945). Participou da Revolta de Aragarças, foi exilado e só retornou ao Brasil após anistia e da vitória de Jânio Quadros.

¹⁷² Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Fundo Luis Mendes da Silva (1S): catálogo de documentos sonoros, Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012. 9 p. Disponível em: <<https://www.arquivonacional.gov.br/images/...ao.../Lus-Mendes-da-Silva-final-9-nov.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Comandou o 1º Batalhão de Fronteiras, em Foz do Iguaçu. Chefiou o Estado-Maior da 9ª Região Militar de São Paulo (1961-1962), o Estado-Maior das Forças Armadas (CEF), em Manaus (1962-1963). Foi governador do Território Federal do Amapá (1964 - 1967), assessor do Ministério do Interior (1967-1968), representante do Ministério do Interior junto ao Grupo Nacional de Desenvolvimento de Construções Escolares, coordenador do Grupo Interministerial e do Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP).

Representou o Brasil na VI Conferência Mundial de Defesa Civil, em Genebra, apresentando tese específica e foi secretário para assuntos interiores da Cruz Vermelha Brasileira. Recebeu várias condecorações, entre as quais a Medalha de Campanha da Força Expedicionária, Cruz de Combate de 2ª classe, Cruz de Guerra com Palma (França) e Ordem de Mérito Militar.

Realizou conferências em diversas capitais do Brasil sobre o atendimento às populações nas calamidades públicas e sobre a Amazônia, no Curso de Altos Estudos Brasileiros. É autor de uma monografia sobre a República do Paraguai e artigos em revistas e jornais.

Nomeado pelo marechal Castelo Branco¹⁷³, Luiz Mendes veio com plenos poderes para fazer prevalecer os pressupostos da "Revolução" de 1964, e "manutenção da ordem". Entre outras obras, Luís Mendes criou o Diário Oficial do Território do Amapá, além de delimitar, pela primeira vez, a zona urbana de Macapá. Mudou a denominação de Escola de Prendas Domésticas para Ginásio Feminino de Macapá (atual Escola Santana Riolli).

Institui ainda a Comissão Territorial de Investigação Sumária para "apurar atividades dos servidores territoriais que queriam tentar contra a Segurança Nacional". Mudou o nome Escola Industrial para Ginásio de Macapá, a atual Escola Integrada de Macapá e ainda cria a SATFA (Superintendência de Abastecimento do Território Federal do Amapá). Constitui a Companhia Amapaense de Telefones. Inaugura a UHE Coaracy Nunes, no Paredão, e o Posto Médico da Fazendinha. Faleceu no município do Rio de Janeiro em 1983.

¹⁷³ Administradores do Amapá. Disponível em: <<https://amapaemdestaque.webnode.com.br/historia/administradores/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

3.9 Próspero Punaro Baratta Netto

Você sabe de onde eu venho?
Venho do morro, do Engenho,
Das selvas, dos cafezais,
Da boa terra do coco,
Da choupana onde um é pouco,
Dois é bom, três é demais,
Venho das praias sedosas,
Das montanhas alterosas,
Dos pampas, do seringal,
Das margens crespas dos rios,
Dos verdes mares bravios
Da minha terra natal.
Por mais terras que eu percorra,
Não permita Deus que eu morra
Sem que volte para lá;
Sem que leve por divisa
Esse "V" que simboliza

(Canção do Expedicionário, Guilherme Almeida)

Devido a questões relacionadas à limitação de nossas fontes, que já foram levantadas anteriormente, podemos afirmar que o Coronel Aviador Reformado Próspero Punaro Baratta Netto, é filho de Homero Punaro Baratta e Izaura Pinto Baratta, nasceu na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro em 12 de maio de 1929, tendo casado em 1952 com a senhora Maria de Lourdes Carvalho Punaro Baratta.

Sentou-se Praça em 13 de maio de 1948, tendo sido elevado a Aspirante em 12 de dezembro de 1951 (turma de 51, sétima turma após a criação do Ministério da Aeronáutica e a décima primeira de declaração de Aspirante). Coursou a Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), bem como participou de formações no Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais Aviadores. Foi a 2º Tenente Aviador em 03 de julho

de 1952¹⁷⁴ e a 1º Tenente Aviador¹⁷⁵ em 15 de janeiro de 1955, exercendo a função de Instrutor da Escola de Aeronáutica até 1956.

Em 1959, foi promovido a Capitão-Aviador, no mesmo ano em que participou da Revolta de Aragarças, tendo sido anistiado em 1961 e retornado as suas funções no mesmo ano¹⁷⁶. Foi promovido a Major-Aviador em 1966 por merecimento. Foi assistente do Chefe do Estado-Maior do Conjunto das Forças Armadas.

Após a instauração do governo militar de 1964, passou a ocupar a função de Ajudante de Ordem do Major Brigadeiro do Ar Marcio de Souza e Mello, o então Ministro da Aeronáutica¹⁷⁷, tendo sido promovido a Major em 1966¹⁷⁸. Recebeu a Medalha do Pacificador, direto das mãos do Ministro de Estado do Exército em 1968, demonstrando que havia realizado excelentes serviços no “estreitamento dos laços de amizade entre a Força Aérea do Brasil e o Exército Brasileiro.”¹⁷⁹

Ainda em 1968 recebeu outra homenagem, desta vez, a Medalha Tamandaré. Em 1969, foi promovido por merecimento para o posto de Tenente-Coronel e recebeu outras três condecorações neste ano, a Medalha de Mérito Militar, a Medalha de Mérito Naval e a Medalha de Mérito Militar 2ª Classe da Força Aérea Portuguesa.

Reformou-se em 1983 com 35 anos de serviço militar. Realizou diversos cursos na Escola Superior de Guerra e na Inspeção de Serviço Militar, tendo registrado suas memórias num livro de sua autoria, denominado AMAZÔNIA – TUA VIDA É MINHA HISTÓRIA, onde conta a sua versão sobre a sua vida militar.

¹⁷⁴ Anexo AL – BM 7 de 1952. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁷⁵ Anexo AM – BM 1 de 1955. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁷⁶ Anexo AN – BM nº 06 de 1961. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁷⁷ Anexo AO – BM Nº 7 de 1964. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁷⁸ Anexo AP – BM 7 de 1966. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁷⁹ Anexo AQ – BM 6 de 1968. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

O livro¹⁸⁰ esta disponível na Biblioteca do Instituto Histórico da Aeronáutica e parece ser uma edição independente, sem uma gráfica conhecida ou edição específica, nos remetendo a noção de um diário. Não se trata de um documento com rigor historiográfico, tampouco literário ou científico, mas se torna muito interessante a sua leitura, pois nos conta detalhes, principalmente da forma que eles viam e compreendiam as ideias e o cotidiano de suas ações.

Infelizmente, não conseguimos similar nos sebos virtuais para adquiri-lo. De data oficial desconhecida, um de seus tópicos (na página 108) permite entender que pode se tratar do ano de 1979 ou do ano de 1984, pois tenta fazer um balanço da Revolta de Aragarças, indicando o tópico “VINTE ANOS DEPOIS”, fazendo a afirmação de que o Movimento de Março de 1964, aproveitou muitas das ideias dos rebeldes de Aragarças.

Considerando que normalmente a leitura deste tipo de pesquisa, é realizada por pares, creio não ser necessário muitas ressalvas relacionadas a complexidade da interpretação do material escrito pelo Oficial, uma vez que estarão lendo a sua visão, cheia de “achismos” e sem nenhum rigor e nem necessidade de busca pela criticidade ou pela verdade histórica.

3.10 Washington Amud Mascarenhas

Cumprindo no espaço a missão dos condores
Valente e audaz não vacila um instante
Nas asas de prata ao roncar dos motores
Vai a sentinela da Pátria distante
Chegado o momento descendo dos céus
Num salto gigante surgindo do anil
Vai ele planando no templo de Deus
Lutar em defesa do nosso Brasil
(Canção do Eterno Herói, Newton Lisboa Lemos)

¹⁸⁰ Anexo AR – Capa do livro Vencer pela Correção (Washington A. Mascarenhas).

Em 1950, o Aspirante Washington Amud Mascarenhas sobe ao posto de 2º Tenente-Aviador, após realizar seu Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), bem como ter participado de formações no Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais Aviadores. Nos anos que seguiram trabalhou como Instrutor de Voo, passando a 1º Tenente e chegando a patente de Capitão-Aviador.

Em 1957 foi destacado para a Base Aérea de Belo Horizonte, onde era um dos Instrutores responsáveis pelo Curso de Formação de Sargentos de Infantaria de Guarda¹⁸¹. Participou do Movimento de Aragarças, passando a ser considerado desertor, até que em 1961 foi anistiado com os demais revoltosos e retornou as suas funções¹⁸².

Em 1963, já como Major-Aviador, passa a ser classificado na Diretoria de Engenharia da Aeronáutica¹⁸³. Com o governo de Costa e Silva, o Major passa a exercer suas funções a disposição do governo do território do Amapá¹⁸⁴, retornando ao Quadro de Oficiais Aviadores do Corpo de Oficiais da Aeronáutica no mesmo ano¹⁸⁵.

No ano seguinte, fica à disposição do Departamento Federal de Segurança Pública. Dois anos depois, em 1967, passa a integrar a Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando (COPLANC)¹⁸⁶. A partir de agosto de 1968, foi cedido ao Serviço Nacional de Informações, mas se manteve no Quadro de Oficiais Aviadores do Corpo de Oficiais da Aeronáutica¹⁸⁷.

¹⁸¹ Anexo AS – BM nº 1 de 1957. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁸² Anexo T – BM nº 6 de 1961. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁸³ Anexo AT – BM nº 7 de 1963. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁸⁴ Anexo AU – BM nº 1 de 1964. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁸⁵ Anexo AV – BM nº 7 de 1964. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁸⁶ Anexo AW – BM nº 12 de 1967. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

¹⁸⁷ Anexo AX – BM nº 6 de 1968. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

Ainda no ano de 1968, ascende ao posto de Tenente-Coronel, por merecimento¹⁸⁸. Em agosto de 1971 foi transferido pelo então presidente Emílio Médici para a Reserva Remunerada da Aeronáutica. Ao exemplo do amigo Próspero Punaro Baratta Netto, o oficial também escreve um livro – Vencer pela correção – contando as suas memórias pessoais em torno do seu cotidiano nas Forças Armadas.

Esta versão dos fatos também está disponível na Biblioteca do Instituto Histórico da Aeronáutica e tampouco consegui encontrar versão para aquisição. A leitura não é prazerosa e o mesmo utiliza de eufemismos, onomatopeias e até de metáforas pouco compreensíveis para quem não conhece a vida da caserna. Utiliza trechos soltos e tempos depois retoma o raciocínio sem nenhum rigor metodológico.

Não diferente da versão do amigo dos tempos de rebeldia contra o governo Juscelino, não apresenta uma data e nenhuma editora conhecida. Como ele assina o livro como Major-Aviador, podemos acreditar que ele o fez entre os anos de 1962 e 1968, mas não há como termos certeza do fato.

3.11 O movimento de recuperação nacional

Salve! Pátria gentil
Amado brasil,
Nossa terra querida!
Para a tua grandeza;
Glória e defesa,
Tu tens a nossa vida!

Brasil! Nome sagrado;
Marchamos resolutos para a guerra!*
Todo o vigor que o nosso peito encerra
É teu, só teu, brasil amado!

¹⁸⁸ Anexo AY – BM nº 10 de 1968. Boletim do Ministério da Aeronáutica – Edição do Departamento de Pessoal da Aeronáutica.

(Marcha de Guerra do Brasil, Exército Brasileiro)

Ainda de acordo com Argolo, em Salvador, após a transferência a castigo de Alberto Fortunato em dezembro de 1955, este se agregou a um grupo de descontentes, regando a insatisfação contra o ministro da Guerra e contra o governo. “O nosso grupo era numeroso e entrosado. Incluía oficiais das três Forças e, da PM e da Polícia Civil; em pouco tempo, dispúnhamos de capacidade operacional para, se necessário, centralizar a revolução em Salvador”¹⁸⁹.

Na capital, o Movimento de Recuperação Nacional, desejava “derrubar o governo atual, por meio de levante militar das três Forças Armadas, a fim de estabelecer um governo de exceção, de duração limitada (não superior a dois anos) destinado à consecução dos objetivos fixados”¹⁹⁰, além de produzir uma série de instruções com a finalidade clara de unificar seus propósitos e suas ações, aumentando a possibilidade de sucesso.

Ainda neste momento, o MRN visava a necessidade de preparar o levante tanto no Rio, como nas capitais dos Estados e no interior, respeitando os procedimentos e as condições já planejadas. Levando em conta a necessidade de neutralizar os setores governistas e paralisar a máquina do Estado, explorando o fator surpresa e recorrendo, se necessário, ao sequestro de chefes, à luta interna e até a sabotagem, a fim de concluírem seus objetivos.

Infelizmente não temos, diante de nossas fontes limitadas, como ligar o Movimento de Recuperação Nacional, orgânico na Capital Federal, com os focos conspiradores, como o Grupo de Salvador ou de João Pessoa que foram citados pelo Argolo em seu livro, por exemplo. Diante do exposto, podemos afirmar que a organização política e social destes grupos, se assemelham com os ideais objetivados no Golpe Civil-militar de 1964 e que seus componentes e os seus ideais serviram para “moldar” este evento tão singular em nossa história recente.

¹⁸⁹ ARGOLO, José Amaral, Kátia Ribeiro, Luiz Alberto M. Fortunato. *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996, p. 71.

¹⁹⁰ Estas informações encontram-se no Documento nº 18 do Movimento de Recuperação Nacional, de 31 de março de 1956. Os exemplares, “secretos” e “controlados”, restrito aos companheiros do grupo, conforme descrito no mesmo documento se encontra entre a documentação gentilmente doada pela família do Coronel Luis Mendes da Silva, participante da Revolução de 1930 e da Revolta de Aragarças, para o Arquivo Histórico do Exército – AHEx, no Rio de Janeiro. Cópia destes documentos estão disponíveis nos Anexos F, G, H e I.

Em meio a este turbilhão ideológico político-social, os revoltosos de Aragarças acreditavam que sua rebelião era a melhor forma de resolver os problemas de sua pátria, a qual eles ansiavam em proteger daquilo que eles acreditavam ser um possível “levante comunista”, identificado na figura pública de Brizola, e de um certo “continuismo corrupto” representado pela candidatura do Ministro Lott a presidência da República.

3.12 O asilo político

Vai minha tristeza
E diz a ela que sem ela não pode ser.
Diz-lhe numa prece
Que ela regresse
Porque não posso mais sofrer.
Chega de saudade
A realidade é que sem ela
Não há paz.
Não há beleza,
É só tristeza e a melancolia
Que não sai de mim.
Não sai de mim,
Não sai.
Mas, se ela voltar
Se ela voltar, que coisa linda!
Que coisa louca!
Pois há menos peixinhos a nadar no mar
Do que os beijinhos
Que eu darei na sua boca.
Dentro dos meus braços, os abraços
Hão de ser milhões de abraços.
(Chega de Saudade, Vinicius de Moraes)

Para preservarem as suas vidas e possibilitar uma continuação para a revolta, os insurgentes que estavam no “Constellation” solicitaram, então, asilo em Buenos Aires – Argentina. Aqueles que estavam no “Beechcraft” do Correio Aéreo Militar, sequestrado ao aterrissar em Belém de forma desavisada, se dirigiram para Roboré, na Bolívia. No dia 17 de dezembro, estando exilado em La Paz, Burnier afirmou o êxito da Revolta, uma vez que Jânio voltou a participar do pleito, e com o estado de sítio, Brizola não conseguiu dar continuidade em seus “planos comunistas”.

O grupo Argentino, para ter maiores possibilidades de emprego, solicitou também asilo político junto ao governo do Paraguai. Ainda na fase de entrevistas, aferiram que o governo daquele país estava sendo ameaçado pelo Brasil, sob pena de afastar suas relações e até suspender a linha do Correio Aéreo Nacional, caso não negassem o apoio solicitado ao grupo¹⁹¹. A partir disto, entendendo não haver justificativa para tais medidas, informaram ao Chanceler Raul Sapeña Pastor, a decisão de se manterem em Buenos Aires.

Os quatro companheiros que estavam na Argentina (Tenente-coronel Haroldo Velloso, Major Éber Teixeira Pinto, o Capitão Próspero Punaro Baratta Neto e o Coronel Luis Mendes da Silva) conseguiram a sua “autorização” e, conseqüentemente, seus documentos civis, comprovando seu status de asilado político em 13 de janeiro de 1960, bem como sua autorização para realizar atividades assalariadas. O grupo de Burnier também adquiriu o direito de tirar seus documentos e trabalhar no país, chegando até a solicitar autorização para voar¹⁹² dentro do território boliviano.

Uma preocupação deste grupo de exilados era que conseguissem trabalho suficiente para se manterem e que permitisse juntarem o dinheiro necessário para se deslocarem e articularem os seus próximos passos, além é claro de pouco a pouco poder arcar com a responsabilidade da família e “obter a tão desejada libertação da ajuda dos companheiros do Brasil às famílias”¹⁹³.

¹⁹¹ O ANEXO J evidencia este momento de tensão entre Brasil e Paraguai diante de um possível salvo-conduto ao grupo de rebeldes.

¹⁹² A informação quanto à solicitação de autorização para voar consta em uma das cartas de Burnier para os amigos que estavam na Argentina, transcritas no livro *A Direita Explosiva no Brasil*, mas não temos fontes que comprovem que o governo chegou a conceder esta liberação.

¹⁹³ Citação transcrita de uma carta emitida pelo tenente-coronel João Paulo Burnier e pelo major Washington Amud Mascarenhas, que estavam na Bolívia, a fim de enviarem notícias aos companheiros (Tenente-coronel Haroldo Velloso, major Éber Teixeira Pinto e o capitão Próspero

Durante a sua temporada na Argentina, o coronel Luis Mendes da Silva chegou inclusive a trabalhar como “apuntador”¹⁹⁴, uma espécie de funcionário administrativo que era responsável pelos levantamentos e registros diários de mão de obra dos estivadores que trabalhavam no porto de Buenos Aires, na Marinha Mercante Argentina.

No início de 1961, o Tenente-Coronel João Paulo Burnier e o Major Washington Amud Mascarenhas estavam em Cochabamba, na Bolívia, de forma regular no país. Conseguiram autorização da polícia para tirarem carteira de identidade e, assim, obter o salvo-conduto que iria permitir que fossem ao encontro dos companheiros em Ezeiza sem chamar a atenção das autoridades de ambos os países.

Havia um grande esforço para a manutenção da comunicação entre os integrantes do grupo, mesmo com a distância uma vez que tinham “membros” em três países diferentes. Havia ainda, a necessidade de um discurso unificado, não apenas quanto a um possível depoimento para a justiça brasileira, mas também em relação aos nomes que poderiam ser ditos e os que deveriam se manter em segredo para que não viessem a comprometer os ministérios militares.

3.13 Campanha de auxílio ao pessoal do Movimento de Aragarças

O retrato não me responde.
ele me fita e se contempla
nos meus olhos empoeirados.
E no cristal se multiplicam

os parentes mortos e vivos.
Já não distingo os que se foram
dos que restaram. Percebo apenas

Punaro Baratta Neto) e pedindo orientações com o intuito de unificar seus discursos diante um possível depoimento a Justiça no Brasil. ARGOLO; RIBEIRO; FORTUNATO, 1996, p 127-132.

¹⁹⁴ No ANEXO K, temos a Caderneta de autorização profissional – Apuntador, do Coronel Luis Mendes.

a estranha idéia de família
viajando através da carne.

(Carlos Drummond de Andrade, Retrato de família)

No Brasil, concomitante a explosão do movimento, existiu uma articulação de cunho nacional¹⁹⁵, onde oficiais das três forças, além de civis simpáticos aos objetivos que motivaram nossos revoltosos, realizaram uma campanha financeira para auxiliar além destes diretamente, as famílias que estavam no Brasil. Este grupo passou a se denominar “Comissão da Campanha de Auxílio ao Pessoal do Movimento de Aragarças”.

As contribuições eram arrecadadas mensalmente por este grupo e repassadas para a Dona Inah Araujo Mendes da Silva¹⁹⁶, esposa do coronel Luis Mendes, que se encarregava de fazer a divisão da parte que cabia aos oficiais, que por sua vez remetiam, em contrapartida os recibos devidamente assinados por todos que se beneficiavam da renda. Essa arrecadação foi de extrema importância para as famílias que a utilizaram para pagamentos de títulos, mudanças, viagens, mensalidades de clubes e até para a própria subsistência.

Nos três primeiros meses de arrecadação, temos o montante de Cr\$ 1.515.504,00 (hum milhão, quinhentos e quinze mil e quinhentos e quatro cruzeiros)¹⁹⁷, estimando uma média de Cr\$ 505.168,00 (quinhentos e cinco mil, cento e sessenta e oito cruzeiros) por mês. Naquele mesmo período, o salário mínimo da época era de Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros)¹⁹⁸, logo temos uma arrecadação aproximada de 52 (cinquenta e dois) salários por mês.

¹⁹⁵ No Boletim de nº 6, que consta no ANEXO XII - Comissão da Campanha de Auxílio ao Pessoal do Movimento de Aragarças fica evidente a menção de contribuições de diversas partes do país, tais como do Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza, trazendo um caráter nacional ao movimento.

¹⁹⁶ O Anexo M, refere-se a carta de agradecimento do coronel Luis Mendes para a Comissão da Campanha de Auxílio ao Pessoal do Movimento de Aragarças, onde indica o recebimento do recurso e aproveita para dirimir algumas informações equivocadas quanto as quantias repassadas diretamente pelo pessoal do Exército.

¹⁹⁷ O Anexo N evidencia o valor arrecadado a partir do Boletim de nº 1, da prestação de contas da Comissão da Campanha de Auxílio ao Pessoal do Movimento de Aragarças e foi encaminhado para os beneficiados para que acompanhassem a movimentação financeira.

¹⁹⁸ O valor utilizado aqui como base do salário mínimo se refere ao período de Outubro de 1960, estando disponível no link <http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>

Os valores arrecadados são impressionantes e demonstram a relevância do movimento diante da participação de todos os setores das forças armadas, e até de civis que “acreditavam” na importância deste para o futuro do país. Este nível de articulação política e econômica, tendo atingido abrangência nacional em tão pouco tempo, mesmo com a tecnologia limitada da época, nos faz acreditar que este grupo já estava constituído e disponha de certa estabilidade, tendo as suas bases provavelmente nas agitações do Movimento de Recuperação Nacional.

3.14 O retorno ao Brasil

Mas nada vai conseguir mudar o que ficou
Quando penso em alguém só penso em você
E aí, então, estamos bem
Mesmo com tantos motivos pra deixar tudo como está
Nem desistir nem tentar, agora tanto faz
Estamos indo de volta pra casa
(*Por Enquanto, Renato Russo, 1985*)

Quatorze meses depois do início do exílio, em fevereiro de 1961 e após algumas baixas entre os seus companheiros que decidiram largar o movimento, o Coronel Luis Mendes relata aos amigos Velloso e Barata, através de uma carta, a sua decisão de retornar ao Brasil, e sofrer as consequências de seus atos. Para ele, o objetivo que o levou a realizar tal feito, por puro idealismo, já havia sido neutralizado e a população já havia se “alertado”, tanto que apoiou a vitória de Jânio nas urnas.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, o Coronel Luis se apresentou a 24ª Vara Criminal em 17 de fevereiro, onde o Juiz substituto o encaminhou através de ofício¹⁹⁹ ao Ministério de Estado da Guerra, indicando que a prisão preventiva do mesmo já havia sido revogada anteriormente, se tratando apenas de um crime político, ficando

¹⁹⁹ Anexo O – Ofício 724.

a cargo daquela vara as medidas legais e que o mesmo deveria permanecer à disposição da justiça para os demais fins processuais.

Alberto Fortunato indica que chegou a conversar com o Dr. Alcino Pinto Falcão, juiz titular da vara criminal onde o caso dos rebeldes estava sendo julgado e que este sendo simpático ao movimento e fiel aos mesmos ideais anticomunistas, já tinha estipulado uma estratégia de eliminar a acusação de deserção e apropriar o crime destes apenas com um caráter político, facilitando assim uma decisão favorável aos exilados.

Esta tática do Dr. Falcão restringiria o caso às suas mãos, o que facilitaria decisões autocráticas, como a decisão da liberação do habeas corpus para os envolvidos e do consequente arquivamento do caso, uma vez que a atitude revolucionária, era um crime de menor potencial ofensivo, bem como tinham o atenuante do asilo político na Argentina e na Bolívia, significando uma inconformidade com a ordem política vigente no país, contrariando o enquadramento de crime militar proposto nos inquéritos iniciais.

Outra argumentação posta pelo grupo rebelado é que com as eleições daquele ano, os dispositivos legais relativos a segurança da nação, mudaram de sentido, uma vez que com a efetivação das propostas dos revoltosos tendo sido aprovadas pelo voto popular, não haveria mais “crime ou delito no dia em que os principais objetivos militares por eles visados receberam a consagração nacional por uma revolução branca, através do voto popular²⁰⁰”, deixando assim de existir a ação, passando então a ser um equívoco jurídico.

[...] caímos no mais perfeito *non sense*. As revoluções vitoriosas não processam e condenam, mas soltam e glorificam os seus precursores. Imagine-se, no Brasil, a República, uma vez proclamada, processando os que ali tivessem rebelado contra a monarquia, como bons republicanos! Imagine-se, na Rússia comunista, os soviets a condenarem comunistas por atos revolucionários anticzaristas! E assim por diante: é só formular as hipóteses para que ressalte o absurdo. O processo de Aragarças não passa de um desses absurdos. É um equívoco, um lamentável equívoco da justiça. Não o era, de início. Tornou-se um equívoco, um lamentável equívoco, a partir do momento em que a situação dos rebeldes aspiravam a derrubar foi derrubada por um verdadeiro plebiscito nacional. Mas, poderá o leitor perguntar, em face do processo instaurado, como proceder se não pelo prosseguimento enquanto não vem a anistia? Muito simples: é o ministério público, adotando a tese acima indicada, requerer o cancelamento do

²⁰⁰ ARGOLO, José Amaral, Kátia Ribeiro, Luiz Alberto M. Fortunato. A Direita Explosiva no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996, p 136.

processo por falta de sentido, uma vez que os fatos incriminados deixaram de constituir crime pelas razões expostas.²⁰¹

Um mês após o encaminhamento e, com a falta de posicionamento do Ministério da Guerra, a vara criminal lançou um novo ofício²⁰² indicando que o coronel estava à disposição para voltar às atividades normais de trabalho, inclusive para participar de missões e/ou comissão militar. Mesmo com a decisão da Justiça Criminal, ainda existia o medo de uma possível prisão não apenas para Luis, como para o Tarcísio Nunes que também estava na mesma situação.

Finalmente, para o “alívio” dos insurgentes, em 15 de dezembro de 1961, o Senado Federal concedeu a anistia ampla através do Decreto de Lei nº 18 de 1961, perdoando todos àqueles que foram acusados de crimes políticos desde 1934 até a data de decreto legislativo²⁰³, liberando o retorno de todos os envolvidos em Aragarças que ainda estavam exilados, para a sua terra natal.

²⁰¹ Ibidem, p 137.

²⁰² Anexo P. Ofício 1.157.

²⁰³ Anexo Q. Decreto de Lei nº 18 de 1961 (Anistia).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos o sonho desta pesquisa, por volta de três anos atrás, ainda nos primeiros rabiscos do pré-projeto, não poderíamos imaginar a quantidade de obstáculos e dificuldades que encontraríamos pelos caminhos para que chegássemos até a presente etapa de desenvolvimento do projeto e da dissertação como um todo, de forma satisfatória.

O presente trabalho consiste na compreensão das relações estabelecidas entre um grupo de militares insurgentes, que estavam descontentes com os rumos a qual o país estava sendo submetido e que resolveram que a deposição do presidente Juscelino Kubitschek era a melhor forma eliminar as mazelas que tanto afligiam o nosso país desde os seus tempos mais provincianos.

Durante a “construção” desta pesquisa, nos deparamos com dificuldades em função da escassez de fontes acadêmicas que abordassem o tema proposto. No entanto, tivemos a sorte e a oportunidade de encontrar tanto no Arquivo Histórico do Exército, quanto na Biblioteca do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, materiais que serviram de base para reconstruirmos os eventos estudados de maneira singular.

Mesmo ainda sendo “gestado”, pretendemos, portanto, ser mais uma possível fonte confiável para futuras pesquisas que venham abordar tanto a Revolta de Jacareacanga, quanto a Revolta de Aragarças, ou até mesmo a trajetória destes militares envolvidos, bem como o modelo estrutural da economia ou da própria conjuntura política da sociedade brasileira durante o governo republicano de Juscelino Kubitschek.

Inicialmente, vimos a necessidade de construir a pesquisa em três momentos cruciais complementares para compreensão das hipóteses levantadas. No primeiro capítulo, tínhamos como objetivo conhecer um pouco mais da atmosfera política e ideológica que rondava o nosso período de estudo, bem como os motivos das intervenções militares na república brasileira, que por diversas vezes, foram utilizadas como recurso político e social.

Outro objetivo neste momento era rever os eventos que antecederam as revoltas militares no governo de Juscelino Kubitschek. Desta forma, tivemos a oportunidade de reconhecermos que grande não existe um discurso unificado por

parte dos grupos militares, logo, estes representaram uma diversidade ideológica assustadora. Esta noção é muito importante não apenas para o nosso estudo, mas para todos os que pretendem se debruçar sobre estes grupos, sejam de esquerda ou de direita.

Desta forma, com a finalidade de compreendermos o cenário político da década de 1950, bem como a participação das Forças Armadas no aparelho administrativo do Estado foi essencial retroagirmos brevemente nosso estudo à introdução das Forças Armadas no Brasil. Portanto, relações passaram a ser mais compreensíveis. Posições e omissões nas décadas de 1930 a 1950 se tornaram acessíveis e mais claras.

O resgate dos precedentes desde o governo Vargas, bem como suas características sociais, econômicas e políticas, com a finalidade de entender os motivos que desencadearam o descontentamento do seguimento militar aqui considerado como conservadores, colocando em evidência a sua insatisfação desde os tempos de Vargas em prol de um “país melhor”, suscitando movimentos contestadores no governo JK.

A partir das considerações que podemos levantar, compreendemos que o discurso utilizado pelos oficiais, em prol da anticorrupção e de melhores condições econômicas a partir de uma vertente neoliberal, não necessariamente era uma falácia em prol de necessidades específicas com o intuito de lucrar ou se utilizar da máquina pública de forma estritamente pessoal ou até mesmo familiar, não que não tenhamos casos a serem desmistificados e comprovados, neste prisma.

Mas, muito do discurso instigado por estes grupos e que culminaram com as revoltas que estamos estudando, se dava por conta de uma política de base, que vinha das próprias instituições militares de forma ideológica, tais como a prospecção de uma cultura anticomunista e pró-estadunidense dentro da Escola Superior de Guerra e de dentro dos Clubes Militares, que foi se consolidando com o passar do tempo e conforme os governos se instituíam.

No segundo momento desta pesquisa, reconstruímos as Revoltas de Jacareacanga e de Aragarças. Desta forma, acreditamos que o leitor passe a conhecer os eventos que tanto citamos e que poucos conhecem de fato. Esperamos propagar este conhecimento, para quem sabe, num futuro próximo, eles possam estar nos livros didáticos de todo o país, consolidando assim, uma memória de

massa para estes eventos que até então, estão sendo vilipendiados do conhecimento escolar.

Para tal, remontamos os eventos através da bibliografia existente relativa ao assunto e de suas fontes primárias, como cartas dos revoltosos, documentos pessoais destes e de boletins internos das próprias forças armadas e outros documentos afins. A utilização dos periódicos foi de extrema importância nesta etapa da escrita para elucidar diversas lacunas que a bibliografia pertinente acaba por deixar durante o caminhar da história.

Por fim, analisamos a trajetória de 10 (dez) dos 13 (treze) principais rebelados que compunham estes movimentos de contestação à Juscelino. Analisamos ainda, as consequências imediatas do movimento para os revoltosos, o asilo político, bem como o seu retorno ao Brasil e a retomada das suas atividades e funções sociais e laborativas, junto de suas instituições, respectivamente.

Vale ressaltar, que ainda na década de 1950, o sustento das famílias dos participantes da Revolta de Aragarças, se deu tanto pelo trabalho dos mesmos enquanto trabalhavam no asilo em funções diversas e distintas de suas qualificações, quanto pela misericórdia de seus simpatizantes, que por todo o Brasil, arrecadavam recursos através da Comissão de Auxílio. Esta comissão chegou a concentrar valores substanciais ao considerarmos a conjuntura financeira e tecnológica da época.

Mesmo que estes oficiais tivessem intenções espúrias com relação as suas participações nestes movimentos, é muito complicado pensar que tantos riscos pudessem ser adquiridos, sem o credo verdadeiro no discurso propagado. Caso não acreditassem no discurso projetado, ou seja, de uma necessidade de corroborar a eliminar a corrupção e das mazelas do país, quais outros motivos imediatos os levariam ao encontro destes riscos? Esta pergunta ainda se torna presente e quem sabe será investigada em outro momento de nossas vidas acadêmicas.

O fato que temos em face, e que é notória ao analisarmos a trajetória destes oficiais, é que anos depois, com a entrada do governo militar ao poder em 1964, estes passaram a ter a possibilidade de assumirem cargos importantes como vimos, mas que não necessariamente, conseguimos vincular, a partir de nossos estudos, com a existência de uma notória rede de sociabilidade que venha a se tornar evidência contundente de nossa hipótese levantada no início do projeto.

O que podemos evidenciar é que estes oficiais engajados nas revoltas estudadas se alinhavam muito bem a formatação da ditadura brasileira, se tornando mão de obra efetiva de suas ações, dentro ou fora do seio militar. Seja no governo Estadual do Amapá; na Câmara Federal, representando o Pará; no Ministério da Aeronáutica; no Serviço Nacional de Informação ou até mesmo participando do Conselho Administrativo de uma recém-criada empresa de construção que passa a ser contratada do governo federal de uma hora pra outra, estes continuaram a servir a ideologia prospectada e consolidada dentro da ESG, que motivou ao engajamento destes ainda na década de 1950.

Acreditando termos traçado todo o panorama que nos propomos analisar, ficamos nos perguntando se uma análise mais apurada da biografia destes revoltosos, bem como uma análise sistemática de suas atividades laborais pós 1964, não poderia nos trazer elementos novos de compreensão da forma de agir e principalmente de pensar destes indivíduos.

De toda forma, isso é uma proposta a ser pensada e reelaborada para novos projetos de pesquisa. Quem sabe, em nosso futuro próximo, ou até mesmo de algum colega que queira tentar responder estas e outras muitas questões relevantes que ainda precisam ser estudadas e compreendidas em torno destes eventos aos quais nos apaixonamos. Até breve, caríssimo leitor!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Não comprar gato por lebre – para um reexame da relação entre nacionalismo e antiimperialismo nos anos JK*. Lutas Sociais, n. 15/16. São Paulo, NEILS, 2006.

ARGOLO, José Amaral, Kátia Ribeiro, Luiz Alberto M. Fortunato. *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *Manifesto Dos Mineiros*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. Arquivo Nacional. Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. *Fundo Luis Mendes da Silva*: catálogo de documentos sonoros, Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012. 9 p. Disponível em <https://www.arquivonacional.gov.br/images/...ao.../Lus-Mendes-da-Silva-final-9-nov.pdf> Acessado em 10 de janeiro de 2019.

BRASIL. Código Penal Militar. *Decreto-Lei Nº 1.001, De 21 De Outubro De 1969*. 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm Acessado em 10 de outubro de 2019.

BRASIL. “*Aeronáutica celebra sete décadas e meia de história. Criada em meio à Segunda Guerra Mundial, instituição ampliou seu leque de atuação sem deixar de lado a defesa da soberania do espaço aéreo brasileiro.*” Disponível em <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/24341/75%20ANOS%20-%20Aeron%C3%A1utica%20celebra%20sete%20d%C3%A9cadas%20e%20meia%20de%20hist%C3%B3ria> Acesso em 13/08/2019.

BRASIL. “*Confira fatos marcantes na história das Forças Armadas*”. Disponível no link <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/defesa-nacional-e-prioridade-do-brasil/confira-fatos-marcantes-na-historia-das-forcas-armadas.aspx> Acessado em 28/07/2019.

BRASIL. “*Força Aérea Brasileira celebra 78 anos de criação. Conheça a história da criação do então Ministério da Aeronáutica, hoje Força Aérea Brasileira.*” Informações retiradas do site da instituição. Disponível em <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/33431/HIST%C3%93RIA%20->

%20For%C3%A7a%20A%C3%A9rea%20Brasileira%20celebra%2078%20anos%20de%20cria%C3%A7%C3%A3o Acesso em 13/08/2019.

BRASIL. *Introdução à história marítima brasileira*. — Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. Disponível em <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000008/00000898.pdf> Acessado em 15/10/2019.

CANDAU, Joël. “*Memórias e amnésias coletivas*”. In _____. *Antropologia da Memória*. Instituto Piaget. Lisboa, 2005,

CARLONI, Karla G. *Embates internos: militares X militares no governo JK*. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh 50 anos, 2011.

CARLONI, Karla G. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. 2º Volume. Edições O Cruzeiro. 1965.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo. “*Vargas e os militares: Aprendiz de Feiticeiro*”. In.: *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COHEN, Marleine. *JK*. 1ª. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

DIAS, Carlos Malheiro. *Regimento de Tomé de Sousa*. In: *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1924, p.345-348.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DREIFUSS, RA., and DULCI, OS. *As forças armadas e a política*. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. *Sociedade política no Brasil pós-61* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132-181. ISBN: 978-85-99662-63-2.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes. Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000,

FIGUEIREDO, N.M.A. *Método e metodologia na pesquisa científica*. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010

GAGNEBIN, J. M. “*História, memória, testemunho*”. In *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

KORNIS, Mônica. *Confederação dos Trabalhadores do Brasil*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

KORNIS, Mônica. *Movimento Unificador dos Trabalhadores*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *Carta Brandi*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *Movimento do 11 De Novembro*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *República do Galeão*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *Revolta de Aragarças*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *Revolta de Jacareacanga*. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LIMA, João Ferreira de. *Jacareacanga: asas da verdade*. Belém, PA: Grafinoite, 1999.

LIMA, Rui Moreira. *Senta a pua!* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1980.

MELO, D. B.. *Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*. Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012. Disponível em <http://saber.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/viewFile/8574/6324>
Acessado em 21 de setembro de 2019.

MIGUEZ, José Mario Guedes. *O Primeiro sequestro aéreo da história da humanidade*. 2ª ed. Goiânia: Editora Kelps. 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª edição ver. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

OLIVEIRA, Claudio Luiz de. *A Força Expedicionária do Mato Grosso na Guerra da Tríplice Aliança*. *Revista do Exército Brasileiro – Volume 153 – 3º Quadrimestre de 2017 – Revista Oficial do Exército Brasileiro*. Bibliex. 2017.

ROLLEMBERG, Denise. *Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra*. In _____. *Resistência: memória da ocupação na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016

SANTOS, Everton Rodrigo. *Ideologia e dominação: a ESG e a transição democrática no Brasil (1974-1989)*. História UNISINOS. V.11, n. 1, p. 91 – 104, jan/abr 2007.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. *Imprensa e Política no Brasil: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica*. Revista Histórica da Reflexão, v.4, n. 8 – UFGD – Dourados. Jul./Dez. 2010.

STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 2ª Ed. Petrópolis. Vozes. 1986.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política - as mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad. Italo Tronca do original americano: *The military in politics*. Rio de Janeiro, Editora Artenova S.A., 1975.

VASCONCELOS, C. B.. *A política repressiva contra militares no Brasil após o golpe de 1964*. LOCUS (UFJF), v. 12, p. 155-166, 2006.

ZICMAN, Renée Barata. *História através da imprensa – algumas considerações metodológicas*. Projeto História. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

FONTES

Periódicos na Biblioteca Nacional:

- Jornal do Brasil. 04/12/1959. p. 1 – 5;
- Jornal do Brasil. 08/12/1959. p. 1 – 5;
- O Cruzeiro. 19/12/1959. p. 8 – 22;
- Revista Manchete. 3/3/1956. p. 5 – 16;
- Tribuna da Imprensa. 03/12/1959. p. 1;
- Tribuna da Imprensa. 04/12/1959. p. 1 – 2;

Documentos do Arquivo Histórico do Exército (Coleção Luis Mendes):

- Boletins de prestação de contas da Campanha de Auxílio às Famílias dos Asilados;
- Caderneta de autorização profissional;
- Carta para o Chanceler Paraguai;
- Correspondências entre os membros do grupo;
- Decreto Lei do Senado Federal
- Documentos do Movimento de Recuperação Nacional;
- Ofícios da 24ª Vara Criminal;
- Reportagem da Equipe. Revolução Levantou Voo. Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires. O Cruzeiro, 19/12/1959.

Documentos do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER):

- Anuário dos Oficiais;
- Boletim interno da Aeronáutica;

ANEXO A – Capa da Revista O Cruzeiro (10/03/1956)

Figura 1 – Capa



Fonte: Revista O Cruzeiro, 10 mar. 1956.

ANEXO B – Sumário da Revista O Cruzeiro (10/03/1956)

Figura 2 – Sumário

O CRUZEIRO	
Diretor	
ANTÔNIO ACCIOLY NETTO	
RIO DE JANEIRO, 10-3-56	ANO XXVIII — NÚMERO 21
ARTIGOS	
AS ECONÔMICAS — Lâsinha Luís Carlos	3
LEIS INEXORÁVEIS — Austregésilo de Athayde	18
A REDE BRASILEIRA — Gilberto Freyre	30
TORCEDORES — Vargas Netto	48
PERÓN, STALIN E AS ESTÁTUAS — Theophilo de Andrade	74-e
EDEN GANHOU A BATALHA — Drew Pearson	104
CIDADE DE PELOTAS — Rachel de Queiroz	114
REPORTAGENS	
OPERAÇÃO JACAREACANGA — Arlindo Silva, José Medeiros, e Luciano Carneiro	4
DAVID NASSER PROCESSADO — Ubiratan de Lemos	14
COMO ELE TORCE — Eugênio Silva	32
A POESIA NASCEU COM EDUARDA — Luís Edgard de An- drade e Badaró Braga	36
SANTOS — Neil Ferreira e Antônio Pirozelli	42-b
CIRCO — Mário de Moraes, Ed. Keffel, W. Luís e Moacir de Lacerda	54
UM JANTAR ENTRE AMIGOS — Cláudio Rocha	74-b
CELEBRIDADES NA PRAIA — Luís Edgard de Andrade e Badaró braga	74-f
FUNERAL DE GUERRA — Luciano Carneiro	84
ESTER DE ABREU — Ary Vasconcelos e Luís Carlos Barreto	108
FLAGRANTES	
CAES ATÓRES	24
GRÊMIO JUVENIL TUPI — Chico Vizzoni	46
OLINDA ERA UMA PRAIA — Jorge Audi	52
OS MELHORES DO BRASIL — Jurandir Chamusca	62
GINCANA — Mário de Moraes	68
AMIZADE DE UNIVERSITÁRIA	72
ARLINDO SILVA NOS LIVROS UNIVERSITÁRIOS	74-d
	82

ANEXO E - O Manifesto Revolucionário do Movimento de Aragarças

*Transcrição do Manifesto Revolucionário do Movimento de Aragarças. Documento elaborado pelos insurgentes e que foi deixado uma cópia na porta do Deputado Carlos Lacerda. Publicado na página 4 do Jornal do Brasil de 4/12/1959.

O País foi lançado num estado de desordem sem exemplo e na mais lamentável das confusões. A Nação acha-se mergulhada num estado de desordem sem exemplo e na mais lamentável das confusões. Acha-se mergulhada num estado de coisas tão intolerável, que a República está ameaçada de destruição.

Não há autoridade, nem responsáveis; todos mandam e desmandam. Não há mais poderes na República funcionando constitucionalmente. Os poderes só se harmonizam para viver uma existência formalística, pois estão abastardados e submetidos aos dois únicos poderes reais, em verdades atuantes; o da força e o da corrupção. Dessa deprimente realidade ressalta um Executivo enfraquecido e engolfado com o Legislativo, na desordem das leis demagógicas e da dilapidação dos bens e dos dinheiros públicos.

O empreguismo e os favores pessoais de toda espécie, uma onde de corrupção sem limites, incontrolada e incontrolável. O Poder Judiciário, omissos, coagido e corrompido, não representa mais nenhuma garantia aos cidadãos, falhando assim também aos seus deveres constitucionais. Os partidos políticos, degenerados em facções, fazendo prevalecer os interesses de pessoas ou de grupos, sobre o interesse nacional.

A soberania do povo, assegurada pela Constituição, burlada por uma legislação eleitoral antidemocrática, que entrega ao exclusivismo e às ambições inconfessáveis desses mesmos corrompidos partidos políticos a escolha de nomes a serem sufragados nas eleições.

Está, pois, o regime em franca dissolução e ameaçada a sorte da República.

As leis, cotidianas e ostensivamente violadas pelos atuais detentores do governo, na maior demonstração de desprezo para com a Nação, evidenciam que, em realidade, não há mais poderes constitucionais funcionando legitimamente.

A depressão econômico-financeira, num crescente agigantado, arrasta a Nação à

desordem e ao caos social. A elevação vertiginosa do custo de vida, resultante dos desmandos, da improbidade e da incapacidade do grupo dominante, levou à miséria e ao desespero o povo brasileiro, que perdeu, assim, a confiança nos componentes desse grupo dominante e só está contido na sua exasperação pela permanente ameaça coatora sobre ele exercida.

Os meios de transporte, para o acesso ao trabalho, além de escassos e de preço elevado, não oferecem condições de conforto nem de segurança. Greves e manifestações hostis se sucedem, numa demonstração cabal de incapacidade dos detentores do governo para solucionar os problemas econômicos, financeiros, sociais e políticos do País.

A agricultura e a pecuária, atividades básicas à conquista do bem estar social do povo e da prosperidade do País, estão inteiramente ao desamparo e sem a esperança da necessária reestruturação que dê ao agricultor e ao criador o acesso a terra e aos meios para explorá-la.

Uma indústria, estruturada e bases artificiais e inadequadas à realidade brasileira, traz como consequência o enriquecimento de uns poucos à custa do crescente empobrecimento do resto da Nação. A moeda, dia-a-dia mais aviltada; o descrédito mais completo.

Em face desse estado de desagregação e deterioração, os adeptos do comunismo, infiltrados nos mais variados setores, dentro e fora da administração pública, procuram tirar o máximo benefício da situação de miséria e de fome das populações para implantar o seu regime de escravização do ser humano.

No mesmo passo, o grupo político-econômico-financeiro dominante, responsável pelo atual estado de coisas, de um lado estimula essa corrente extremista e de outro lado procura para si vantagens das conturbações, a fim de criar um clima propício à consecução e ao desencadeamento de um novo plano para sua perpetuação, inconformado que está com a perspectiva do mapeamento das posições e a impossibilidade patente de prestar boas contas à Nação fora dos cargos de mando.

Nesse sentido, informações e indícios cada dia mais veementes, de fontes militares e civis e as manobras ensaiadas, anunciam a preparação, a proximidade e a inevitabilidade de um desenlace violador da letra da Constituição em vigor.

Chefes de executivos locais, parlamentares de todas as correntes, homens públicos em geral e jornalistas de todos os matizes prenunciam perturbações da ordem neste período pré-eleitoral.

Os que estão no poder dispõem de recursos e meios, quer propagandísticos, quer conturbadores, quer militares, não só para desencadear o golpe em preparação, como para tornar impossível qualquer resistência ou reação depois do golpe consumado.

Com a autoridade de argumentos irresponsáveis e a sua própria, o senador dr. Octavio Mangabeira, há bem pouco, traçou as perspectivas do nosso destino, indicando o caminho a ser tomado pelos mais moços, para a salvação da Pátria e da República. O dr. Jânio Quadros, candidato a maioria da opinião nacional ao posto supremo da República, porque representava a esperança do início da recuperação moral e material do Brasil, acaba de demonstrar que a única via para o reerguimento nacional e a libertação do País do grupo que atualmente o domina, é a revolução.

Diante desse quadro desolador, o que se sente é que o povo brasileiro é joguete da prepotência e dos desmandos de toda ordem, por parte dos atuais governantes; com seus direitos e garantias postergados; exausto dos sacrifícios para sobrevivência; inerte e indefeso, por falta de poderes legítimos na República, reclama uma solução e volta seus olhos para as Forças Armadas.

Nesses transe, tem o povo o direito de aspirar soluções revolucionárias e as Forças Armadas o dever de atender ao chamamento. As Forças Armadas do Brasil jamais falharam à Pátria nos momentos históricos em que maus governos proscreveram o Direito, a Justiça e a Liberdade. Não haveria de, neste instante grave para a nacionalidade, faltar ao seu juramento de fidelidade para com a Pátria.

A destinação constitucional das Forças Armadas impõe o pronunciamento a favor da Pátria, quando os governos se desmandam. Atendendo a essa situação de desespero de toda Nação brasileira, é que nós componentes das Forças Armadas do Brasil, cuidando ser de nosso dever de fidelidade à Pátria e à República, nos declaramos em estado de insurreição.

Assim fazendo, apelamos para os nossos companheiros de armas, de terra, do mar e do ar, a fim de que se unam em torno dos nossos ideais, nesta gloriosa jornada revolucionária, a fim de depor os responsáveis por esse estado de coisas; homens débeis, incapazes e corruptos, que norteiam seus atos pelo só interesse de seu egoísmo, em detrimento dos superiores interesses da Pátria.

Nosso gesto não tem nenhum caráter político partidário. Anseia apenas pelo bem da

Pátria. Estamos convictos de que nossa atitude corresponde a um desejo ardente do povo brasileiro, e que o País será assim, arrancado das garras daqueles que dele se têm servido e levado à miséria e à fome.

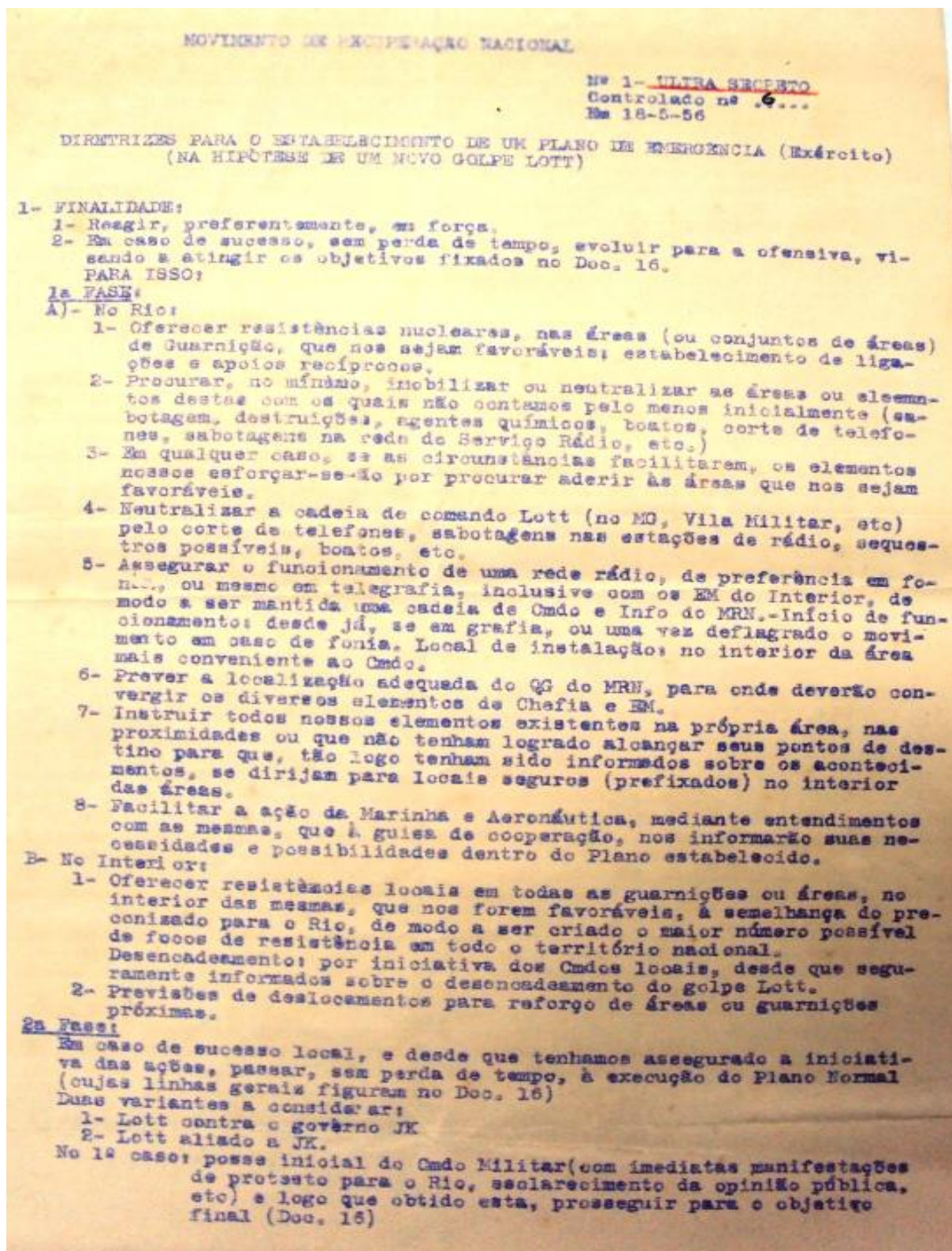
Estamos certos de que, dentro em breve, a nós hão de se unir muitos outros para expulsar de Norte a Sul do País os vendilhões da Pátria e sufocadores do povo.

Homens e mulheres de todo o País; militares e civis; trabalhadores do campo, das fábricas, das cidades, do mar e do ar; estudantes; a parte sã do povo brasileiro sacrificado e sofredor: meditai. Porque de dentro de cada uma alma há de sair a resposta de que mais vale fazer um sacrifício para conquistar a honra, a liberdade, o direito, a justiça, o bem-estar e a grandeza da Pátria, do que viver escravizado, humilhado e mendigando aquilo que representa prerrogativas do homem, enquanto os componentes da camarilha ora no poder usufruem uma vida de gozo, à custa do trabalho do suor e das provações da maioria do povo brasileiro.

Venha essa imensidão de sofredores engrossar as nossas hostes, para varrer de vez com os traficantes da nossa Pátria e assegurar a soberania da vontade popular. Nessa hora de decisão, outro não pode ser o caminho daqueles que almejam o bem-estar do povo e a grandeza.

ANEXO F – Movimento de Recuperação Nacional – Documento nº 1

Figura 5 – Documento nº 1



ANEXO G – Movimento de Recuperação Nacional – Documento nº 9

Figura 6 – Documento nº 9

Documento nº 9 - I.O.-1

INFORMAÇÕES E ORGANIZAÇÃO

I - INFORMAÇÕES:

- Prosseguem, intensamente, os entendimentos com a Marinha e a Aeronáutica, de forma a que o Exército, eficientemente, possa colaborar nas ações combinadas em planejamento.
- As forças do Exército, fator essencial de qualquer ação revolucionária, ainda carecem de algum tempo e muito trabalho para que assumam o importante papel que tem a desempenhar.
- Está sendo elaborada a redação definitiva do PROGRAMA que fixará os rumos do nosso MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO, o qual será brevemente distribuído.

II - ORGANIZAÇÃO:

- A fim de melhorar e depurar nossa atual ORGANIZAÇÃO, de forma a trazer, com segurança e em curto prazo, à nossa CAUSA, as unidades e os estabelecimentos das diversas regiões militares, o EI do Rio complementa e reitera as solicitações e sugestões contidas em documentos anteriores.

Assim:

A - SOLICITA:

- a) - Informações detalhadas do preparo em que se encontra cada unidade ou estabelecimento, relacionando nominalmente (recessa por intermédio de agente de inteira confiança):
 - Oficiais nossos
 - Oficiais possivelmente nossos
 - Oficiais contra nós
- b) - Informações detalhadas do trabalho que se vem processando
- c) - Informações detalhadas do estado atual em que se encontram as ligações e as comunicações:
 - Entre as unidades de uma mesma guarnição
 - Entre as guarnições e os EI regionais
 - Entre os EI regionais e o EI do Rio
- d) - Informações detalhadas de outras ligações ou comunicações que estejam sendo ou que possam vir a ser realizadas, tais como, com Forças Auxiliares, Marinha, Aeronáutica, etc..
- e) - Informações detalhadas do que está sendo feito para melhorar os sistemas de ligações e de comunicações, BASE DE QUALQUER OPERAÇÃO QUE SE TENHA QUE PLANEJAR, MONITORAR E EXECUTAR.

NOTAS:

- Oportunamente, um documento especial fixará as Instruções para o Emprego das Comunicações.
- Reitera-se a necessidade de que todas as informações sejam, simultaneamente, enviadas ao EI do Rio e ao EI regional ao qual estiver ligada a unidade ou estabelecimento considerados.
- Preferentemente, todas as informações deverão ser expedidas em código ou cifra e, sempre que possível, por meio de agente de inteira confiança.
- De toda e qualquer informação expedida, deverá ser exigido um controle de recebimento. Este, deverá ser nosso procedimento, sistematicamente.

B - SUGERE:

Que, para melhor ordenação e execução das AÇÕES que se tem em vista realizar, seja adotado o seguinte ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO, ampliação da organização já prescrita em documentos anteriores:

- 1 - Divisão das RM em áreas, de acordo com a distribuição das Guarnições pelas respectivas Regiões.
- 2 - Divisão das Guarnições extensas e compostas de muitas Unidades e Estabelecimentos, em sub-áreas.
- 3 - Designação do Com de cada área ou sub-área

- 4 - Designação da MISSÃO detalhada do conjunto das Unidades de cada área, ou sub-área, conforme as hipóteses de emprego formuladas para o domínio da guarnição;
- 5 - Designação do Cat das Unidades e Estabelecimentos, caso os efetivos não sejam declaradamente adeptos de nossa causa;
- 6 - Designação da MISSÃO detalhada de cada unidade, conforme as respectivas hipóteses de emprego formuladas para o domínio da respectiva área;
- 7 - Designação das equipes que se responsabilizarão pelo levantamento de cada Unidade ou Estabelecimento:
 - oficiais, sub-tenentes, sargentos e praças pertencentes à Unidade (constituição de núcleos, missões, etc.);
 - oficiais, sub-tenentes e sargentos estranhos à Unidade (civis, se for o caso) - constituição de núcleos, missões, etc;
 - meios necessários à execução das respectivas missões (armamento, munições, viaturas, etc);
- 8 - Elaboração do PLANO detalhado para o levantamento de cada unidade ou estabelecimento:
 - elementos que devem ser neutralizados e, se for o caso, presos;
 - forma de levar a bom termo essas prisões (detalhes de execução);
 - locais e guardas das respectivas prisões;
 - auxílios que as unidades declaradamente nossas prestarão àquelas que sejam de difícil levantamento;
 - imediate e rápido deslocamento das unidades levantadas (deixará, instantaneamente, por sub-unidades ou frações menores, seus aquartelamentos) para:
 - seus pontos de primeiro destino;
 - suas áreas de provável emprego, tudo conforme as missões que lhe forem fixadas;
- 9 - Idêntica organização deverá ser prevista para o sequestro de autoridades civis, comandos militares e para a posse, domínio e controle dos postos-chave das guarnições (estações de rádio, Sindicatos, Bancos, ferrovias, aerovias, rodovias, força e luz, água, telefones, correios e telégrafos, etc, etc)

III - SIGILO

A fim de que nossos entendimentos e providências decorrentes não venham a ser denunciados, dever-se-á, até o desencadeamento da ação, tomar por NGA que todo e qualquer documento expedido será pessoal, confidencial e autenticado pelas formas prescritas nos documentos anteriores.

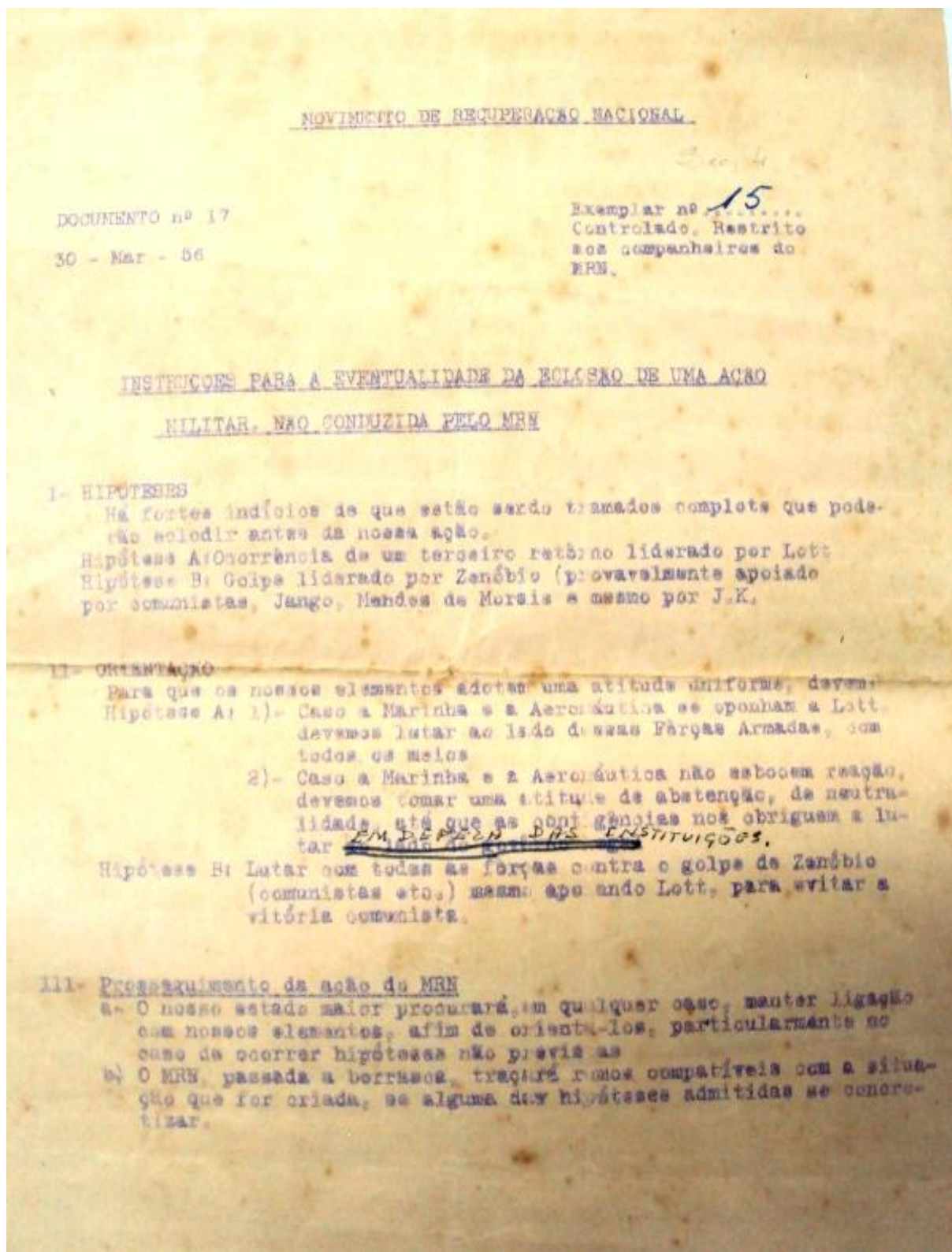
NOTAS

- Não serão organizados arquivos de espécie alguma com o registro de nomes e endereços.
- Os apontamentos que obrigatoriamente devam ser tomados - inclusive listas de endereços e telefones - serão registrados por meio de pseudônimos, regras mnemônicas, cifras, códigos, etc.
- Todos os entendimentos com os companheiros que participaram da AÇÃO capital que se planeja (levantamento), deverão ser proporcionais à CONFIANÇA que nos mereçam aqueles a quem nos dirigimos.
- Senhas e contra-senhas com duração limitada (uma quinzena no máximo) deverão ser instituídas desde já, em todos os escalões subordinados, a partir dos EI regionais.

XXXX

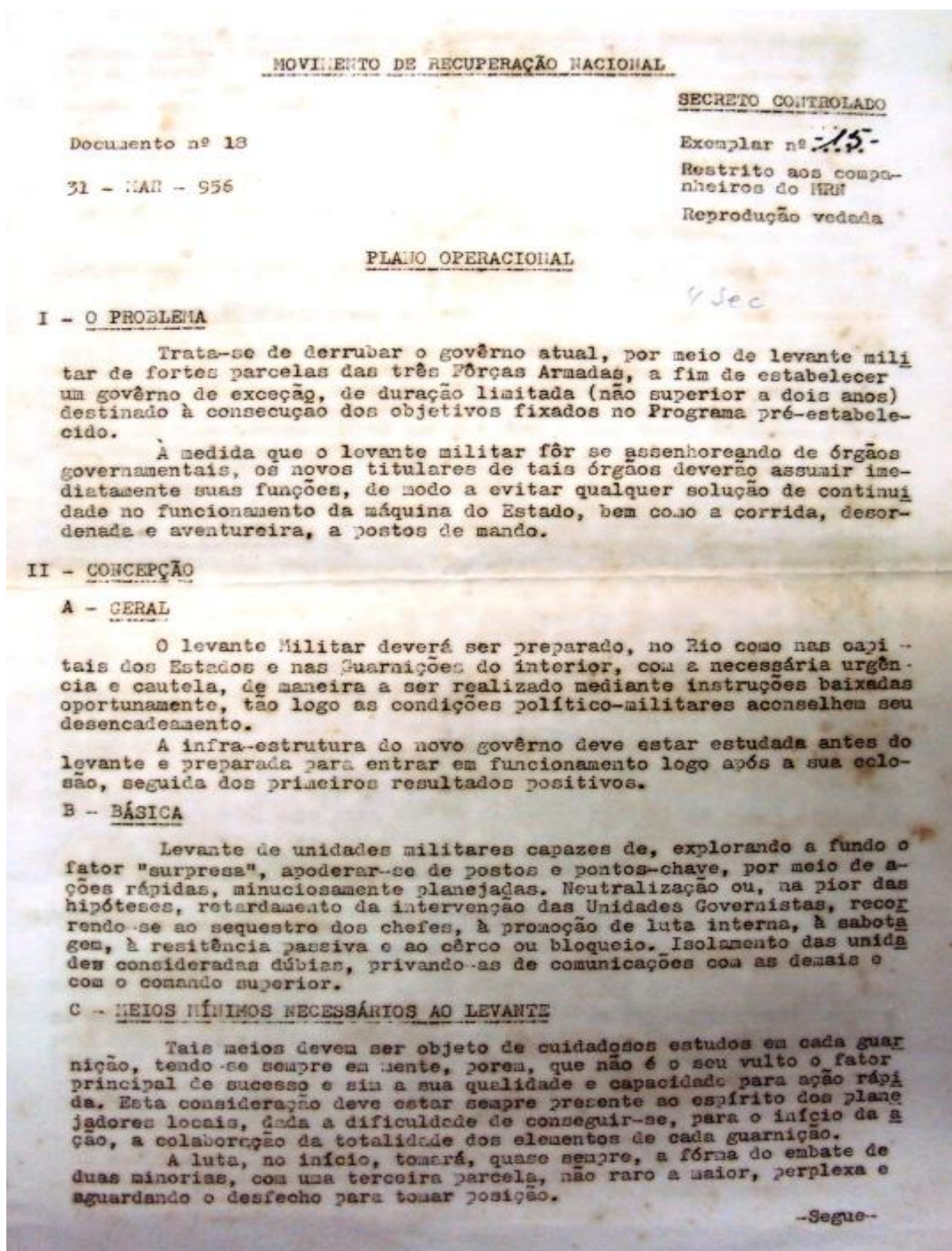
ANEXO H – Movimento de Recuperação Nacional – Documento nº 17

Figura 7 – Documento nº 17



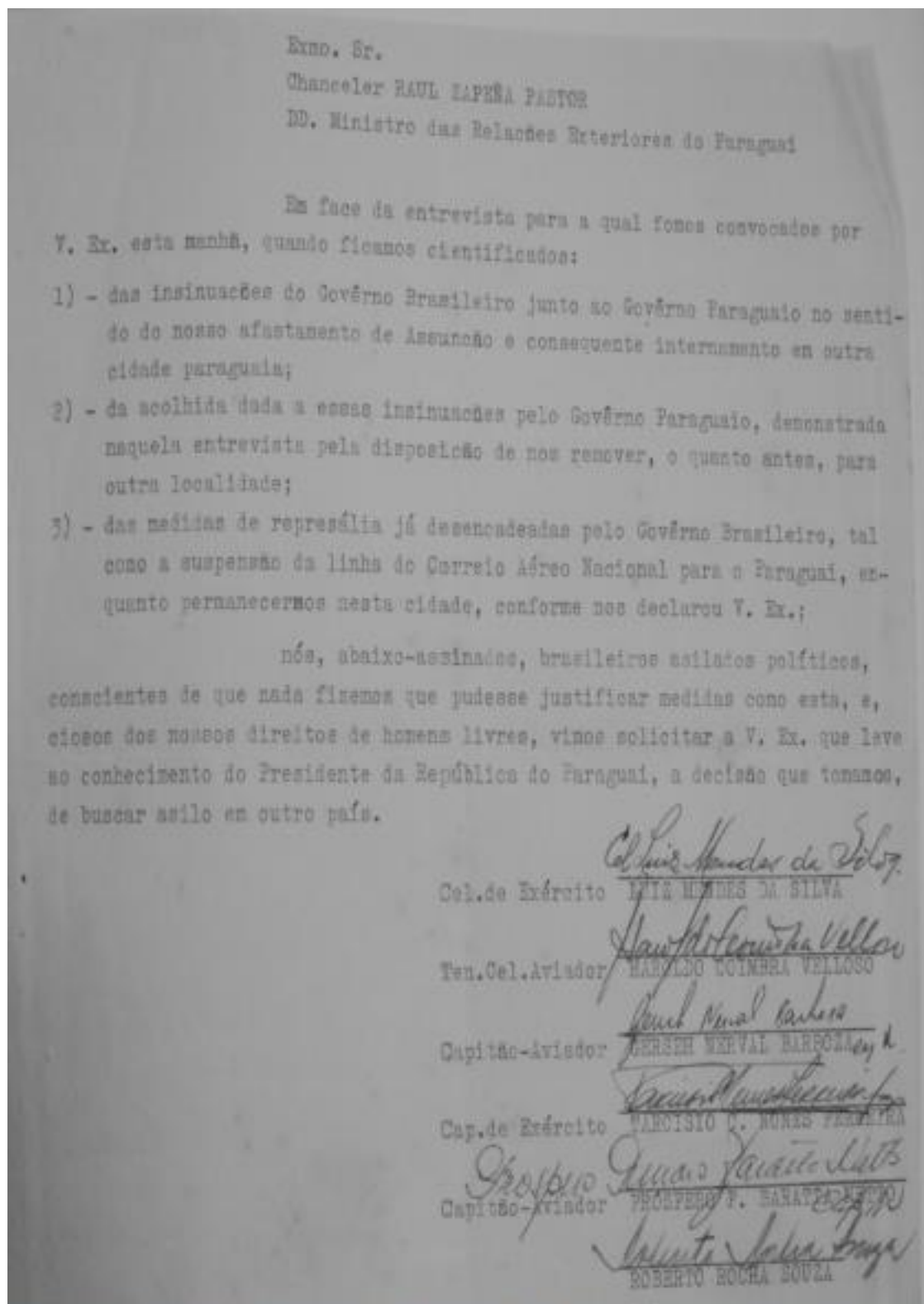
ANEXO I – Movimento de Recuperação Nacional – Documento nº 18

Figura 8 – Documento nº 18



ANEXO J – Desistência do Asilo Paraguai

Figura 9 – Documento



ANEXO K – Caderneta de autorización profesional – Apuntador

Figura 10 – Caderneta

Dña. MENDES DA SILVA Luis
 cuya fotografía, impresión dígito pulgar derecho y firma
 va al pie, es de la siguiente identidad: tipo de
GENELO y de MARIA CABILDA
 nacido en BRASIL el 3
 de NOVIEMBRE del año 1904 de estado
CASADO estatura 1.75m color de cutis
Blanco cabello CASTAÑO ojos PARDOS
 nariz RECTA boca MEDIANA
 Libreta de Explotamiento: Reg. — D.M. —
 M.I. — Señas particulares Ninguna
 y domicilio C. PELLEGRINI 1424 Cap Fed
Tarjeta Talon de Asilado Político
Nº 024.464-1 Ignor. Unidades d. S. J.

REGISTRO MATRIZ N° 3402
APUNTADOR
 La persona cuya identidad se establece precede-
 dentemente está inscrita en Registro Matriz
 bajo el N° 3402 Exp. D-9624462
 Para que conste firma y sello la presente en
B. A. 8-6-62

BELLLO
 MANUEL E. ALCATRÁN
 JEFE DE LA SECCION DE ESTIBADORES

El titular de este documento ha quedado regis-
 trado bajo el N° 126 en el
 tomo de Buenos Aires

DOMINGO ALONSO L. SALVIA
 Jefe de la Dependencia de MAR

LIBRETA DEL APUNTAO N° 253.176

FOTOGRAFIA
 PULGAR DERECHO

Fotografía tomada de _____ 19____

SECRETARIA DE MARINA
 PREFECTURA NACIONAL MARITIMA
APUNTADOR
REGISTRO DE ESTIBADORES
 MATRICULA N° 3452
 PROHIBIDO F. N. N. N° 73401
 BUENOS AIRES
 — 1958 —

ANEXO L – Boletim nº 6 da Campanha de Auxílio às Famílias dos Asilados do Movimento de Aragarças

Figura 11 – Boletim nº 6

<u>BOLETIM Nº 6</u>	
Campanha de auxílio às famílias dos asilados do movimento de Aragarças.	
Movimento financeiro referente ao mês de agosto de 1960.	

1 - RECEITA	
Recebimentos efetuados de acordo com o que se discrimina:	
a - Saldo do mês anterior (julho).....	R\$ 251.197,00
b - Contribuição do Clube Naval (oficiais de artilharia).....	R\$ 30.000,00
c - civis de S. Paulo.....	R\$ 75.500,00
d - civis do Rio.....	R\$ 4.000,00
e - oficiais do Exército.....	R\$ 9.950,00
f - contribuição da FAB.....	R\$ 100.457,00
T O T A L	R\$ 471.104,00
2 - DESPESAS	
Despesas efetuadas de acordo com o que se discrimina:	
a - Contribuições às senhoras.....	
Cap: Tarcisio (Exército).....	R\$ 20.000,00
Cel: Meides da Silva (Exército).....	R\$ 10.000,00
Ten: Cel: Burial.....	R\$ 25.000,00
Ten: Cel. Veloso.....	R\$ 30.000,00
Cap: Mascarenhas.....	R\$ 28.000,00
Ten: Cel. Lebré.....	R\$ 12.000,00
Cap: Barata.....	R\$ 10.000,00
Cap: Gersch.....	R\$ 10.000,00
Maj. Teixeira Pinto.....	R\$ 15.000,00
T O T A L	R\$ 160.000,00
b - Adiantamento para pagamento de título do.....	
Cap. Mascarenhas.....	R\$ 35.050,00
c - Adiantamento para pagamento de passagens para resolver assunto de interesse da família do Cap. Mascarenhas em Belo Horizonte.....	R\$ 4.400,00
d - Despesas miúdas (mensagens de cartas e telegramas etc).....	R\$ 436,90
T O T A L	R\$ 199.886,90
3 - BALDO.....	R\$ 271.217,10

4 - BALANÇO	
a - Depositado no Banco do Brasil C.C 71.732,00.....	R\$ 92.827,00
b - Depositado na Caixa Econômica do Aeroporto S. Dumont. C.C. 3307.....	R\$ 176.414,90
c - Em moeda corrente.....	R\$ 1.975,20
T O T A L	R\$ 271.217,10

5 - OBSERVAÇÕES	
A COMISSÃO AGRADECE A COLABORAÇÃO DE TODOS OS CONTRIBUÍ- TES E ESPECIALMENTE AOS CIVIS DE S. PAULO E FORTALEZA CUJAS CONTRIBUIÇÕES DESDE O INÍCIO DA CAMPANHA ATÉ A PRESENTE DA TA FORAM AS SEGUINTE:	
a - CIVIS DE FORTALEZA ATÉ 6 JUNHO 60.....	R\$ 40.086,00
b - CIVIS DE S. PAULO ATÉ 31 AGO 60.....	R\$ 261.500,00
A COMISSÃO	

ANEXO M – Carta resposta à Comissão de Ajuda

Figura 12 – Carta resposta

Buenos Aires, 6 de Junho de 1960

Sr. Presidente da Comissão ,

!Por intermedio de minha senhora, tomei conhecimento do Boletim n° 1 da Comissão da Campanha de auxilio ao pessoal do Movimento de Aragarças.

Antes de mais nada quero expressar o meu profundo agradecimento por tudo q ue tenho recebido do trabalho humanitario dessa digna Comissão.

Como tenho sido destinatario de todas as importancias recebidas, inicialmente em Assunção e desde 13 de janeiro de 1960 em Buenos Aires, desejo pedir um esclarecimento sobre dois pontos do citado Boletim.

Assim, no n° 2 Despesas, letra b, consta como recebida, aqui em B.A. a importancia de CR\$ 50.000,00 por mim. Entretanto tal importancia veio dirigida ao Ten. Cel.Velloso, que dela passou um recibo. O mesmo portador que trouxe esta importancia, trouxe mais 10.000,00 enviados pelo Cel Newton Reis, que aqui foram anexados aos primeiros. Como consequencia, neste item ha um deficit contra a Comissão de 10.000,00 CR\$.

No item 3 -Informações, consta uma parcela de 25.000,00 CR\$ que julgo ter sido escriturada por equívaco , pois não foi recebida.

Para esclarecimento passo a mencionar todo o movimento do dinheiro recebido.:

Assunção: uma parcela de 35.000,00 e uma de 30.000,00 CR\$ pelos portadores Jair Santos de Araujo e Inhm Mendes da Silva.

Buenos Aires- no dia 21 de janeiro de 1960, 50.000,00 e mais 10.000,00 conforme acima descrezineei;

dia 13 de fevereiro, pelo Dr. Gontran Costa, 20.000,00 remetidos pelo Cel. Newton Reis;

dia 21 de fevereiro , por um oficial do Exercito, 20.000,00 enviados pelo Cel. Newton Reis.

dia 22 de Março, por minha filha, mais 40.000,00 CR\$ enviados pelo Cel. Newton Reis.

no dia 2 de abril, recebi por intermedio de D. Wilma Robba Souza, a importancia de 35.000,00 CR\$, acompanhada de uma carta, cuja copia aqui anexo pela qual compreendi se tratar de dinheiro particular, mas que o Boletim 1 cita como pertencendo ao conjunto;

ainda a 29 de abril, por um portador da Cruzeiro do Sul, cujo no me desconheço, recebi mais a importancia de 30.000,00CR\$.

Considerando que o Boletim acusa remessas até o mes de abril, incl sive, verificamos que recebemos no exilio um total de 270.000,00 CR\$ e não 255.000,00 que se obtem somando ao total do n° 3-Informações, a importancia de 50.000,00 da letra b do n° 2- Despesas.

Esclareço ainda que nos dias 29 e 26 de maio, respectivamente, recebi as importancias de 1.250,00 e 29.500,00 CR\$ por portadores desconhecidos.

Desejo informar que todas as importancias acima referidas, têm sido entregues a um tesoureiro que as cambia e divide pelos companheiros presentes, nesta cidade, nas respectivas épocas .

Felo exposto, verifica-se que ha duas duvidas, aliás em prejuizo dessa benemerita Comissão. Este fato não me preocupa muito porque faço aqui um declaração de tudo que recebi. Entretanto resta uma duvida sobre a parcela de 25.000,00 que não chegou às minhas mãos e que ficaria muito grato se me fosse esclarecido, a fim de me ser possivel fazer o mesmo aos companheiros que em mim têm confiado.

Com toda gratidão do

Cel. Luiz Mendes da Silva.

Luiz Mendes da Silva

ANEXO N – Boletim nº 1 da Campanha de Auxílio às Famílias dos Asilados do Movimento de Aragarças

Figura 13 – Boletim nº 1

BOLETIM Nº 1

Campanha de auxílio às famílias dos asilados do movimento de Aragarças.

Movimento financeiro referente aos meses de dezembro de 59, janeiro, fevereiro e março de 1960.

RECEITA	₹ 1.515.504,00
DESPESA	₹ 1.228.512,50
SALDO (CC)	₹ 286.991,50

1 - Receita.

Recebimentos efetuados de acordo com o que se descreve:

Bazar Aragarças	₹ 706.762,00
Marinha	₹ 8.800,00
Exército Rep.1	₹ 37.200,00
Exército Rep.2	₹ 12.000,00
Civis de S.Paulo	₹ 85.000,00
FAB e outros	₹ 665.742,00
TOTAL :		₹ 1.515.504,00

2 - Despesas

a) - Contribuições efetuadas à:

Sra. Cap. Tarcisio	₹ 91.000,00
" Ten. Lima	₹ 45.761,00
" Ten. Cel. Burnier	₹ 101.000,00
" Ten. Cel. Veloso	₹ 150.040,00
" Cap. Mascarenhas	₹ 150.090,00
" Ten. Cel. Lobre	₹ 91.165,00
" Cap. Barata	₹ 46.000,00
" Cap. Gersch	₹ 67.000,00
" Maj. Teixeira Pinto	₹ 66.000,00
" Maria Wanderley	₹ 44.000,00
" Rosa Nila Neder Pinto	₹ 61.000,00
" Cel. Mendes da Silva	₹ 55.000,00
TOTAL :		₹ 968.056,00

Obs.: Nas contribuições às Srag. dos asilados estão incluídos diversos pagamentos, tais como: títulos, mudanças, adiantamentos para viagens, mensalidades de Clubes, etc.

b) - Remessa para o exterior:

Buenos Aires - Maj. Teixeira Pinto	₹ 50.000,00
Bolívia - Ten. Cel. Burnier	₹ 30.000,00
Buenos Aires - Cel. Mendes da Silva	₹ 50.000,00 + 10 =
TOTAL :		₹ 130.000,00

c) - Despesas diversas e empréstimos : ₹ 130.456,50

3 - Infernações:

O Rep.2 do Exército enviou diretamente sem passar pela comissão ao Cel. Mendes da Silva as seguintes importâncias de acordo com o que se descreve:

Assunção - dez-59	₹ 65.000,00
Buenos Aires - jan.60	₹ 25.000,00
Buenos Aires - fev.60	₹ 40.000,00
Buenos Aires - mar.60	₹ 40.000,00
Buenos Aires - abr.60	₹ 35.000,00
TOTAL :		₹ 205.000,00

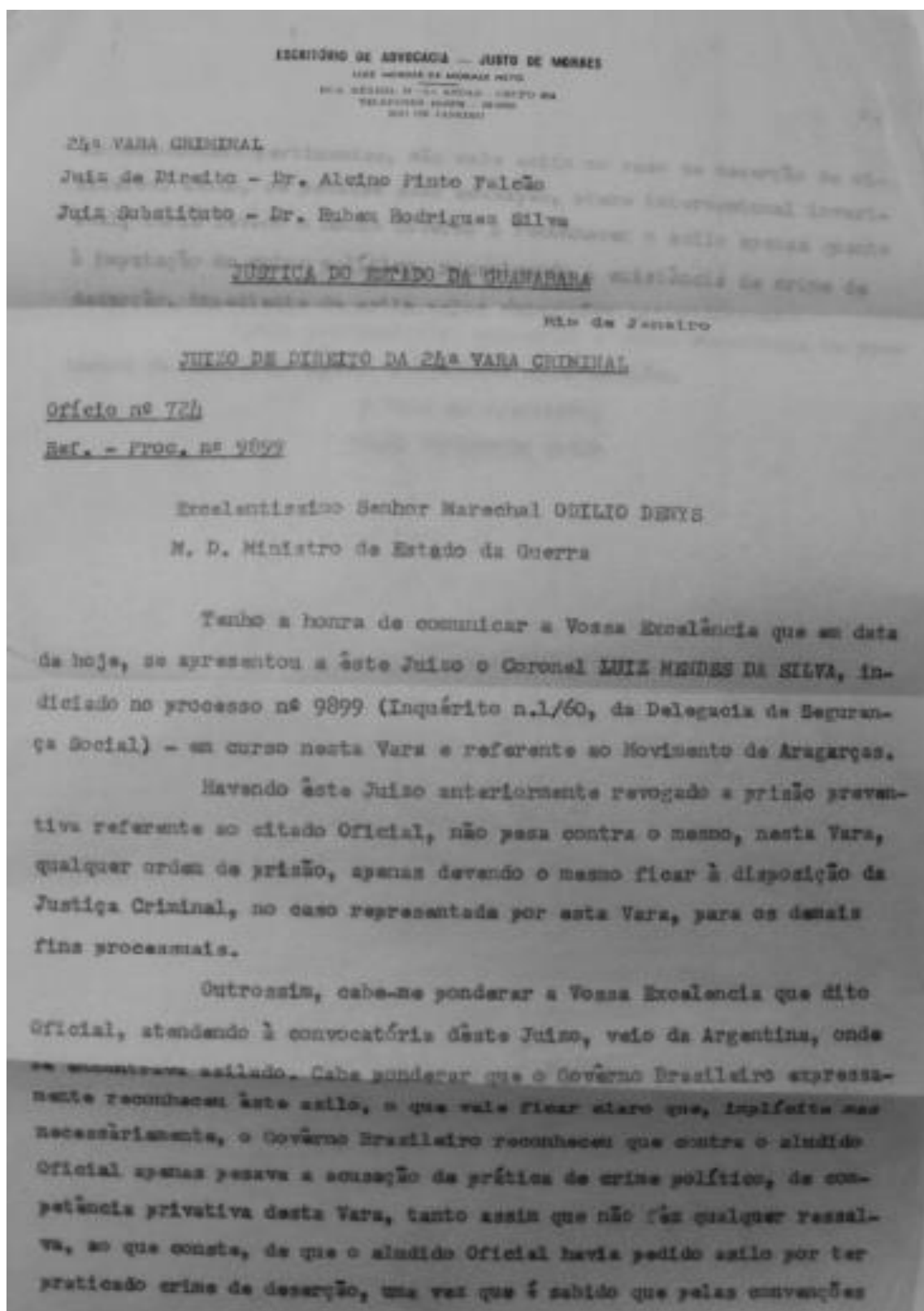
A COMISSÃO

232
5
237

285
25
260

ANEXO O – Ofício 724

Figura 14 – Ofício 724



2.

internacionais pertinentes, não cabe asilo no caso de deserção de militares. Assim, se pesasse essa acusação, praxe internacional invariável, teria levado o nosso Governo a reconhecer o asilo apenas quanto à imputação de crime político, ressalvando a existência de crime de deserção, impediante do asilo pelas convenções internacionais.

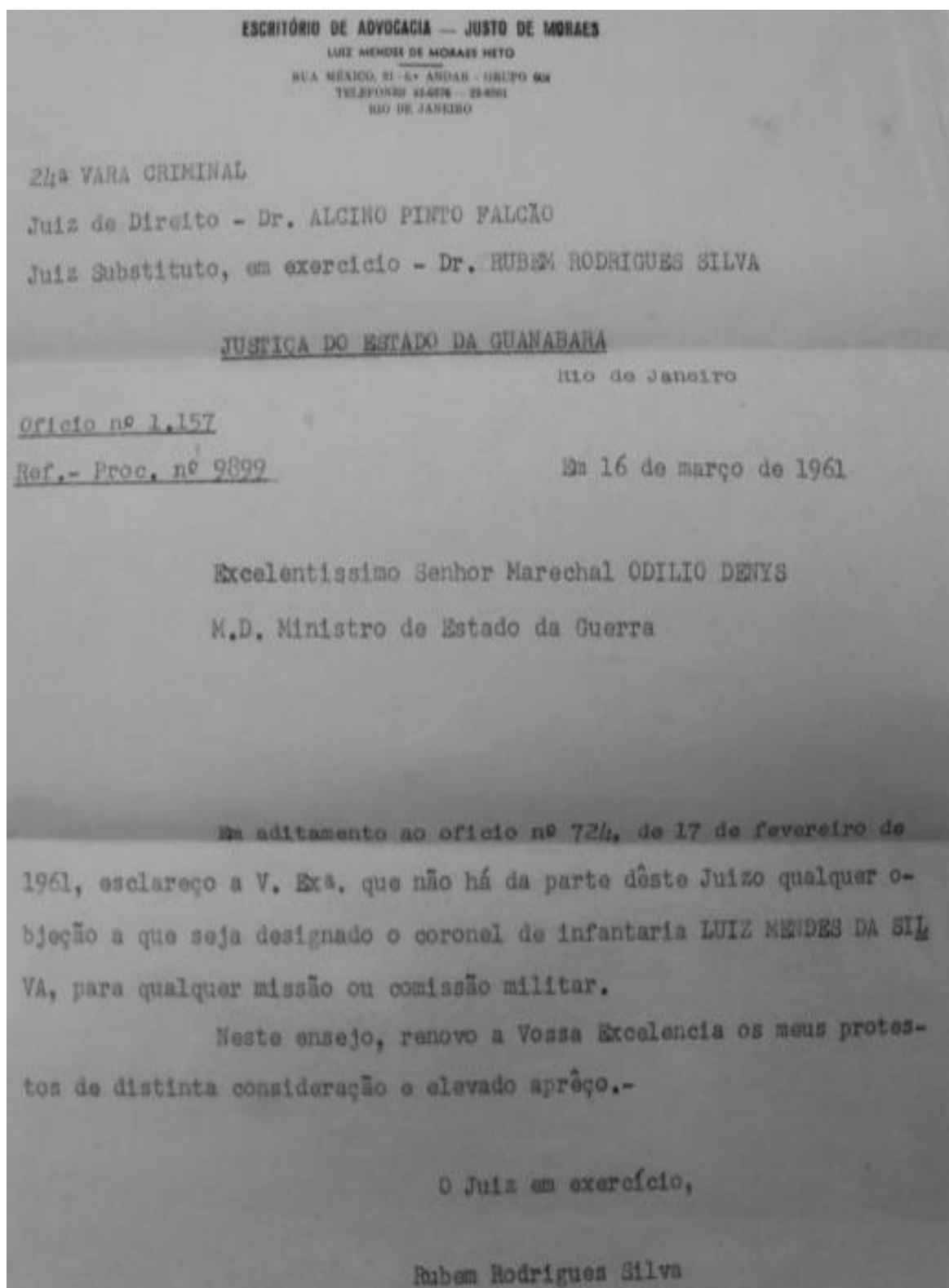
Nesta oportunidade, apresento a Vossa Excelência os protestos da mais alta estima e distinta consideração.

O Juiz em exercício,
RUBEM RODRIGUES SILVA

Fonte: O autor, 2018.

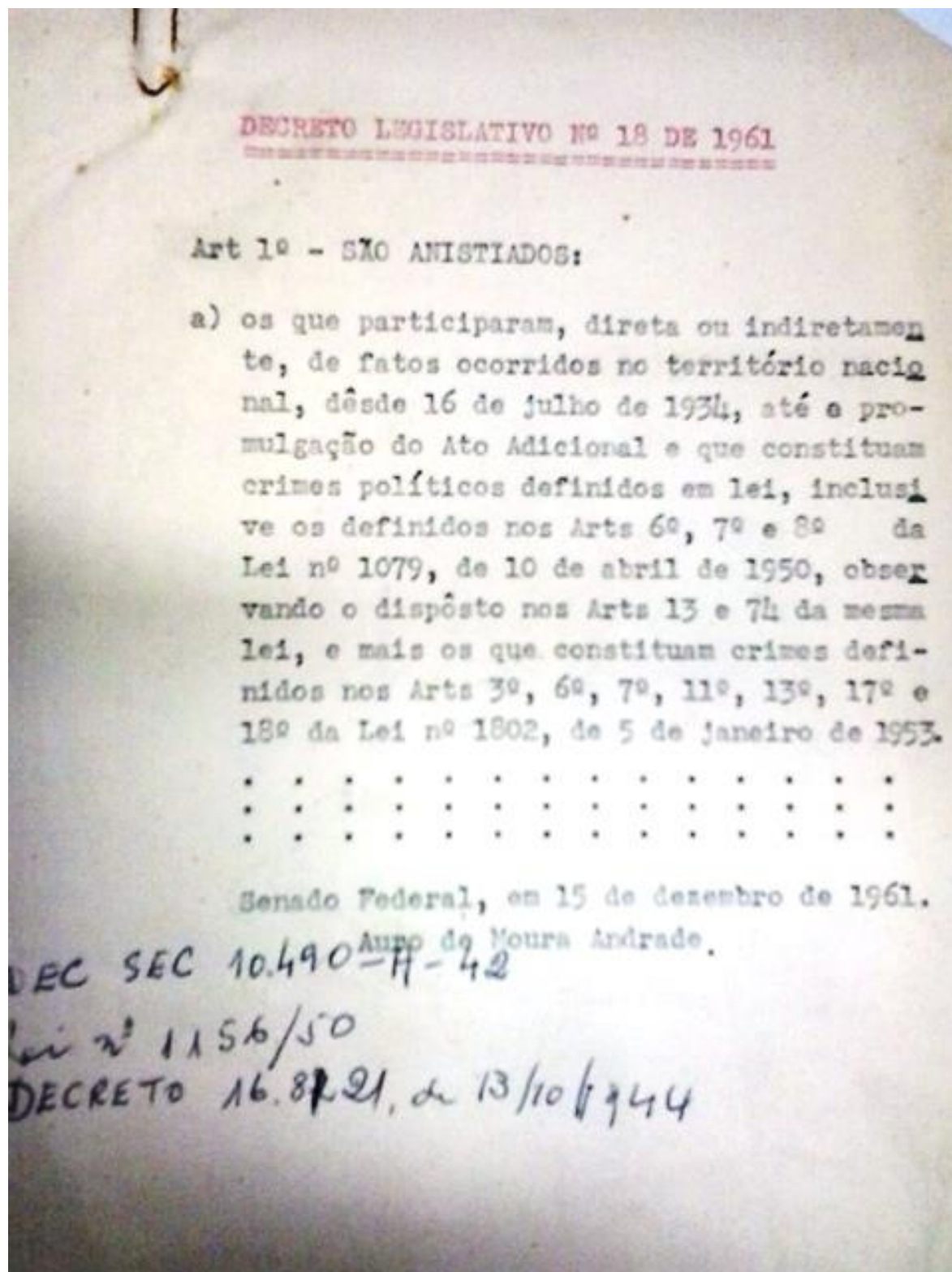
ANEXO P – Ofício 1.157

Figura 15 – Ofício 1.157



ANEXO Q – Decreto de Lei nº 18 de 1961 (Anistia)

Figura 16 – Decreto Legislativo



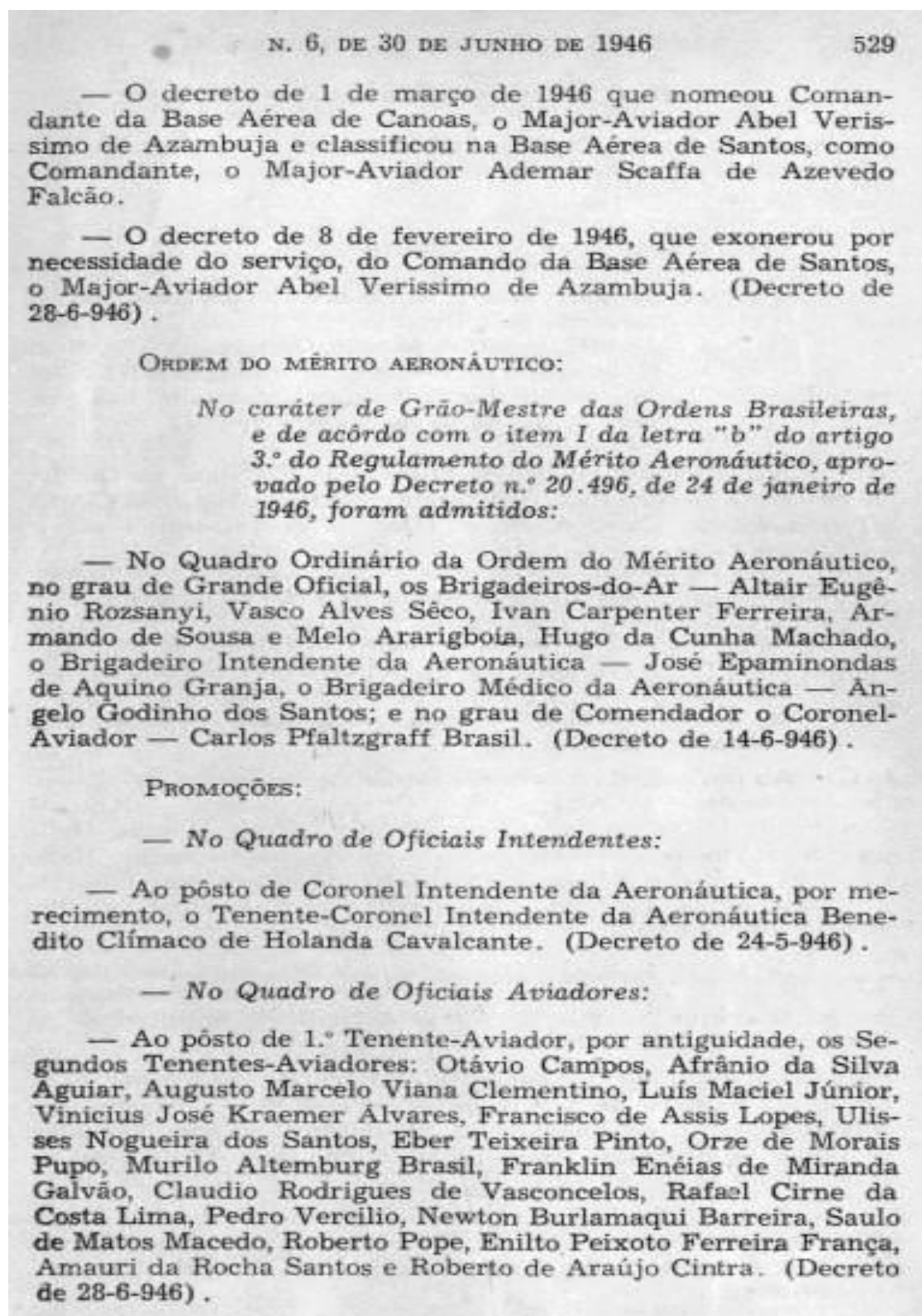
ANEXO R – Quadro de Oficiais Aviadores de 1974

Figura 17 – Quadro de oficiais aviadores - coronéis

QUADRO DE OFICIAIS AVIADORES - CORONÉIS		53
5	OCTAVIO CAMPOS N.: São Paulo — 13 dez 21 Identidade: 010266 Data de Praça: 02 mar 42 Promoções: Asp 12 ago 44 — 2.º Ten 17 mar 45 — 1.º Ten 09 jul 46 — Cap 05 out 50 — Maj 20 jan 57 (M) — Ten Cel 23 out 61 (M) — Cel 23 out 66 (A). Cursos: CFOAv — Capoa — CEM — CSC — CEMCFA. Condecorações: Mil Ouro — Cmp Atlântico Sul — Mert S Dumont — Cruz Av (B) — Mar Hermes — Cavaleiro O Mert Aer. Horas de Voo: 4.812h Tempo de Serviço: 31a 09m 29d	
Ag	LUIZ MACIEL JUNIOR N.: Minas Gerais — 14 nov 19 Identidade: 010261 Data de Praça: 22 abr 41 Promoções: Asp 12 ago 44 — 2.º Ten 17 mar 45 — 1.º Ten 28 jun 46 — Cap 05 out 50 — Maj 20 jan 57 (M) — Ten Cel 23 out 61 (M) — Cel 23 out 66 (M). Cursos: CFOAv — Capoa — CEM — CSG. Condecorações: Mil Ouro — Cmp Atlântico Sul — Mert S Dumont — Comendador O Mert Aer — Comendador O Mert Nav — Mert Tamandaré. Horas de Voo: 5.640h Tempo de Serviço: 32a 08m 09d	
Ag	VINICIUS JOSÉ KRAEMER ALVARES N.: Rio Grande do Sul — 28 jan 19 Identidade: 000852 Data de Praça: 18 mai 39 Promoções: Asp 12 ago 44 — 2.º Ten 17 mar 45 — 1.º Ten 29 jun 46 — Cap 05 out 50 — Maj 20 jan 57 (M) — Ten Cel 23 abr 62 (M) — Cel 23 out 66 (M). Cursos: CFOAv — Capoa — CEM — CSC — CPI — Comunicações (EEUU) — Aer Command Staff (EEUU) — Academic Instruct Aic (EEUU). Condecorações: Mil Ouro — Cmp Atlântico Sul — Mert S Dumont — Cruz Av (B) — Pacificador — Oficial O Mert Aer — Oficial O Mert Nav — Oficial O Mert Rio Branco. Horas de Voo: 2.946h Tempo de Serviço: 34a 07m 13d	
6	EBER TEIXEIRA PINTO N.: Guanabara — 24 set 24 Identidade: 002489 Data de Praça: 02 mar 42 Promoções: Asp 12 ago 44 — 2.º Ten 17 mar 45 — 1.º Ten 28 jun 46 — Cap 12 out 50 — Maj 20 jan 57 (A) — Ten Cel 22 abr 62 (A) — Cel 23 out 66 (A). Cursos: CFOAv — C Educ Fis Ex — CTASAN — Capoa — CEM — CSC — CEMCFA — CSG. Condecorações: Mil Prata Cmp Atlântico — Sul Mert S Dumont. Horas de Voo: 4.188h Tempo de Serviço: 31a 09m 29d	

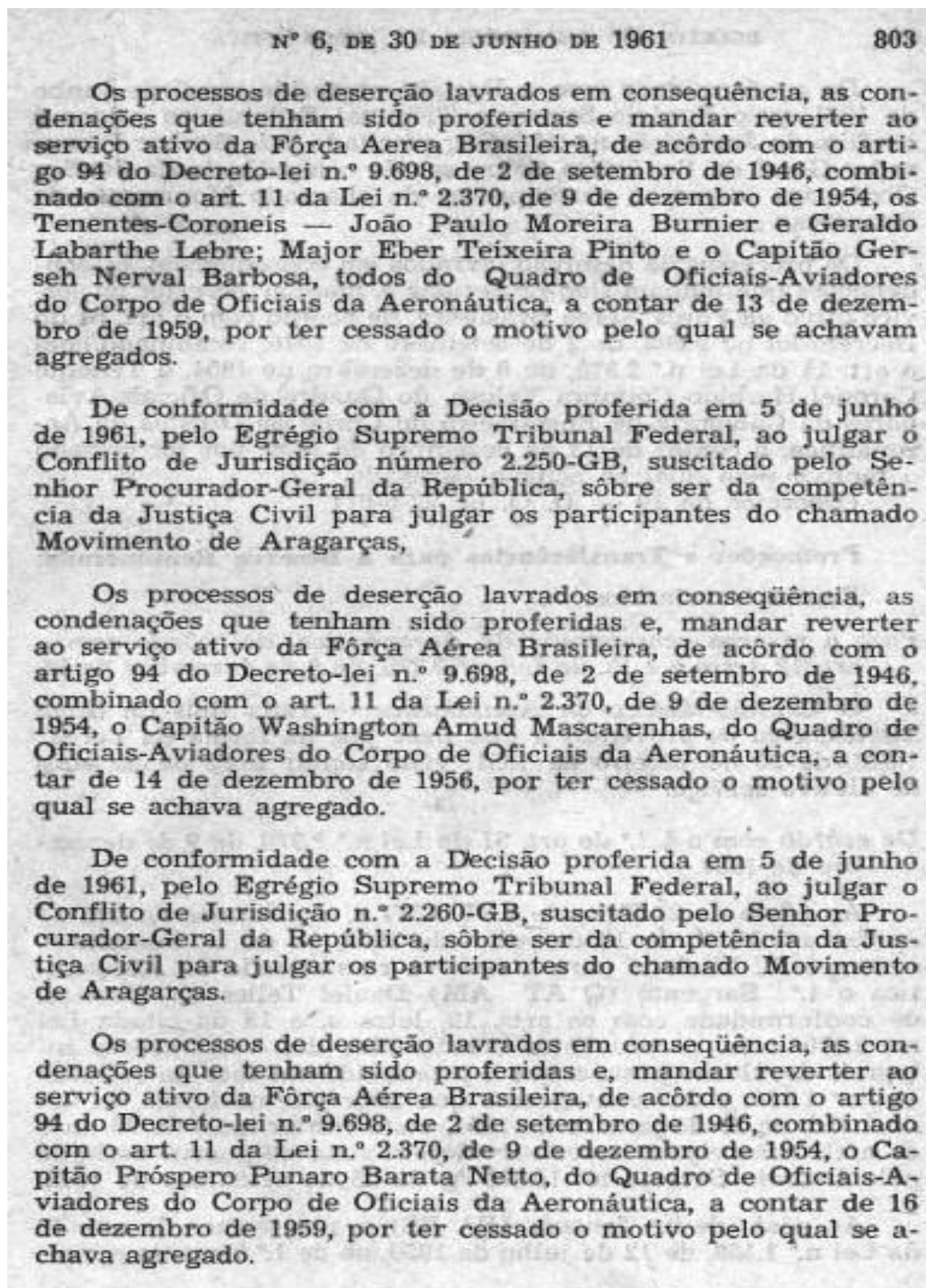
ANEXO S – BM nº 6 de 1946

Figura 18 – BM nº 6



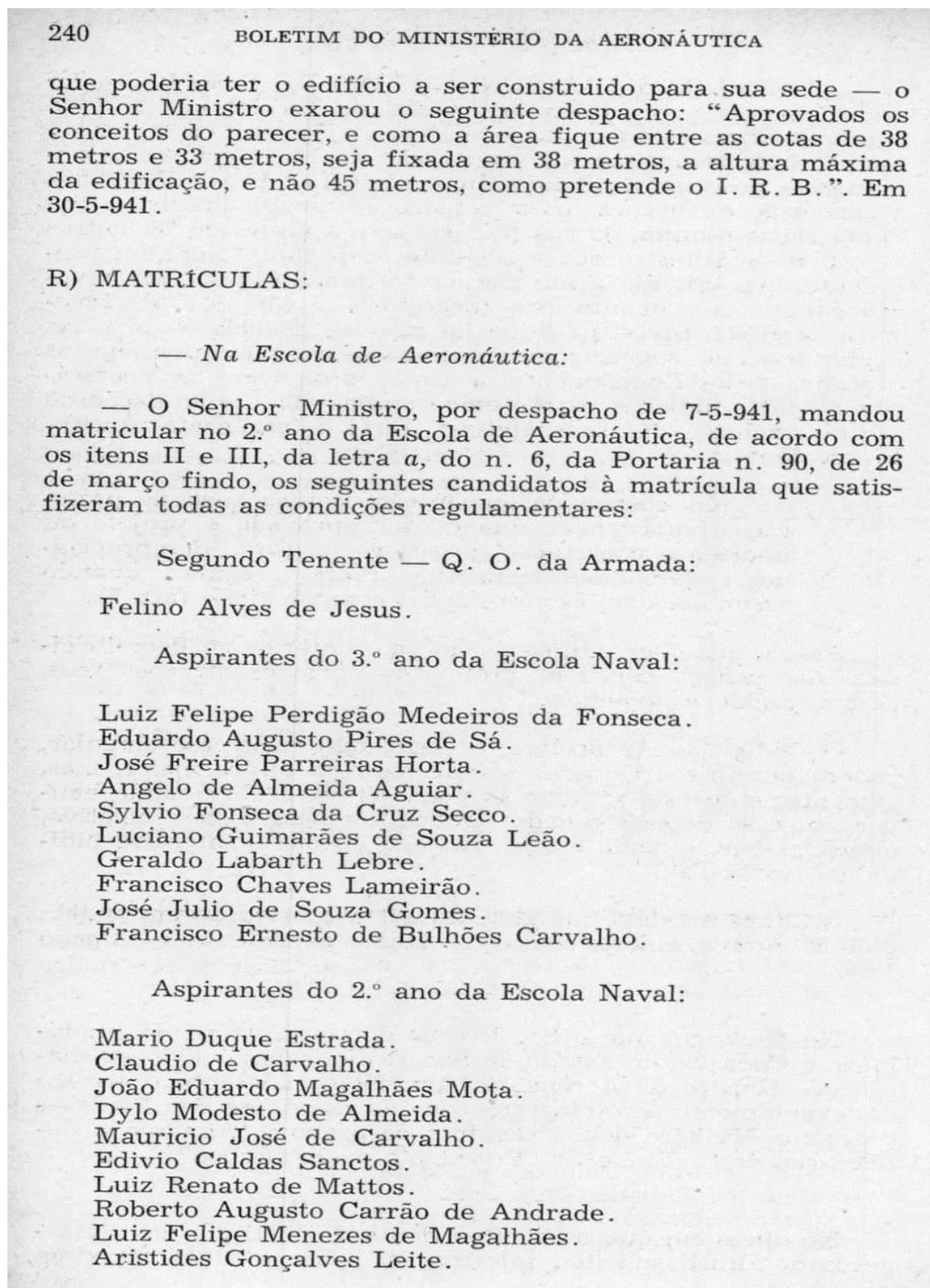
ANEXO T – BM nº 6 de 1961

Figura 19 – BM nº 6



ANEXO U – BM nº 1 de 1941

Figura 20 – BM nº 1



ANEXO V – BM nº 08 de 1968

Figura 21 – BM nº 8



Fonte: O autor, 2018.

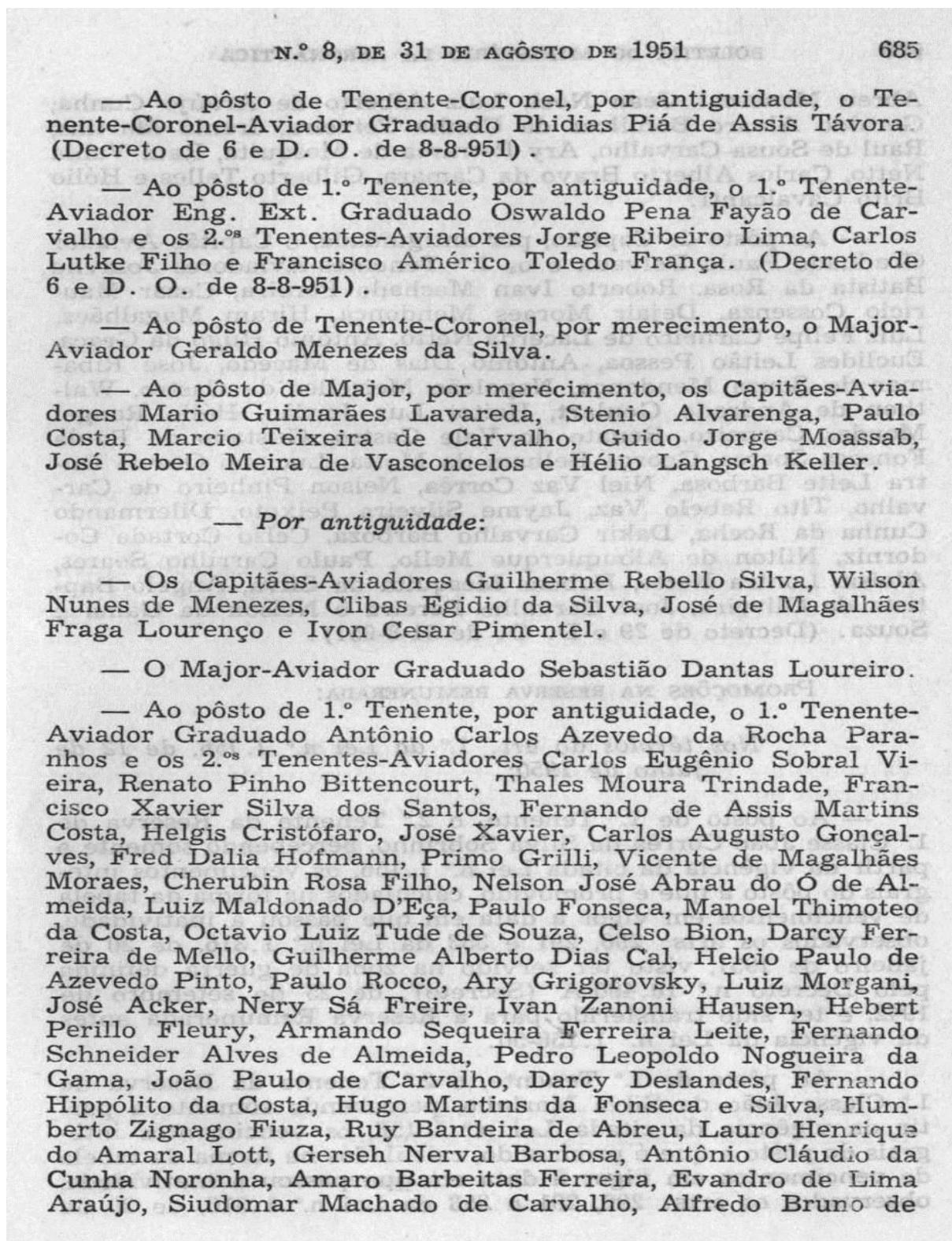
ANEXO W – BM nº 7 de 1949

Figura 22 – BM nº 7



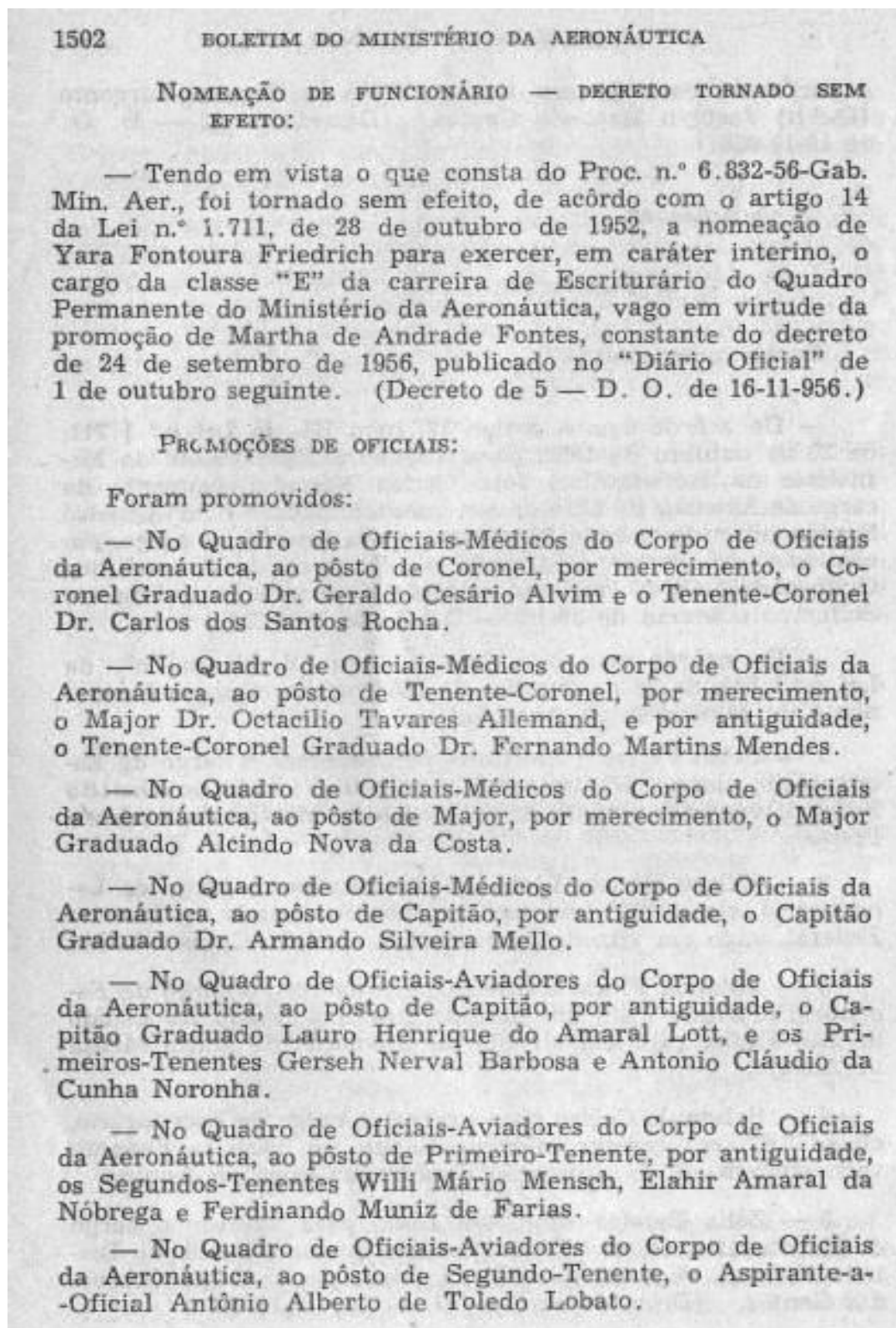
ANEXO X – BM nº 8 de 1951

Figura 23 – BM nº 8



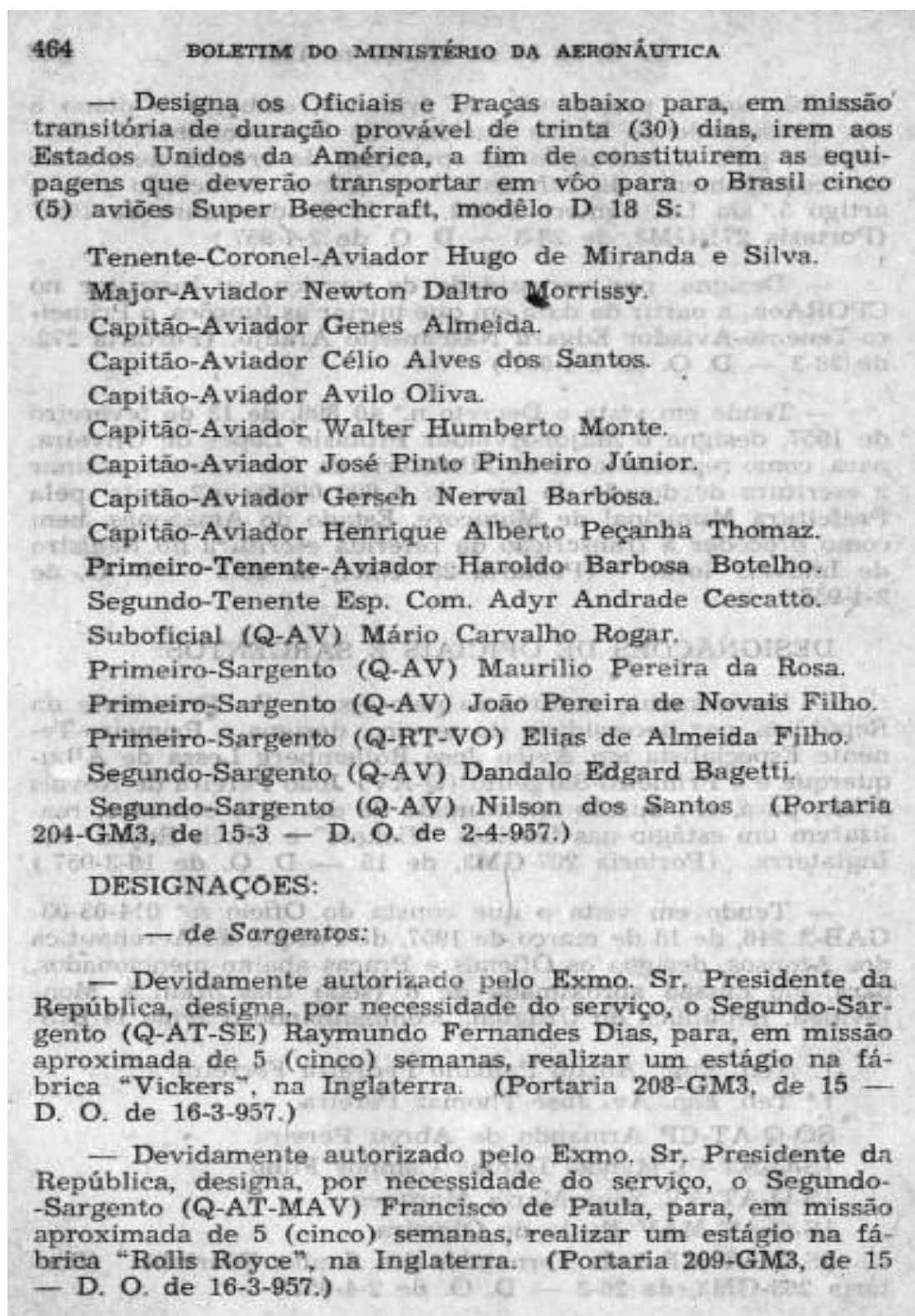
ANEXO Y – BM nº 10 de 1956

Figura 24 – BM nº 10



ANEXO Z – BM nº 1 de 1957

Figura 25 – BM nº 1



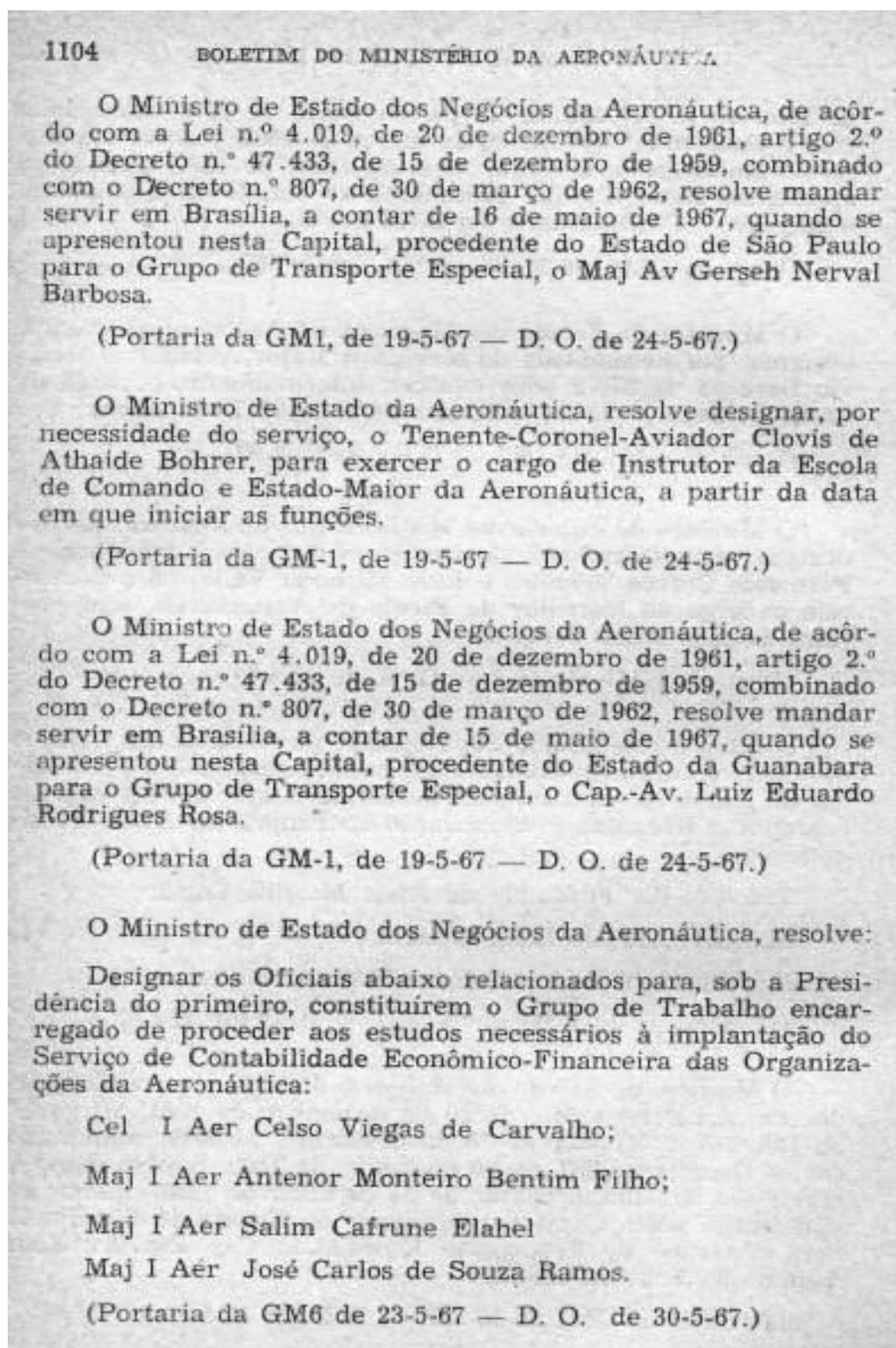
ANEXO AA – BM nº 1 de 1967

Figura 26 – BM nº 1



ANEXO AB – BM nº 5 de 1967

Figura 27 – BM nº 5



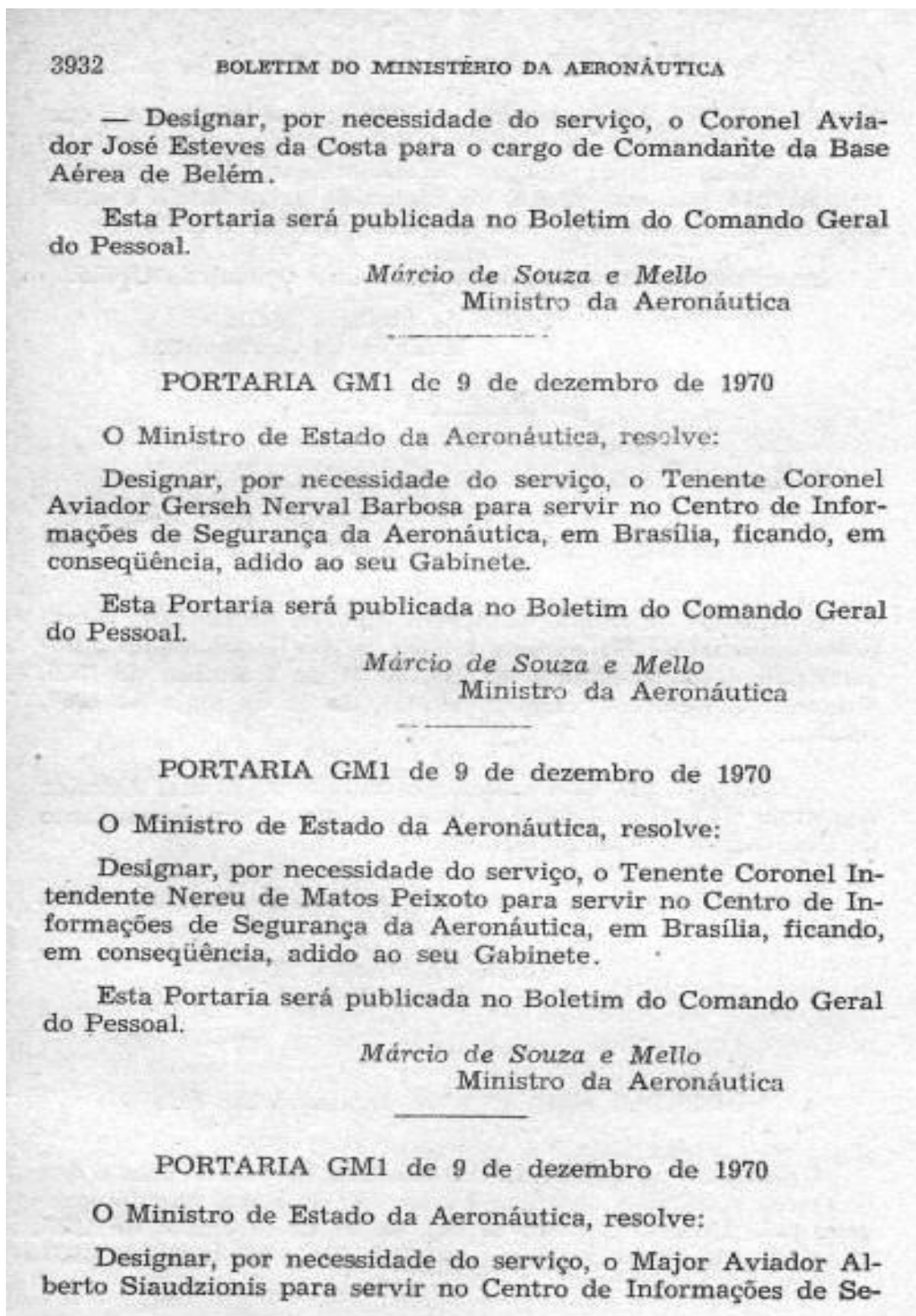
ANEXO AC – BM nº 5 de 1968

Figura 28 – BM nº 5



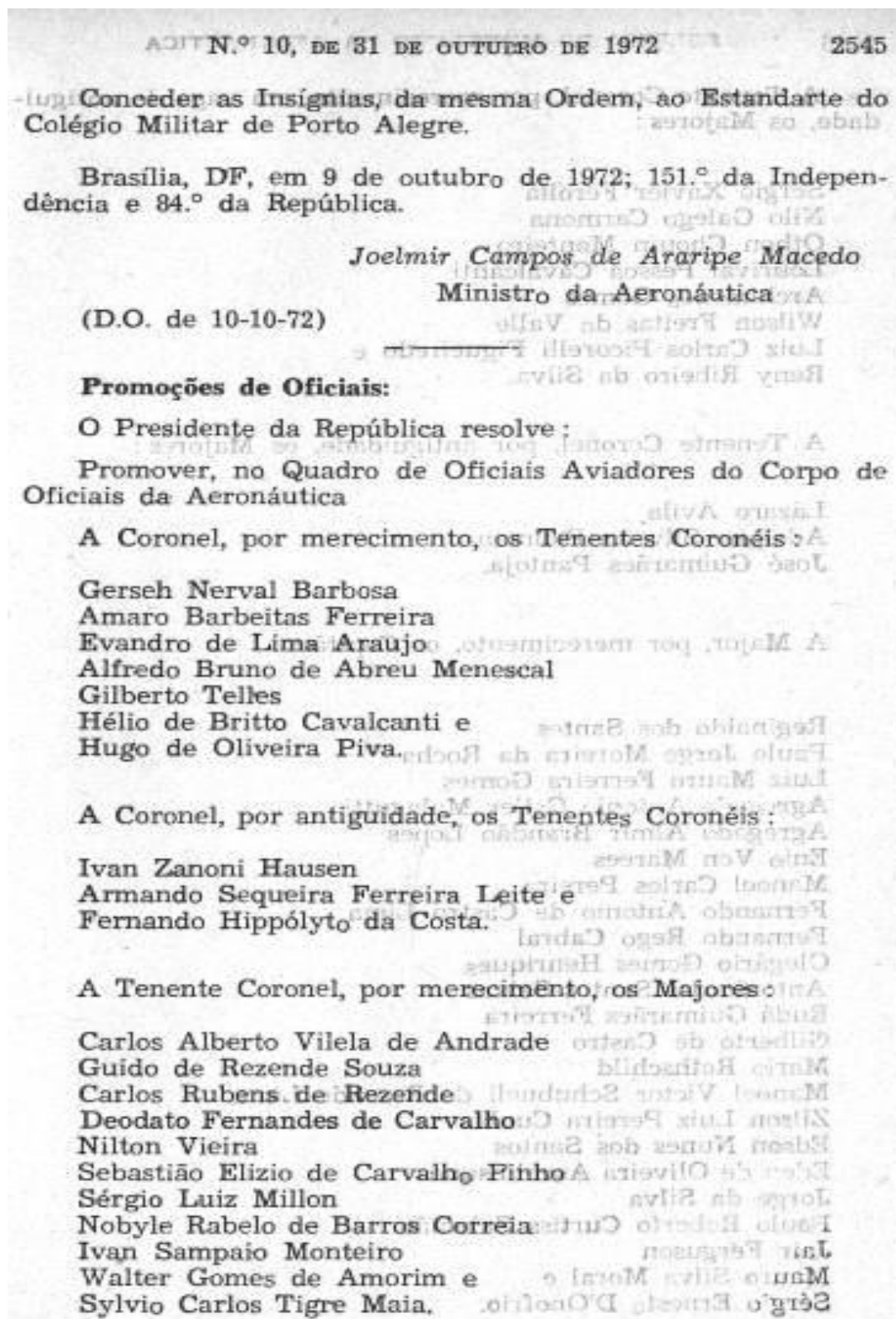
ANEXO AD – BM nº 10 de 1970

Figura 29 – BM nº 10



ANEXO AE – BM nº 10 de 1972

Figura 30 – BM nº 10



ANEXO AF – BM nº 4 de 1977

Figura 31 – BM nº 4

30 Jun 77	BMA 113-6
<p>PORTARIA N.º 524/GM1, de 25 Mai 77</p> <p>O Ministro de Estado da Aeronáutica, tendo em vista o que consta do Proc M Aer número 07-01/3672/77,</p> <p>Resolve :</p> <p>Designar o Coronel Aviador Adélio Del Tesco para Representante do Ministério da Aeronáutica e Presidente da Comissão Nacional para a Facilitação do Transporte Aéreo Internacional, de acordo com o § 2.º do artigo 1.º do Decreto n.º 64.521, de 15 de maio de 1969 e artigo 1.º do Decreto n.º 75.474, de 13 de março de 1975.</p> <p>Joelmir Campos de Araripe Macedo Ministro da Aeronáutica</p> <p>(D.O. de 03-06-77)</p>	<p>Dispensa de Oficiais</p> <p>PORTARIA N.º 571/GM1, de 10 Jun 77</p> <p>O Ministro de Estado da Aeronáutica,</p> <p>Resolve :</p> <p>Dispensar, por necessidade do serviço, o Coronel Aviador Gersch Nerval Barbosa do cargo de Comandante da Base Aérea de São Paulo, por ter sido cogitado para outra comissão.</p> <p>Joelmir Campos de Araripe Macedo Ministro da Aeronáutica</p> <p>(D.O. de 21-06-77)</p>
<p>PORTARIA N.º 522/GM1, de 25 Mai 77</p> <p>O Ministro de Estado da Aeronáutica,</p> <p>Resolve :</p> <p>Designar, por necessidade do serviço, o Coronel Aviador Getúlio Oliveira para o cargo de Comandante da Base Aérea de Fortaleza.</p> <p>Joelmir Campos de Araripe Macedo Ministro da Aeronáutica</p> <p>(D.O. de 03-06-77)</p>	<p>PORTARIA N.º 548/GM1, de 01 Jun 77</p> <p>O Ministro de Estado da Aeronáutica,</p> <p>Resolve :</p> <p>Dispensar, por necessidade do serviço, o Coronel Aviador João Felipe Brack do cargo de Chefe do Quinto Serviço Regional de Aviação Civil (SERAC-5), em Porto Alegre, por ter sido cogitado para outra comissão.</p> <p>Joelmir Campos de Araripe Macedo Ministro da Aeronáutica</p> <p>(D.O. de 13-06-77)</p>
<p>PORTARIA N.º 519/GM1, de 24 Mai 77</p> <p>O Ministro de Estado da Aeronáutica,</p> <p>Resolve :</p> <p>Designar o Brigadeiro Engenheiro, Enio Russo para Presidente da Comissão de Construção do Hospital da Aeronáutica do Galeão — CCHAG, sem prejuízo das atuais funções.</p> <p>Joelmir Campos de Araripe Macedo Ministro da Aeronáutica</p> <p>(D.O. de 03-06-77)</p>	<p>PORTARIA N.º 538/GM1, de 26 Mai 77</p> <p>O Ministro de Estado da Aeronáutica,</p> <p>Resolve :</p> <p>Dispensar, por necessidade do serviço, o Tenente-Coronel Aviador Octávio Monteiro de Araújo do cargo de Comandante do 1/1.º Grupo de Transporte, por ter sido cogitado para outra comissão.</p> <p>Joelmir Campos de Araripe Macedo Ministro da Aeronáutica</p> <p>(D.O. de 03-06-77)</p>

ANEXO AG – Oficiais da Ativa de 1953 (Quadro Complementar de Aviadores)

Figura 32 – Quadro complementar de aviadores - majores

80	QUADRO COMPLEMENTAR DE AVIADORES – MAJORES
97	Wilson Arinelli Espindola — N. Paraná 9 abr. 1922 — P. 1 abr. 1940 — Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-Av. Gr. 28 fev. 1952, conta de 30 jan. a 20 mar. 1951 — Maj.-Av. 20 mar. 1951 (ant.) — C.Av. — M.C.A.S. — Cursos: Av.Mt. — Tat.Aé. — T. V.: 2.059 h. — T. S.: 12 a. 9 m. 0 d.
98	Carlos Fernando Queiroz de Lucena — N. Pará 21 maio 1920 — P. 1 abr. 1940 — Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-Av. 20 mar. 1951 (mer.) — C.Av. — M.C.A.S. — Cursos: Av.Mt. — Tat.Aé. — T. V.: 2.785 h. — T. S.: 13 a. 8 m. 0 d.
99	Wilson Rezende Nogueira — N. Minas Gerais 30 jul. 1919 — P. 1 abr. 1940 — Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-Av. 20 mar. 1951 (ant.) — C.Av. — M.C.A.S. — Cursos: Av.Mt. — Tat.Aé. — T. V.: 2.411 h. — T. S.: 12 a. 9 m. 0 d.
100	José Macedo de Almeida — N. Distrito Federal 1 out. 1920 — P. 1 abr. 1940 — Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-Av. 20 mar. 1951 (ant.) — M.S.M.3 — C.Av. — M.C.A.S. — Cursos: Av.Mt. — Tat.Aé. — T. V.: 3.364 h. — T. S.: 14 a. 6 m. 0 d.
101	Eiser da Costa Felipe — N. Distrito Federal 16 ago. 1919 — P. 1 abr. 1939 — Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-Av. 20 mar. 1951 (ant.) — M.S.M.3 — M.C.A.S. — Cursos: Av. Mt. — Cmc. "Air Training Command", EE.UU. — T. V.: 1.657 h. — T. S.: 13 a. 9 m. 0 d.
102	Gustavo Eugênio de Oliveira Borges — N. Distrito Federal 23 jun. 1922 — P. 21 mar. 1939 — Asp.-Av. 3 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-Av. 20 mar. 1951 (ant.) — C.Av. — M.C.A.S. — Cursos: Av.Mt. — Tat.Aé. — T. V.: 2.645 h. — T. S.: 13 a. 9 m. 10 d.
ENG	Haroldo Coimbra Veloso — N. Distrito Federal 4 jul. 1920 — P. 1 abr. 1939 — Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-Av. 20 mar. 1951 (mer.) — C.Av. — M.C.A.S. — Cursos: Av.Mt. — Esc. Téc. Ex. — Inc. na cat. Eng. em 22 jan. 1951 — T. V.: 613 h. — T. S.: 13 a. 9 m. 0 d.
103	Ernaní Hilário Fittipaldi — N. Rio Grande do Sul 23 nov. 1920 — P. 1 abr. 1939 — Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-Av. 20 mar. 1951 (mer.) — M.C.A.S. — Cursos: Av.Mt. — T. V.: 3.157 h. — T. S.: 13 a. 9 m. 0 d.

ANEXO AH – BM nº 7 de 1945

Figura 33 – BM nº 7

650

BOLETIM DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

No 2.º Regimento de Aviação (São Paulo): Major Aviador Clovis Costa. (Despacho de 23-8-945).

— 2.º Tenentes Aviadores da Reserva, Convocados, Manuel Fernando Luz de Aguiar, Carlos Oliveira de Macedo, Roberto Mamede de Barros Rocha e Roberto Fritscher; 2.º Tenentes Mecânicos de Avião da Reserva, Convocados, Milton Amazonas Coelho e Ubirajara de Souza. (Despacho de 24-8-945).

No 3.º Regimento de Aviação (Canoas): 2.º Tenente Mecânico de Armamento da Reserva, Convocado, Orni Magalhães Machado. (Despacho de 6-8-945).

— 2.º Tenente Mecânico de Avião da Reserva, Convocado, Abraão Friedman; 2.º Tenente Mecânico de Rádio da Reserva, Convocado, José Medeiros de Souza e 2.º Tenente Mecânico de Armamento da Reserva, Convocado, Francisco Hardy. (Despacho de 24-8-945).

No 4.º Regimento de Aviação (Galeão): 2.º Tenentes Aviadores da Reserva, Convocados: Apio Jaci Campos de Oliveira, Angelo Nunes Martins, Luis Santos Correia, Luis Cássio de Andrade Werneck, Edmundo Pais de Barros, Zairo Diogenes Maia, Antônio Romeu Neto, Olavo Renzo, Pedro Leardi, Pedro Paulo Bocaiuva Bulcão e Mauro Vollet Kroll; 2.º Tenentes Mecânicos de Avião da Reserva, Convocados: Heber Bom de Andrade Figueira, Reinor Neri Marchetti, Nilo Pinheiro Queiroz; 2.º Tenentes Mecânicos de Armamento da Reserva, Convocados: Aluisio de Souza Tomé, Antônio Carlos Gomes da Cruz, Clovis José da Silveira, Roberto Mauro Studart e Plácido Sanford Fontenele; 2.º Tenentes Mecânicos de Rádio da Reserva, Convocados: Mauro Vinhas de Queiroz, Altamiro Soares do Vale Guimarães, Gil Saint-Yves, Expedito Albuquerque, Sergio Lívio Pinto e 2.º Tenente Fotógrafo da Reserva, Convocado, Luis Maltar Castelo Branco. (Despacho de 24-8-945).

No 1.º Grupo de Caça: 2.º Tenentes Aviadores da Reserva, Convocados: Fernando de Barros Morgado, Jorge Maia Poucinha, João Acrísio de Góes Bezerra, Carlos Afonso Migliora, José Laport, Carlos Fernando Lima Cavalcante, Albino Teixeira Pinheiro Júnior, Alexandre Mário Amado e Alan Costa Selos e 2.º Tenente Mecânico de Armamento da Reserva, Convocado, Bernardo Ferdinand Serra de Berredo. (Despacho de 24-8-945).

No 1.º Grupo Misto de Aviação (Natal): 2.º Tenente Aviador José Teobaldo Brandão Viegas. (Despacho de 31-7-945).

— 2.º Tenente Aviador da Reserva, Convocado, Didimo Afonso Agapito da Veiga e 2.º Tenentes Mecânicos de Armamento da Reserva, Convocados: Evaristo Libânio da Silva e Roberto Doring. (Despacho de 24-8-945).

ANEXO AI – BM nº 1 de 1962

Figura 34 – BM nº 1



ANEXO AJ – Oficiais da Ativa de 1964 (Quadro de Oficiais-Aviadores)

Figura 35 – Quadro de oficiais-aviadores - coronéis

76	QUADRO DE OFICIAIS-AVIADORES — CORONÉIS
51	<p>NILO KURTZ — N. Rio Grande do Sul 28 maio 1919. Praça: 1 abr. 1939. Promoções: Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-Av. 2 out. 1950 (mer.) — Ten.-Cel.-Av. 20 jan. 1957 (ant.) — Cel. 22-4-63 (mer.). Medalhas: M.S.M.2 — C.Av. (fita B) — M.C.A.S.) — Cav. O.M.A. — M. Pacificador — M.M. "Santos Dumont", prata. Cursos: Av. Mil. — Tât. Aé. — C.E.M. — C.S.C. Tempo de Vôo: 5.701 h. Tempo de Serviço: 26 a. 4 m. 0 d. (Cmp. a. 7 m.).</p>
AG	<p>FRANCISCO BACHA — N. Ceará 13 mar. 1918. Praça: 31 mar. 1941. — Agr. a contar de 14-5-63 (Letra "J" — Art. 86 — Dec.-Lei 9.698 de 2-9-46). Promoções: Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-Av. 2 out. 1950 (mer.) — Ten.-Cel.-Av. 20 jan. 1957 (mer.). — Cel. 22-4-63 (mer.). Medalhas: M.S.M.3 — C.Av. (fita B) — M.C.A.S. — Pil. G. "Honoris Causa", Rep. Chile — Cav. O.M.A. Cursos: Av. Mt. — Tât. Aé. — C.E.M. — Ins. ECEMAR. C.S.C. — C.E.M.C.F.A. — C.S.G. Tempo de Vôo: 6.190 h. Tempo de Serviço: 24 a. 8 m. 0 d. (Cmp. 1 a. 11 m.).</p>
52	<p>JOAO PAULO MOREIRA BURNIER — N. Guanabara 18 out. 1919. Praça: 1 abr. 1939. Promoções: Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.- -Av. 2 out. 1950 (mer.) — Ten.-Cel.-Av. 20 jan. 1957 (mer.) — Cel. 22-4-63 (ant.). Medalhas: M.S.M.3 — M.C.A.S. — Av. Mt. "Honoris Cau- sa", Rep. Argentina — Av. Mt. "Honoris Causa", Rep. Bolívia — M. M. Santos Dumont de Prata. Cursos: Av. Mt. — Tât. Aé. — C.E.M. — C.M.N. Tempo de Vôo: 5.428 h. Tempo de Serviço: 23 a. 0 m. 0 d.</p>
ENG	<p>JOSE GUILHERME BEZERRA DE MENEZES — N. Ceará 12 fev. 1918. Praça: 1 abr. 1939 — Inc. na cat. de Eng. em 1 abr. 1949. Promoções: Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.- -Av. 2 out. 1950 (mer.) — Ten.-Cel.-Av. 20 jan. 1957 (mer.). — Cel. 22-4-63 (mer.). Medalhas: M.S.M.2 — Cav. O.M.A. Cursos: Av. Mt. — Eng. Aer. (E. Téc. E.) — C.E.M. — C.S.C. Tempo de Vôo: 3/792 h. Tempo de Serviço: 24 a. 9 m. 0 d.</p>
53	<p>ISMAEL DA MOTA PAES — N. Minas Gerais 30 jun. 1920. Praça: 1 abr. 1939. Promoções: Asp.-Av. 30 set. 1942 — 2.º Ten.-Av. 10 maio 1943 — 1.º Ten.-Av. 27 nov. 1944 — Cap.-Av. 31 maio 1946 — Maj.-</p>

ANEXO AK – Reportagem da Revista Manchete. 3 de Março de 1956. p. 12

Figura 36 – Reportagem

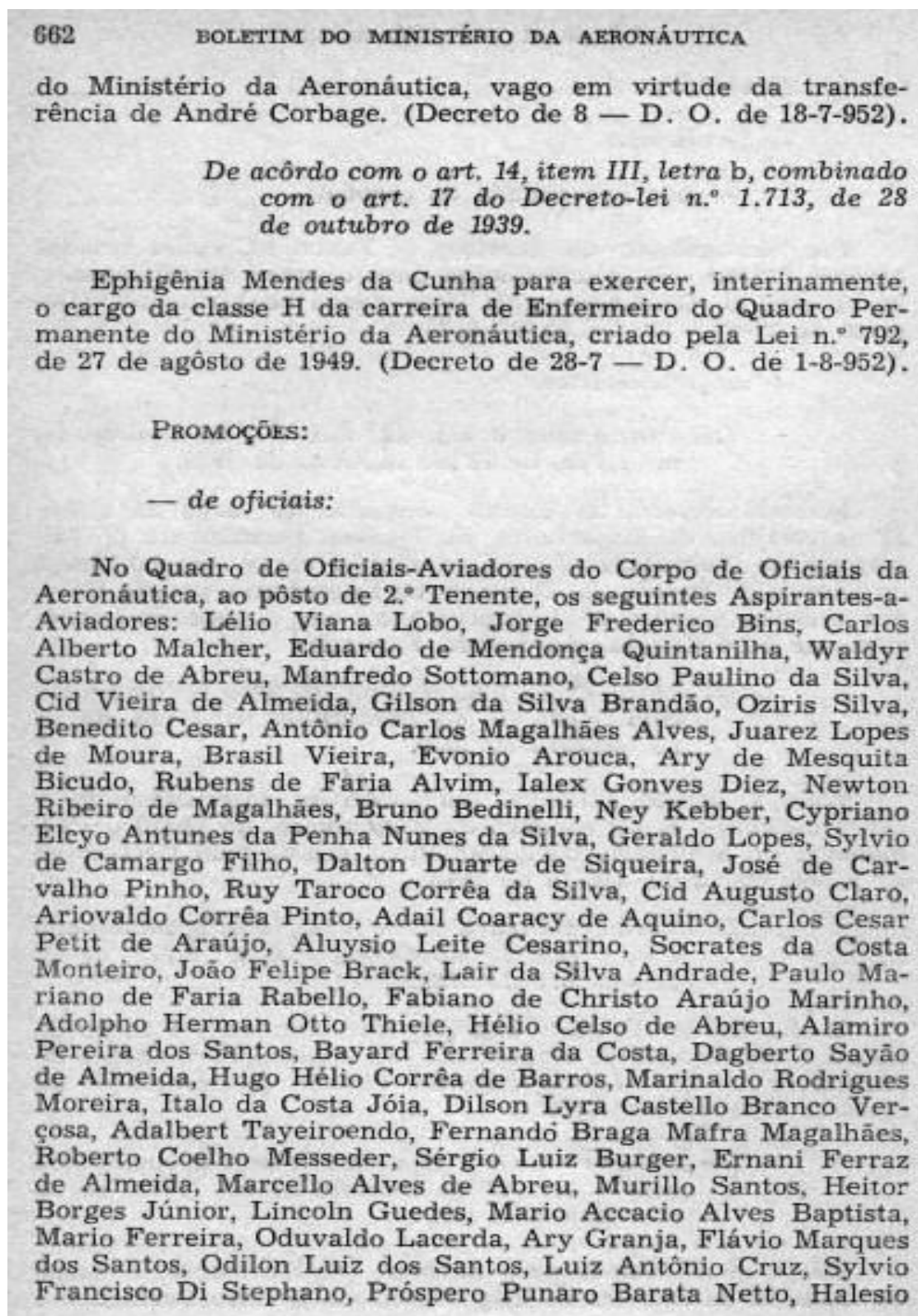


O capitão José Chaves Lameirão nasceu em São Paulo, a 29 de setembro de 1926. Tem, pois, 29 anos. Entrou na Escola de Aeronáutica a 15 de março de 1945. A 18 de dezembro de 1947 foi declarado aspirante. A 9 de julho de 1948, foi promovido a segundo-tenente e, a 20 de março de 1951, a primeiro-tenente. Tem a medalha do Atlântico Sul e fez o curso de oficial aviador. Seu tempo de voo, até 1954, segundo o Almanaque do Ministério da Aeronáutica, era de 989 horas.

Fonte: Revista Manchete, 03 mar. 1956.

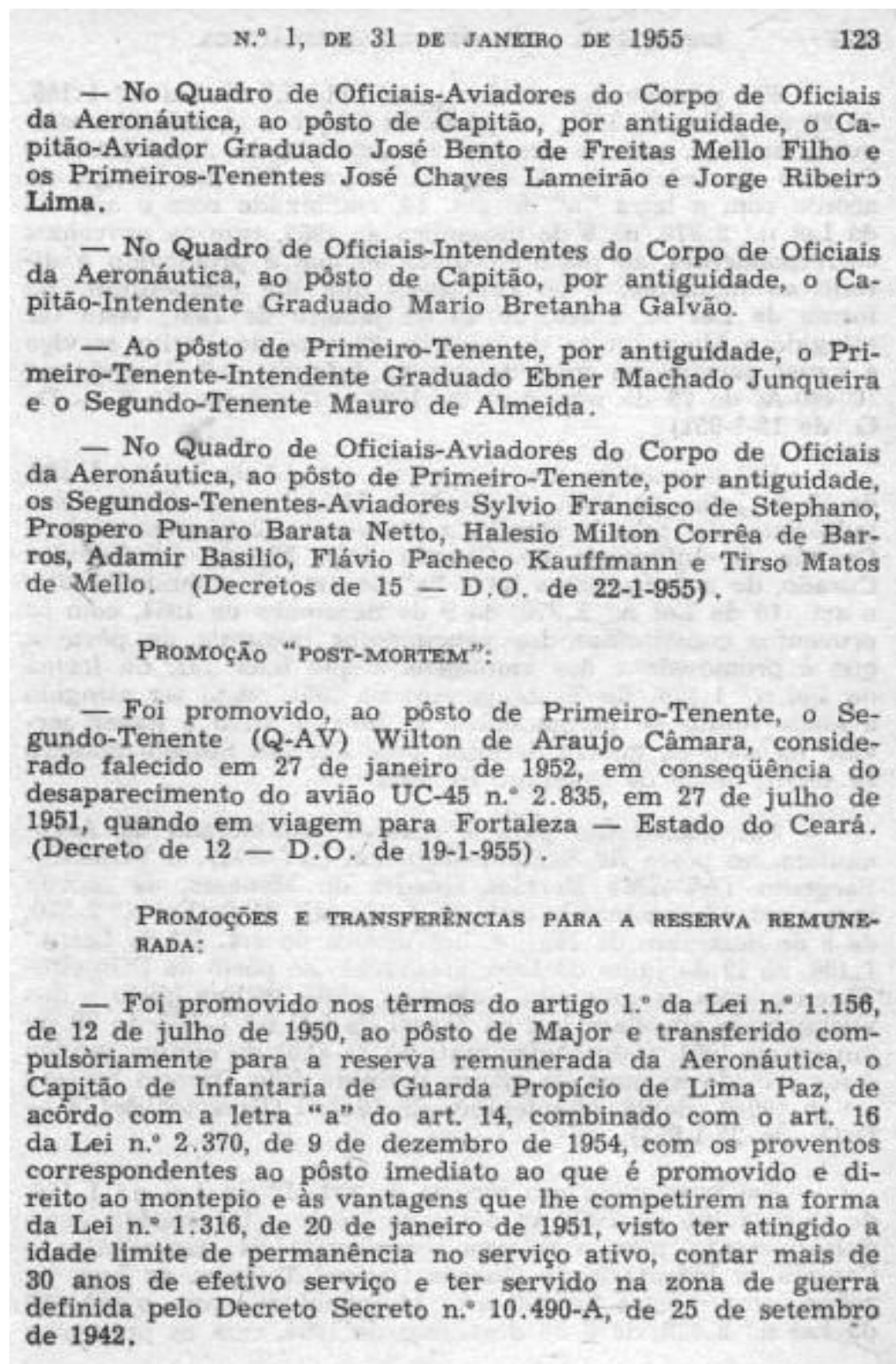
ANEXO AL – BM nº 7 de 1952

Figura 37 – BM nº 7



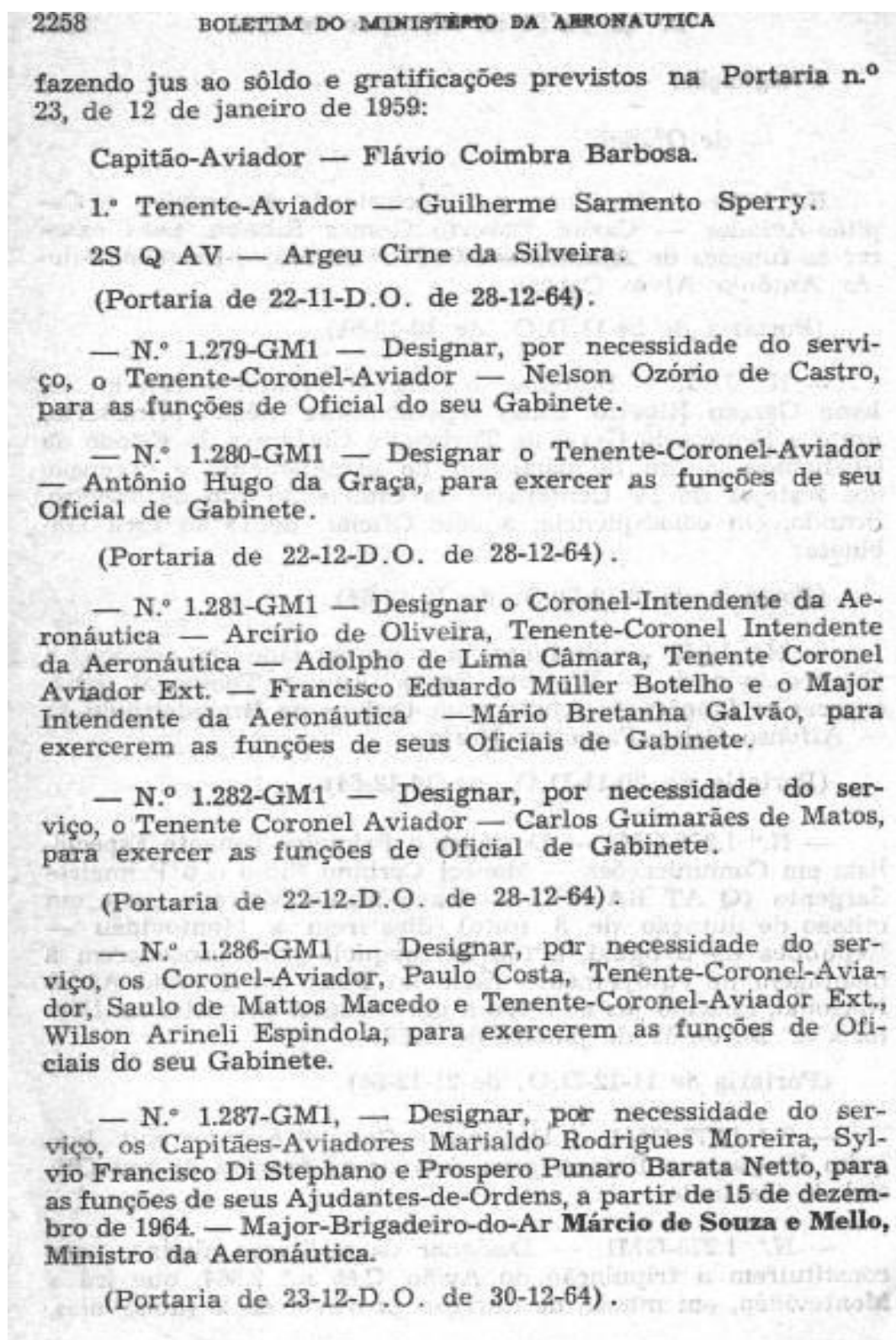
ANEXO AM – BM nº 1 de 1955

Figura 38 – BM nº 1



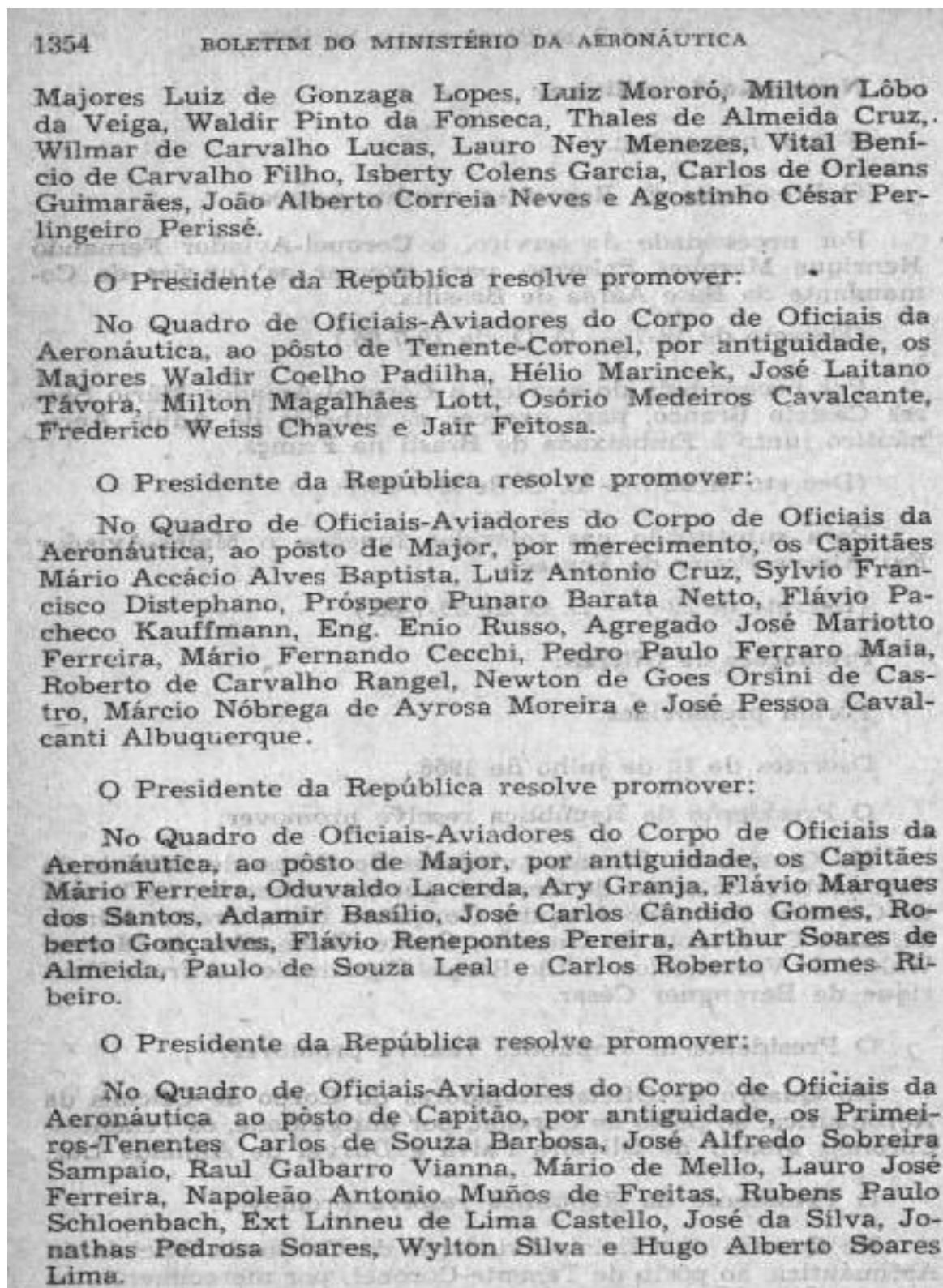
ANEXO AN – BM nº 7 de 1964

Figura 39 – BM nº 7



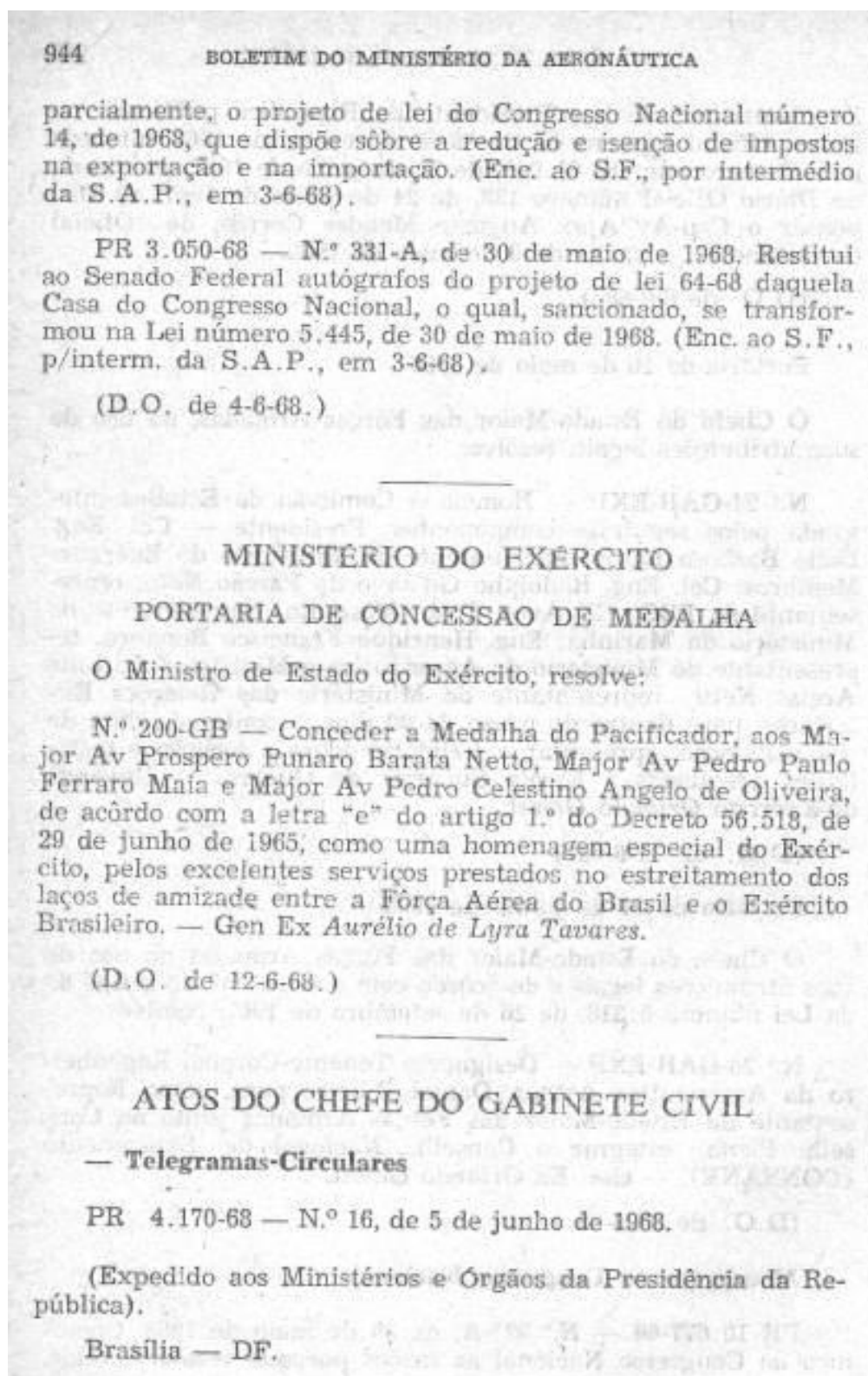
ANEXO AO – BM nº 7 de 1966

Figura 40 – BM nº 7



ANEXO AP – BM nº 6 de 1968

Figura 41 – BM nº 6



ANEXO AQ – Capa do livro Vencer pela Correção

Figura 42 – Capa



Fonte: O autor, 2018.

ANEXO AR – BM nº 1 de 1957

Figura 43 – BM nº 1



ANEXO AS – BM nº 7 de 1963

Figura 44 – BM nº 7

N.º 10, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

1663

EXPEDIENTE

Adição de Oficial — Retificação:

N.º 1.012-GM1 — Retifica, por necessidade do serviço, para o 1.º Grupo de Aviação Embarcada, a adição, como se efetivo fôsse, do Maj. Es. Av. Charles Henri Favre, constante da Portaria n.º 822-GM1, de 13 de agosto de 1963 (“D. O.” de 20 de agosto de 1963).

N.º 1.014-GM1 — Retifica a Portaria n.º 898-GM1, de 2 de setembro de 1963, publicada no “Diário Oficial” de 12 seguinte, para declarar que Adinor Franco é Oficial do posto de Major-Aviador Engenheiro.

Retifica, para o Estado-Maior da Aeronáutica, a classificação do Ten.-Cel. Esp. Fot. Milton Gomes da Silva, constante da Portaria n.º 825-GM1, de 13 de agosto de 1963 (“D. O.” de 20).

Retifica, para a Diretoria do Material da Aeronáutica, a classificação do Maj. Esp. Fot. Euler Ferreira Netto, constante da Portaria n.º 825-GM1, de 13 de agosto de 1963 (“D. O.” de 20).

(Port. de 3-10-63 — D. O. de 23-10-63.)

Classificações:*— de Oficiais:*

N.º 963-GM1 — Classifica, por necessidade do serviço, o Major-Aviador Amaro Barbeitas Ferreira, na Escola de Especialistas de Aeronáutica.

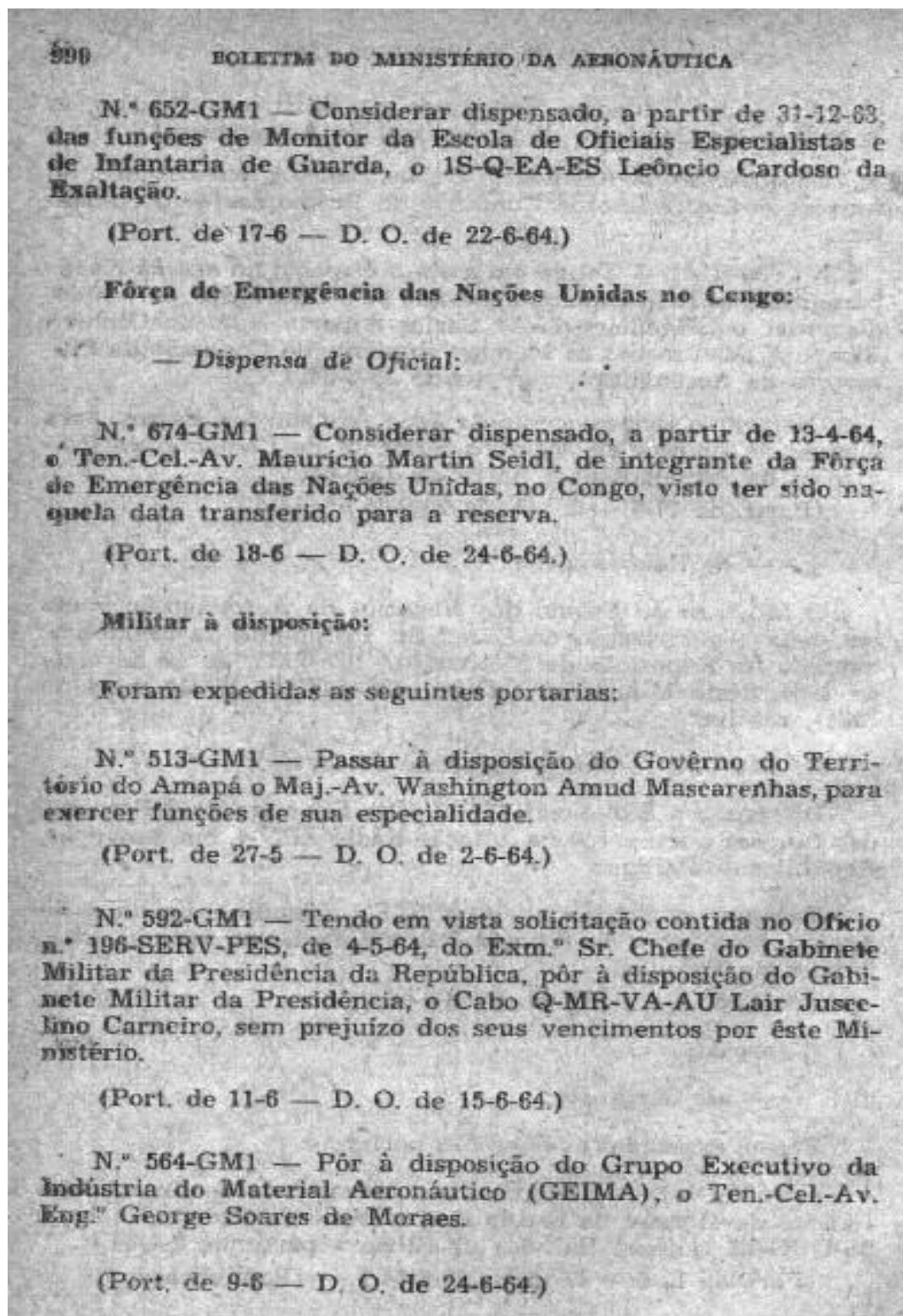
(Port. de 23-9-63 — D. O. de 4-10-63.)

N.º 1.027 — Classifica, por necessidade do serviço, o Major-Aviador Washington Amud Mascarenhas, na Diretoria de Engenharia da Aeronáutica.

(Port. de 9 — D. O. de 10-10-63.)

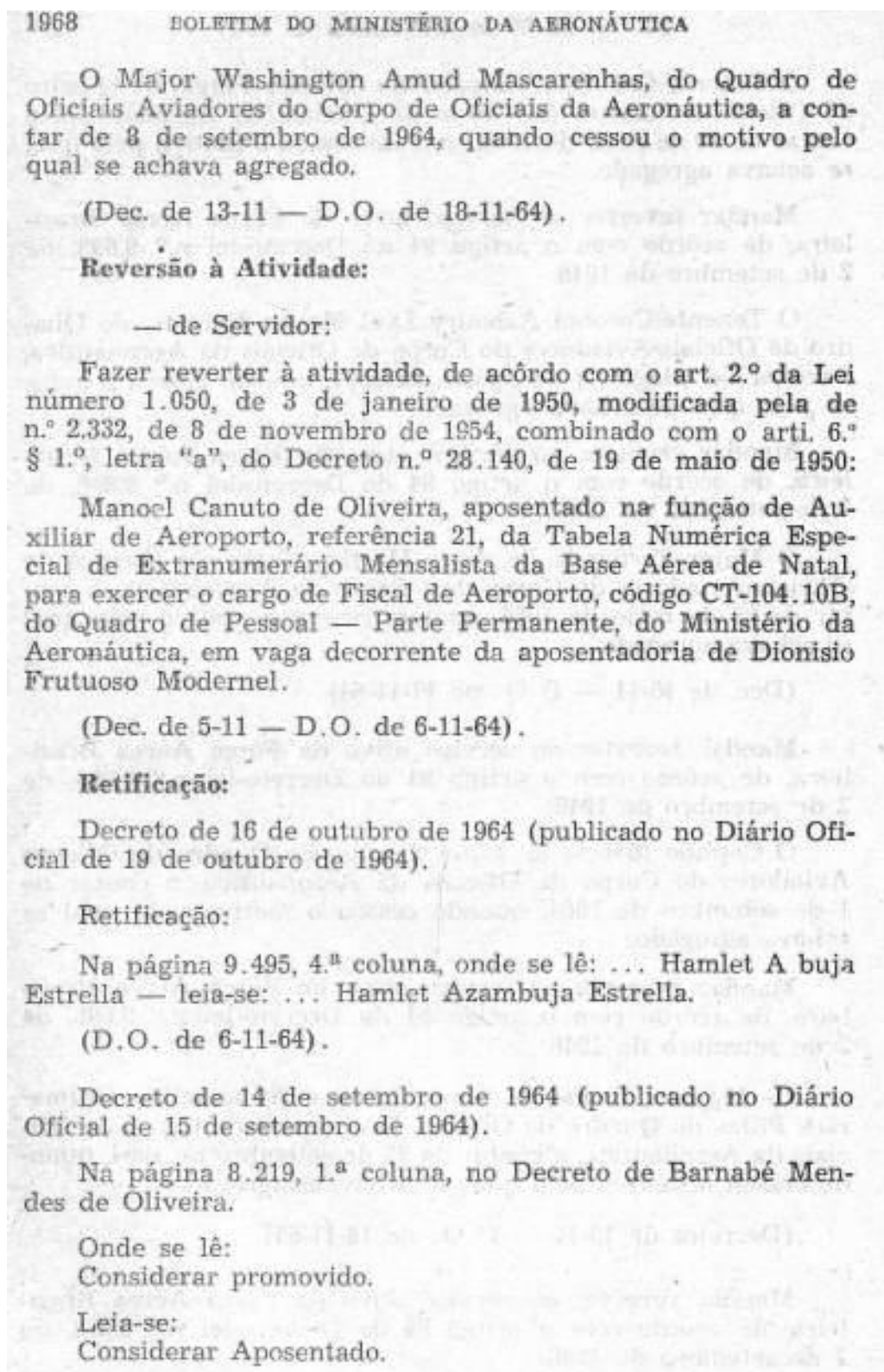
ANEXO AT – BM nº 1 de 1964

Figura 45 – BM nº 1



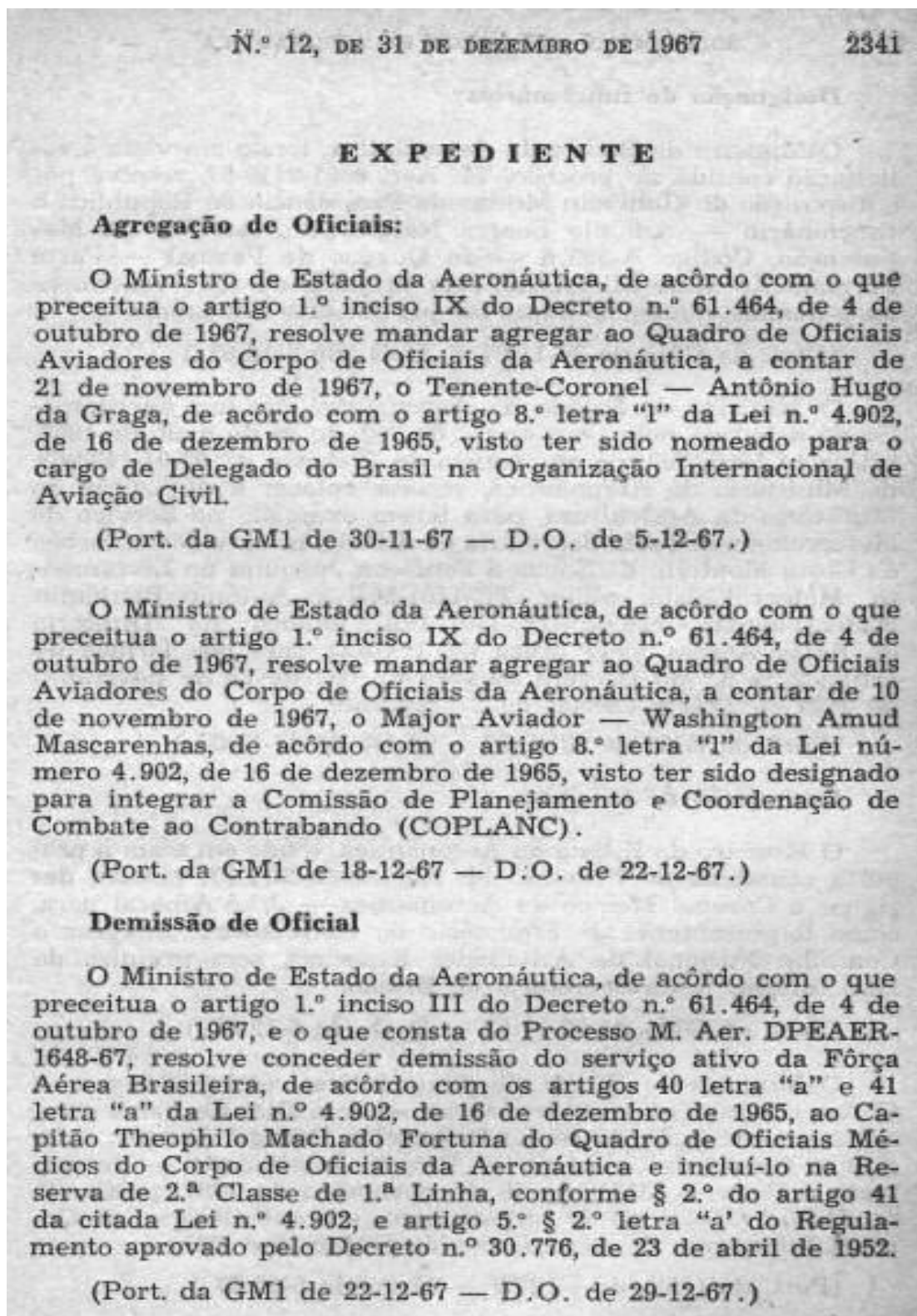
ANEXO AU – BM nº 7 de 1964

Figura 46 – BM nº 7



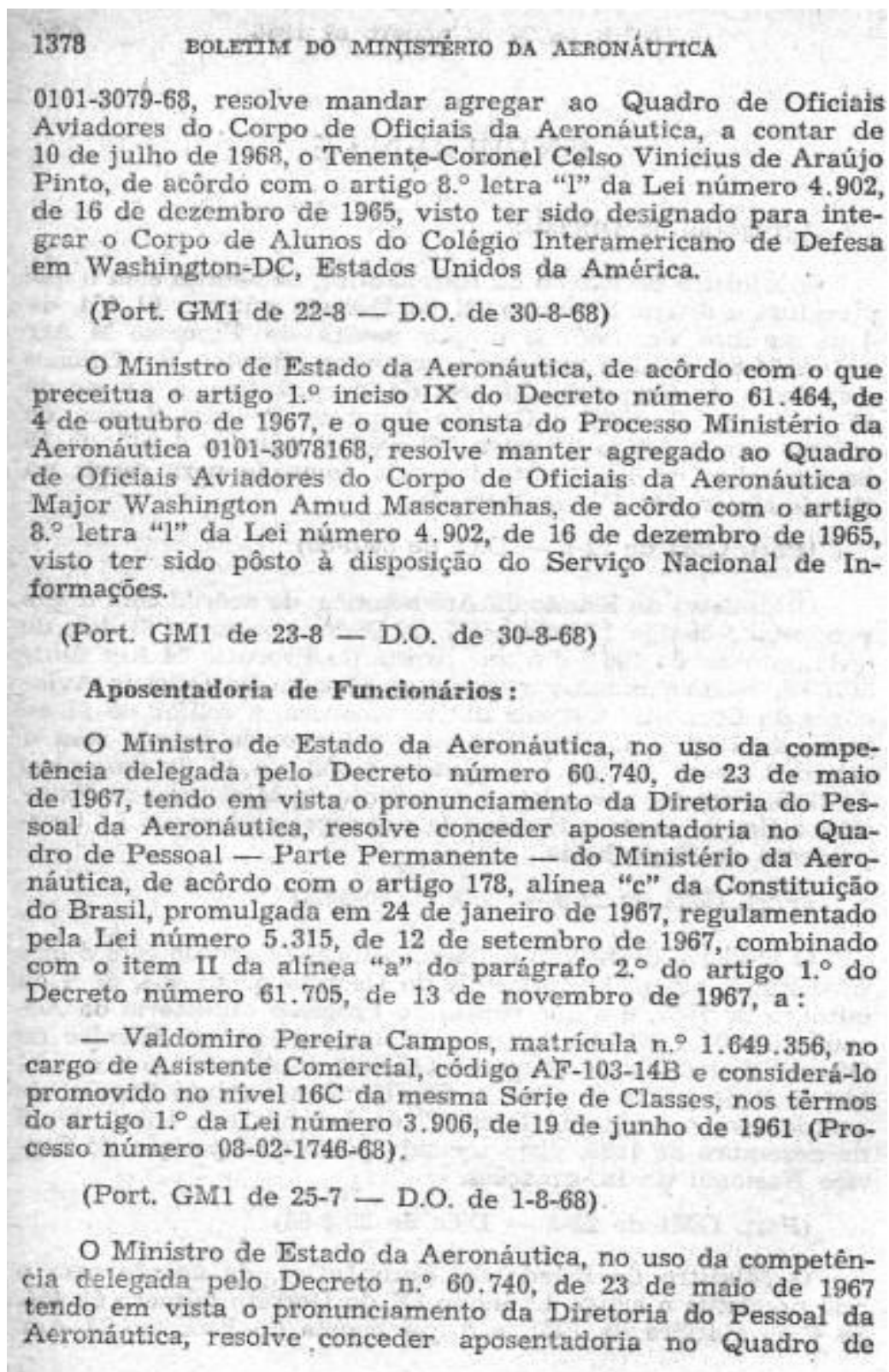
ANEXO AV – BM nº 12 de 1967

Figura 47 – BM nº 12



ANEXO AW – BM nº 6 de 1968

Figura 48 – BM nº 6



ANEXO AX – BM nº 10 de 1968

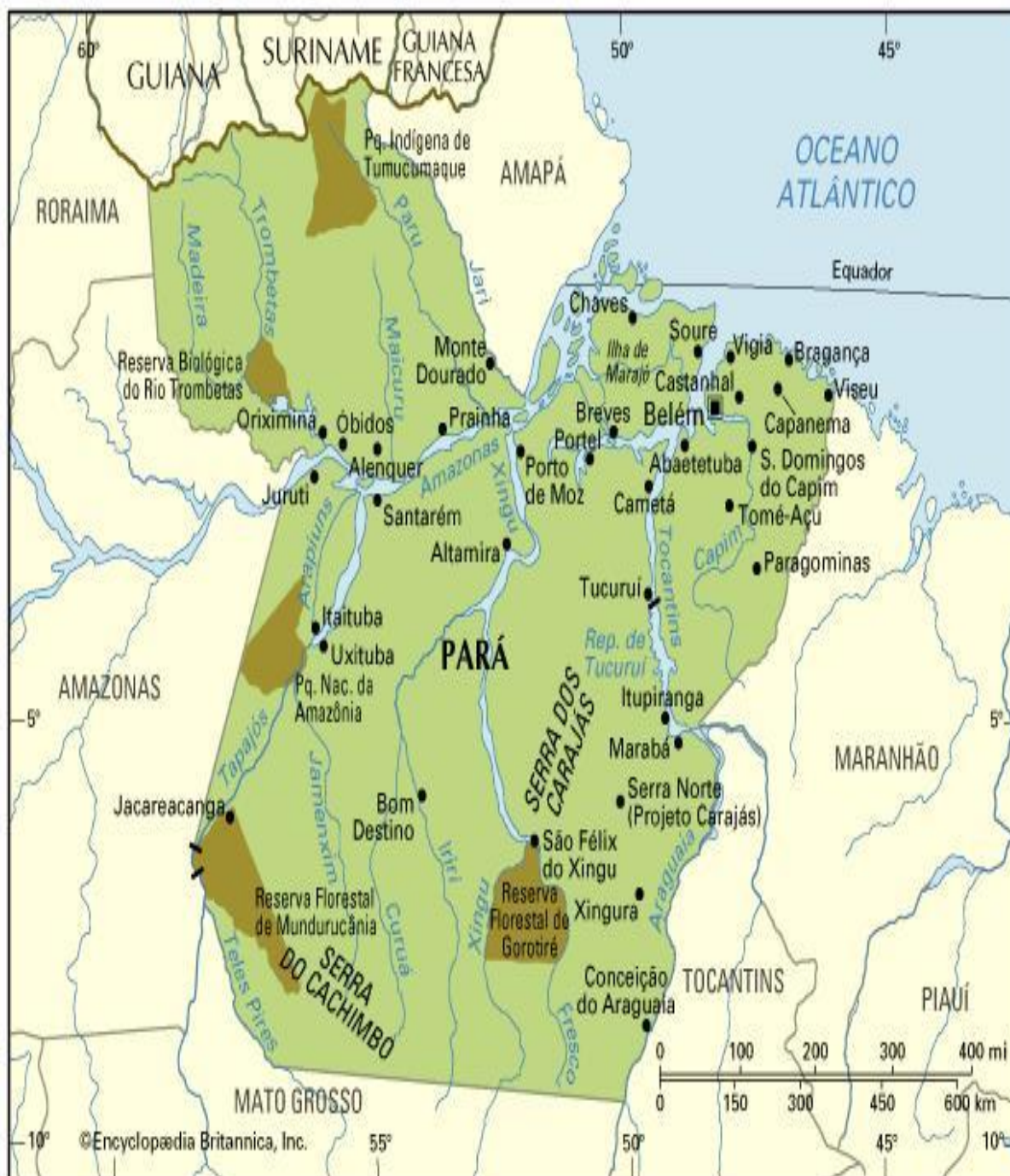
Figura 49 – BM nº 10



Fonte: O autor, 2018.

ANEXO AY – Mapa do Estado do Pará

Figura 50 – Mapa do Pará



Fonte: Disponível em: <<https://www.achetudoeregiao.com.br/pa/parainterior.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ANEXO AZ – Mapa do Estado de Goiás

Figura 51 – Mapa de Goiás



Fonte: Disponível em: <<http://geogeral.com/h/m/b/brgo.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2018.